

HISTÓRIA DE

Vila Valério

COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CAFÉ CONILON

FÁBIO LUIZ PARTELLI

VILA VALÉRIO - ES
2016

Copyright © 2016 By Fábio Luiz Partelli

Todos os direitos estão reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial.

Sanções Previstas na Lei nº 9610 de 19.02.1998.

Capa: Agência Criarteria

Revisão do português: Daniela Balduino de Souza Vieira

Partelli, Fábio Luiz.

História de VILA VALÉRIO: Colonização, Desenvolvimento e Café Conilon / Fábio Luiz Partelli - 1ª ed. - Vila Valério, Espírito Santo, 2016.

164 p.

ISBN: 978-85-911905-3-9

1. Colonização. 2. *Coffea canephora*. 3. Walerjan Koszarowski. 4. Vila Valério. 5. Imigração Italiana. 6. Linhares. 7. São Gabriel da Palha.

CDD - 990

Dedicatória

Dedicamos este livro aos vila-valerienses.

Aos desbravadores e colonizadores que superaram as enormes dificuldades, obtendo a vitória com passar dos anos.

Aos nascidos nas áreas antes pertencentes aos Municípios de Linhares e São Gabriel da Palha e em outras regiões do Brasil e do mundo, os quais passaram a ser vila-valerienses.

Aos que contribuíram e ainda contribuem para a continuidade do desenvolvimento do Município.

Aos jovens e crianças vila-valerienses, nascidos em Vila Valério ou na região. E que eles continuem amando e trazendo o desenvolvimento para essa terra querida, Vila Valério.

“Cada dia é um grandioso presente dado por DEUS a cada um de nós, assim, nunca permitamos que as dificuldades envenenem nossas atitudes.” Pensamos sempre positivo!!!

Fábio Luiz Partelli, 2004



Agradecimentos

Às pessoas que dedicaram parte do seu tempo em entrevistas, relatando informações ímpares e valiosas, dentre elas: João Barbosa, Hermes Joaquim Partelli, Rosa Maria Traspadini Partelli, Pedro Batista de Souza Junior, Dionízio Leonardi, José Colonna, Raimundo Ohnesorg, Felix Chagas, Padre Aldir Roque Lóss, Padre Vagner Carini, Padre Selésio Petri, Claudio Cesar de Paula Lessa e José Pereira da Silva.

Também, pelas entrevistas concedidas, a José Colombi Filho, Luís Cândido Durão, Júlio Cezar Durão, Virgílio Damião Bonella, Miguel Piekarz, Felismino Pessin, Altair Malacarne, Cecília Agostini Pezzin, Angelina Marchi Partelli, Agostinho Partelli, Bertholo Kempim, Lourenço Assari e Olivia Côgo Calegari.

À Ricardo Willian Parteli Rosa, defensor Público Estadual, por disponibilizar documentos importantes relacionados a alguns processos jurídicos e ao plebiscito e, por realizar correções pontuais no texto e análise da parte jurídica. Ao ex Deputado Estadual, Genivaldo Lievore, por disponibilizar o processo de emancipação de Vila Valério.

À Dayane Castro e ao Centro de Comércio de Café de Vitória por disponibilizar dados históricos da exportação de café pelo Espírito Santo a partir de 1960. À Eliezer Nardoto pela atenção e por fornecer algumas informações importantes.

À Tiago de Matos Alves, historiador do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que disponibilizou diversos arquivos e orientou como encontrar outros documentos importantes. À Vinícius Faria Mattos por fornecer as fotos dos Prefeitos de São Gabriel da Palha. À Luiz Henrique Severgnini, Fábio Ferreira da Costa e Terezinha

de Jesus Servino Ribeiro por disponibilizarem informações sobre a história do saneamento e abastecimento de água.

À Simone Aparecida Brunhara Sabadini e Claudia Valéria de Souza Mielke pelo auxílio no levantamento dos mandatos e pelas fotos do executivo e legislativo de Vila Valério. À Agência Criarteria, por fazer de forma muito eficiente a capa e a diagramação do livro.

À Adriana Nunes Moraes Partelli que auxiliou de forma significativa na construção da redação, deixando os textos com melhor qualidade de leitura.

Ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão que respondeu de forma eficaz algumas perguntas. Aos diversos sites governamentais e de outras organizações que disponibilizam gratuitamente informações de grande valia.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por contribuir com a sociedade por meio de ações de extensão, pesquisa e ensino público de qualidade.

Agradecemos também aos financiadores de parte da impressão do livro: Moyses Alvino Covre, Rogério Emílio Chiabai (apoio ouro), Fabrício Fardin, Sivaldo Strelow, Luís Candido Durão, José Pereira da Silva, Geraldo Zani, Valcir Meneguelli Rodrigues, Francisco Botelho Neto, Valdemar Manoel Ricardo, Jorge Silva e Eduardo Bertulini. Essas contribuições foram essenciais para a impressão do livro.

O autor

Apresentação

Optei em relatar as informações encontradas em várias literaturas, documentos, processos e nos testemunhos de diversas pessoas, fazendo "uma filtragem" de maneira imparcial e resumida, trazendo veracidade e qualidade nas informações.

Ao escrever a História de Vila Valério, foram encontradas diversas dificuldades, dúvidas sobre a veracidade das informações, dentre outros desafios. A grande maioria das informações foram encontradas, confirmadas e descritas, contudo, uma pequena parte da história não foi abordada devido a impossibilidade de confirmação dos fatos por inexistência de documentos e moradores antigos já falecidos. Outro obstáculo foi a falta de compreensão de algumas pessoas que não forneceram informações históricas solicitadas pelo autor, o que restringiu conhecimentos à sociedade.

A História de um Município ou região inicia-se pela colonização promovida pelos primeiros visitantes e moradores, os quais passam por diversas dificuldades, com derrotas e muitas vitórias, até serem efetivas a colonização e o desenvolvimento. Com Vila Valério não foi diferente. O município teve um início extremamente árduo, com diversas mortes ocasionadas por febre, falta de escolas, estradas, energia, água e outros itens fundamentais. Contudo, a colonização avançou com sucesso na Vila e em diversas localidades do interior do Município, com fatos marcantes e pontuais.

Dois Distritos (Vila Valério e São Jorge da Barra Seca), com a vontade popular juntaram-se e formaram um município, com o propósito de ter uma administração próxima do povo e poder trazer o

desenvolvimento compatível com uma região rica, mas que estava "esquecida" pelas administrações de São Gabriel da Palha e Linhares.

As lideranças e o próprio povo vila-valeriense buscaram a emancipação política. Desde 1979 e depois de diversos requerimentos, abaixo-assinados, plebiscito, processos contrários e decisões judiciais obtiveram a emancipação política administrativa. Assim, tornou-se um Município desenvolvido, constituído atualmente de três Distritos, poder executivo e legislativo.

Buscou-se relatar a história do Espírito Santo, principalmente da região norte, dos Municípios de São Mateus, Linhares, Colatina e São Gabriel da Palha. São apresentados relatos que antecederam a colonização de Vila Valério, como por exemplo, a morte do filho do Governador Geral do Brasil em São Mateus, a visita do Imperador Dom Pedro II a Linhares, a inauguração da ferrovia que liga Vitória a Belo Horizonte, a construção da ponte sobre o Rio Doce em Colatina, os primeiros colonizadores de São Gabriel da Palha e outros acontecimentos marcantes da região. Esses relatos proporcionam um entendimento do momento histórico antes e depois da colonização.

Destaca-se a importância histórica e atual do café Conilon que, a partir de 1970, tornou-se a principal fonte de renda e geração de mão de obra do Município, mantendo-se até os dias de hoje. Portanto, nesta obra, também há um espaço para relatar a história dessa nobre espécie.

Aproveito para solicitar informações históricas e fotos sobre Vila Valério e localidades rurais do Município. As informações podem ser encaminhadas ao autor por e-mail: **partelli@yahoo.com.br**. Essas informações poderão ser publicadas na segunda edição deste livro.

O autor

Somário

Início da colonização	13
Início sem avanço	13
Recomeço sem sucesso	14
Breves fatos que precedem a colonização	15
Devastação ocasionada pela febre	16
Início da colonização vitoriosa	17
Origem do nome	18
 Avanço da colonização	 21
Construção das estradas	21
Primeiros veículos motorizados	24
Educação e escolas	25
Correntes migratórias	27
Economia e o café	29
Acontecimentos religiosos	32
Energia e água encanada	34
Meios de comunicação	36
Principais empreendimentos	38
Polícia Militar e assassinatos	39
Festas e outras atividades tradicionais	41
Jequitibá rosa	45

Representações políticas	47
Formação dos Distritos	47
Autoridades residentes em Vila Valério	47
Prefeitos de Linhares (segunda emancipação)	48
Prefeitos de São Gabriel da Palha	54
História pontual de algumas localidades	59
Paraíso Novo	59
São Jorge da Barra Seca	60
Jurama	64
Emancipação política - 1979 a 1996	65
Primeira tentativa de emancipação	65
Segunda tentativa de emancipação	65
Tentativa unificada de emancipação	66
Paralisação da emancipação	73
Emancipação - Reativação do processo	73
Processo nº 024940016231 (ação cautelar)	78
Processo nº 024940046865 (ação ordinária)	80
Outros procedimentos e questionamentos	81
Divisas estabelecidas do Município	83

O município de Vila Valério	87
Mandatos de 1997 a 2000	87
Mandatos de 2001 a 2004	90
Mandatos de 2005 a 2008	93
Mandatos de 2009 a 2012	96
Mandatos de 2013 a 2016	98
Brasão Municipal	100
Bandeira do Município	101
Poesia e Proposta de Hino do Município	102
Dados atuais sobre Vila Valério	105
 História do Norte do Espírito Santo	 111
História do Norte do Estado	111
História de São Mateus e região	115
História de Linhares, Colatina e região	119
História de São Gabriel da Palha e região	122
 História do café, com foco no Conilon	 129
Descobrimento da bebida	129
História do Café no Brasil	130
História do Café no Espírito Santo	133
História do Café Conilon no Espírito Santo	140
 Representantes administrativos	 153
Representantes Federais	153
Representantes Estaduais	155
 Referências e consultas	 159





Início da colonização

Início sem avanço

Foi em 1937 que a Companhia Varsóvia de colonização abriu escritório no Córrego do Cedro (próximo a São Gabriel da Palha), onde teve início a colonização na margem esquerda do Rio São José (Malacarne, 2000; Glazar, 2005). A colonização iniciou no final da década de 1930 pela região do Padre Francisco, chegando a Vila Valério, avançando até a divisa com Sooretama, entre os rios Barra Seca e São José, próximo ao Córrego Paraisópolis.

De acordo com diversos testemunhos, a área da Companhia Polonesa passava pela Fazenda Lapa, de Lírio Ferreira Bastos, em linha reta até a Fazenda de Solomão Pishner (Serra da Pedra Roxa) onde fazia uma quina com o Rio São José.

A Companhia Polonesa na região de São Gabriel da Palha era chefiada pelo engenheiro Esteves Bonislau Riszcyk (com sobrenome também encontrado com grafia Rochisk) juntamente com o Padre Francisco Sokol. Segundo Miguel Piekarz e Malacarne (2012), em 1939 os poloneses vieram para Vila Valério, mas morreram umas 30 famílias de febre amarela ou malária.

Altair Malacarne em seu livro publicado em 2012, relata que a primeira entrada em terras de Vila Valério (hoje Córrego Queixada - 6 km da sede de Vila Valério) foi realizada por Filismino Pessim e esposa, em 18 de maio de 1942, contudo, em outra publicação, o mesmo autor (Malacarne, 2000) descreve que foi no final da década de 1930. O mesmo autor também relata que antes da vinda de João Alves Soares, José Alves Soares e Waldevino José de Almeida, já estavam na região os senhores Manoel Fagundes, Balbinno Fernandes e Manoel Florentino



que eram ajudantes do polonês (chefe da Companhia), mas só ficaram 30 dias em Vila Valério, pois tinham medo da febre. Nesse período a colonização não avançou.

Recomeço sem sucesso

Apenas em 1943, Esteves Bonislau Riszcyk voltou a Vila Valério para complementar a distribuição de propriedades rurais (Malacarne, 2012). Essa informação foi confirmada por Virgílio Damião Bonella.

A família de João Alves Soares veio morar em Vila Valério em 29 de julho de 1943 para auxiliar nas medições das terras, fato também confirmado pessoalmente por Virgílio Damião Bonella e também escrito no seu livro (Bonella, 2012). Provavelmente, João Alves Soares e Esteves Bonislau Riszcyk vieram juntos para Vila Valério.

Junto com João Alves Soares estavam José Alves Soares e Waldevino José de Almeida. Nessa época, Benedito Alves Soares também auxiliava na manutenção dos negócios e regularmente vinha a Vila. No ano de 1943, também estiveram na região os senhores Virgílio Damião Bonella, Juca Machioli, Bernardo Furlan, Hilário Bravim e Júlio Carricio.

Segundo Virgílio Damião Bonella, a colonização de Vila Valério se iniciou a partir de 1943 pela Companhia Polonesa, chefiada pelo engenheiro Esteves Bonislau Riszcyk, responsável em demarcar 2.000 alqueires (10 mil hectares de área). Mesmo com as medições das áreas ainda ficavam muitas áreas devolutas, que foram posteriormente ocupadas. Depois, já em final de 1943, veio a febre, sendo um grave impedimento para a habitação e o desenvolvimento de Vila Valério. Portanto, a colonização ainda não avançou. **Nota:** Esteves Bonislau Riszcyk mudou-se para Colatina para estudar os filhos. Em 1952 mudou-se para Pedro Canário, onde cultivava café. Faleceu em 1979.



Breves fatos que precedem a colonização

Em 1924, o Governador do Estado do Espírito Santo, Florentino Avidos, cria a Companhia Territorial. Também existia a empresa Costa & Malacarne que comercializava áreas na região (Arquivo de Bértolo Malacarne). Em 06 de outubro de 1928, foi firmado um contrato entre o governo do Espírito Santo e a Sociedade de Colonização em Varsóvia (Teixeira, 1974) e, somente em 1936, tiveram início os assentamentos realizados por poloneses, em terras ainda devolutas (Malacarne, 2000).

O Estado proibia a venda de áreas (glebas de terras) superiores a cinco alqueires (quase 25 hectares) por família, salvo casos de famílias maiores, quando era permitido até 10 alqueires nessa região (Malacarne, 2000; Glazar, 2005). No contrato com Varsóvia ficou estabelecido que famílias com três membros válidos (menor que 50 anos e maior que 13 anos) teriam direito a cinco alqueires e famílias com seis ou mais membros válidos teriam direito a 10 alqueires. Geralmente as áreas mediam 1000 metros de comprimento por 250 metros de largura.

Esses fatos promoveram há ocorrência de pequenas propriedades na região de São Gabriel da Palha e Vila Valério. Tal fato ocorreu em função da ordem do governo do Estado do Espírito Santo à Companhia Polonesa (Contrato de 1928 e Ata de 1936) e ao senhor Bértolo Malacarne. Os documentos destacavam que, nas proximidades da sede da colônia, era necessário reservar uma área de mil hectares para fazenda modelo, campo de experimentação, escolas agrícolas, pomares, viveiros e diversos estabelecimentos destinados a impulsionar o desenvolvimento.

Maiores informações sobre a história da região e do Norte do Espírito Santo e sobre o café Conilon são apresentadas nos Capítulos 7 e 8. Para um melhor entendimento da História de Vila Valério recomenda-se a leitura desses dois capítulos.



Devastação ocasionada pela febre

Os tipos de febre existentes na época eram a febre amarela e malária (paludismo, comumente chamada pelos vila-valerienses de impaludismo e/ou tremedeira). A malária é causada por protozoários parasitas do gênero *Plasmodium*, sendo transmitida pela picada de mosquitos. Já a febre amarela é uma doença transmitida por mosquitos contaminados por um flavivírus.

O povoado de Valério teve sérios problemas com a febre no início de sua povoação. Segundo Virgílio Damião Bonella, a febre passou a ser problema a partir do final de 1943, sendo um grave impedimento para a habitação e o desenvolvimento de Vila Valério até 1948. Naquela época não havia tratamento eficaz na região e, quando as pessoas morriam, eram enterradas no meio da mata.

Por sua vez, Eduardo Glazar, em seu livro (Glazar, 2005), descreve que em 1939 houve uma epidemia de febre amarela no povoado, morrendo mais de 50 famílias, ficando a região sem moradores por aproximadamente cinco anos. Porém, segundo o mesmo autor, começou a formar-se um pequeno povoado em Vila Valério em 1946, mas, ao surgir a febre amarela e por não haver medicamentos, morreram muitas pessoas e outras foram embora, ficando o povoado completamente deserto até 1948. Ao relatar que o povoado de Vila Valério ficou praticamente deserto até 1948 e que a febre foi um sério problema por cinco anos, tudo indica que seu início foi em 1943, como afirmado por Virgílio Damião Bonella.

Nesse período, segundo Virgílio Damião Bonella, muitas terras foram vendidas por preços muito baixos ou foram abandonadas. O mesmo senhor relata que, em janeiro de 1944, a febre estava matando muita gente. Conta que em um só dia morreram o senhor João Batista e seus três filhos, o que foi uma verdadeira fatalidade. Bonella (2012) descreve que, quando esteve em Vila Valério pela primeira vez,



encontrou apenas um barracão e que o mesmo estava ocupado por vários doentes de "impaludismo" e febre amarela. Assim, decidiu não trazer a família naquela oportunidade, voltando apenas em 1947, na fase final dos problemas com a febre.

Apenas em 1948, o governo instalou um posto de combate à malária, melhorando as condições de controle sobre a febre, proporcionando a reentrada de famílias na região. Os remédios para a febre eram Aralen e Paludan.

Além das mortes causadas pela febre, existiam muitas outras ocasionadas por cobra, tétano e até mesmo por onça. Quando as pessoas ficavam doentes ou morriam, eram transportadas em "varão" (tipo lençol, amarrados em varões) e enterradas nas propriedades.

Início da colonização vitoriosa

Uma das primeiras famílias a vir morar e permanecer em Vila Valério foi a do senhor João Alves Soares (29 de julho de 1943). Felismino Pezzin e esposa vieram morar em 02 de maio de 1944. Depois de aproximadamente cinco anos, apenas em 1948, a febre foi efetivamente controlada. Assim, um maior quantitativo de famílias passou a residir em Vila Valério.

Virgílio Damião Bonella conta que, por volta do ano de 1945, existiam oito barracas em volta do marco inicial de Vila Valério, morando os senhores Manuel Fagundes, Antônio Barbeiro, Benedito de Deus, Antenor Oliveira e Estevão Thomas, com suas respectivas famílias. Destacam-se também outras famílias que vieram no início da colonização de Vila Valério, dentre elas: Cossi, Boni, Silva, Partelli, Pelinari, Barbosa, Pessin, Bonella, Pim, Pirschner e outras que, por desconhecimento do autor, não foram listadas.

Virgílio Damião Bonella relata que as primeiras casas de Vila Valério (algumas casinhas) eram feitas de palmito roliço, cobertas com



folhas de palmeiras e amarradas com cipó e os assoalhos, com terra batida.

As pessoas vinham para Vila Valério à procura de uma vida melhor, principalmente para seus filhos. Nessa oportunidade, havia terras disponíveis, sendo uma nova fronteira agrícola. As dificuldades eram enormes, a estrada era uma "picada" (corredor estreito) na mata e as pessoas chegavam a pé, depois de horas de caminhada.

Vale destacar que, por muitos anos, os novos moradores de Vila Valério (bebês nascidos na localidade) vinham ao mundo por intermédio de parteiras. Famílias inteiras, que não eram pequenas, nasciam pelas mãos de parteiras.

As primeiras propriedades foram legalizadas a partir de 1948. A Secretaria da Fazenda do governo do Estado cobrava taxas e exigia novas medições para depois conceder a escritura definitiva das propriedades (Glazar, 2005).

Origem do nome

Em Vila Valério, as demarcações de terras foram realizadas pela Companhia Polonesa, representada também pelo advogado Walerjan Koszarowski (Figura 1), que ajudou na colonização e auxiliou na formação do núcleo, sendo inspetor gerente da Companhia.

Foi em homenagem a Walerjan Koszarowski que o povoado passou a ser conhecido como “Patrimônio Walery”, “nacionalizado” para Valério. Posteriormente, com amplo crescimento, o patrimônio passou a ser denominado de Vila, Vila Valério. Relata-se que quem inicialmente sugeriu o nome do patrimônio foi Esteves Bonislau Riszcyk. Walerjan foi reconhecido pelo grande empenho no combate à febre, por isso alguns relatos o descrevem como médico.

Walerjan Koszarowski nasceu em 12 de novembro de 1883 no Distrito de Koszarawie, Província de Krakón, Região de Rakowice,



Polônia. Ele embarcou no Porto de Bordeaux em primeiro de março de 1929, no navio Lutétia, desembarcando no Brasil em março de 1929 (Figura 2).

Antes de morrer (05 de outubro de 1952) de Barriga d'água, Walerjan Korszarowski morava na Embaixada da Polônia, no Rio de Janeiro. Foi sepultado no cemitério polonês em Águia Branca (Malacarne 2004; 2012). Deixou a esposa Maryla Von Wolley Koszarowski (Teixeira, 1974).



Figura 1. Foto de Walerjan Koszarowski. Arquivo Público Estadual.




GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo certifica e confere a/ao:

Ilmo Sr. Fábio Luiz Partelli

REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTE

KOSZAROWSKI

Walerjan
XXX

Pai: --- & Mãe: ---

Grau de parentesco em relação ao Chefe da família: *Só*

Idade em 1929: **46** * Profissão: *Funcionário da Legação da Polônia* * Religião: *Católica*

Nascimento: **12/11/1883; Koszarawie woj. Kraków.** * Casamento: --- * Óbito: **05/10/1952; Águia Branca (ES); Cemitério de Colonização Polonesa.**


KOSZAROWSKI Walerjan

ORIGEM
País: **Polônia** * Região/Estado: **Rakowice**
Província/Município: **Kraków** * Comuna/Distrito: **Koszarawie**

VIAGEM
Embarcou no porto de **Bordeaux** em **01/03/1929** no navio **Lutétia** e desembarcou no porto de **Vitória**, em --- de **Março** de 1929, do navio ---.
Escala: **Rio de Janeiro**

DESTINO
Porto/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: **Colatina**
Colônia/Município: **Águia Branca**
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: **Águia Branca**

OBSERVAÇÕES
Desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 14 de Março de 1929. Resultado no cemitério de Colonização Polonesa de Águia Branca (ES), onde se encontram registradas as datas de nascimento e óbito.

FONTES DOCUMENTAIS
Passaporte nº 003 FOTOCOPIA Polonês;
Variações e/ou alterações do sobrenome:
Impressão: terça-feira, 14 de Janeiro de 2014 - Número: 50572


CILMAR FRANCESCETTO
Direção, Propriedade e Organização
ATPES


Projeto Imigrantes do Estado do Espírito Santo


AGOSTINO LAZZARO
Direção-Geral
ATPES

A BASE DE DADOS DO PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DO COLEIONAMENTO DE INFORMAÇÕES OFICIAIS PRINCIPALMENTE NOS DOCUMENTOS SOB A GUARDA E CUSTÓDIA DO ATPES, TAMBÉM COMO AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS DE PASSAGENS POR PORTOS DE DESTINO, LISTAS DE DESPACHO E BOLSAS DAS HOSPEDARIAS PASSAPORTES, CARTEIRAS E REGISTROS DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, ALÉM DAS LISTAS DE NOME DO ARQUIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMPA, SEM EMBORA DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS FORNECIDAS PELOS FAMILIARES E PROGENITORES. O JÁQUEL ABRASCO A VONTADE DO COLONIZADOR, OFICINAIS E FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES E FOTOGRAFIAS QUE, DIRETO DO ARREBENTAMENTO, CONTRIBUÍRAM E CONTRIBUÍRAM PARA A REALIZAÇÃO DESTE PROJETO, ALFABETIZANDO NA PESQUISA E/OU FORNECENDO CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS PARA EQUIPAMENTAR A BASE DE DADOS.

RESPONSÁVEL PELA INSERÇÃO DOS DADOS: CILMAR FRANCESCETTO (FENAL/STO) E ROSEMAR PRADO PIVA (HISTÓRIAS).

A IDENTIFICAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES E DE RESPONSABILIDADE DOS FAMILIARES/DESCENDENTES.

RUA 7 DE SETEMBRO, 414 - CENTRO - CEP 29.015.000 e RUA PEDRO PAJÓDA, 76 - CENDE ADEL - CEP 29.215.160 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: 027 - 3222.2952 / 7524 / 8027 - WWW.APELOJODIVIM - JAP@PELOJODIVIM

Figura 2. Documento do Arquivo Público Estadual, referente à entrada de Walerjan Koszarowski no Brasil.



Avanço da colonização

Construção das estradas

Conforme Malacarne (2000) e depoimento de Felismino Pessin, a abertura da estrada ligando o Córrego Cedro ao Córrego do Bley (São Gabriel da Palha, sentido Vila Valério) se iniciou e terminou em 1948. Glazar (2005), relata que no ano de 1952 existia estrada para automóvel de São Gabriel da Palha até o Córrego do Bley (feita por madeireiro). Do Córrego do Bley até Vila Valério, a estrada era de tropa até 1954 (Glazar, 2005), sendo estreita e apenas para passagem de pessoas e animais.

O senhor Eduardo Glazar tinha uma venda no final da estrada do Bley em 1952. O mesmo senhor relata que a primeira máquina de beneficiar café e de pilar arroz de Vila Valério foi levada “aos pedaços” por junta de boi, em estrada de tropa em 1954. Segundo Agostinho Partelli e Domingos Felix Chagas, passou a existir estrada de Vila Valério ao Córrego do Bley por volta de 1955.

Conforme Agostinho Partelli e Domingos Felix Chagas, entre 1956 e 1958 passou a ter estrada transitável por carro de Vila Valério ao Jurama, passando por Paraíso Novo. Conforme Raimundo Ohnesorg e Bertholo Kempim, existia outro caminho usado pelas pessoas que vinham da região de Pancas. Passava-se por São Roque, Vila Fartura, Jacarandá e Pavãozinho (parte da linha polonesa), a chegando a Paraisópolis e Paraíso Novo.

Raimundo Ohnesorg relatou que até 1957 não existia estrada ligando Paraíso Novo ao patrimônio da Lagoa (sentido Linhares). Malacarne (2000) relata que havia estrada ligando Vila Valério a Linhares em 1960, contudo não define quais os trechos. Por volta de 1958, o caminhão de Estevão Manzole ligou o povoado a Linhares.



De acordo com Domingos Felix Chagas e Lourenço Assari, em 1957 ou 1958, iniciou-se a abertura de estrada vindo da atual BR 101 na localidade do Bairro Alegre, Município de Sooretama em direção ao Jurama. A estrada passava pelo Distrito da Lagoa Juparanã, Sobradinho e povoado do Rodrigues sentido Jurama. Segundo Zunti (1982), da Lagoa Juparanã a Linhares já existia estrada antes de 1940.

A estrada foi iniciada com auxílio de um trator. Foram feitas grandes retas, contudo, próximo à localidade do povoado do Rodrigues, o tratorista sofreu um acidente com a queda de uma árvore (farinha seca), vindo a falecer sobre o trator. Com o acidente e com a falta de recursos, a construção da estrada parou. Assim, os outros 12 km de estrada até o Jurama foram construídos por madeireiros (por meio de picaretas e enxadão), não sendo mais retas como no início da obra. Algumas estradas da região foram feitas por trator, mas a maioria, principalmente as vicinais, foi construída pelos próprios moradores usando picaretas e enxadões.

No mandato do Prefeito de Linhares Emir de Macedo Gomes (1955 a 1958), foi construída a estrada que liga o Distrito da Lagoa Juparanã ao Distrito de São Jorge da Barra Seca (Zunti, 1982; 2000). Na gestão do Prefeito de Linhares Antenor Elias (1963 a 1966), o governo federal modificou o traçado e fez melhorias na BR-5, que ligava Vitória a Salvador, hoje trecho incorporado à BR 101 (Zunti, 1982).

Em 1963 ou 1964, por intermédio do Prefeito de Linhares, senhor Senatillo Perin, foi disponibilizado trator para efetuar a abertura das estradas do Município de Linhares até a divisa com São Gabriel da Palha, área territorial do Distrito de Vila Valério.

Jorge Antônio Costa, descrito em Malacarne (2012), conta que em 1955 foi colocado a primeira jardineira (caminhão/ônibus) como transporte coletivo para Colatina. Ela pertencia a Engelin Dalla Bernardina. Os motoristas eram Vicente (não se relata o sobrenome),



João Cremasco e Natal Fermo. Os "trocadores" eram Wantuil Dalla Bernardina e João Dalla Bernardina. Em 1955, Engelin Dalla Bernardina colocou uma perua que seguia em um dia para Colatina e voltava no outro para Vila Valério. Depois, ele comprou um ônibus. Os motoristas eram seus filhos, mas, em função das brigas entre ambos, Engelin vendeu a concessão da linha para Osmar Peichinho (conhecido como Maninho), proprietário fundador da empresa São Gabriel que mantém, até hoje, a concessão do trecho.

Domingos Felix Chagas e Lourenço Assari relataram que existia um projeto de BR ligando Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, passando por Nova Venécia, São Jorge da Barra Seca, próximo ao Jurama, saindo na localidade do Bairro Alegre, Município de Sooretama. O projeto iniciou, mas por falta de recursos federais e de vontade política foi encerrado. Na ocasião, por volta de 1963 ou 1964, a localidade do Jurama recebeu a visita do senhor Camilo Cola (proprietário da empresa de transporte Itapemirim), que verificou a possibilidade de colocar uma linha de ônibus, pois existia o projeto de construção da BR 342 e BR 484 (Figura 3) (Teixeira, 1974). Como isso não ocorreu, Camilo Cola vendeu a linha para Osmar Peichinho. Assim, depois de 1960 passou a existir a primeira linha de transporte coletivo registrada ligando Vila Valério a Linhares, passando pelo Paraíso Novo e Jurama.

A BR 101 ainda não era totalmente asfaltada até início da década de 1970. Conforme Zunti (2000), apenas no dia 24 de outubro de 1972, o ministro dos Transportes veio a Linhares para inaugurar o trecho de asfalto da BR 101, de João Neiva a Linhares. O asfalto ligando São Gabriel da Palha a Vila Valério foi construído entre 1983 e 1986 (Sartório, 2007b).



Figura 3. Projeto de construção de duas BR na região de Vila Valério (Teixeira, 1974).

Primeiros veículos motorizados

O primeiro carro que chegou a Vila Valério foi do farmacêutico Raulino Costa Filho, por volta de 1955. Segundo Jorge Antônio Costa, descrito em Malacarne (2012), seu pai (Raulino Costa Filho) apostou um cavalo contra uma égua de Antônio Rufino, como desafio do carro chegar a Vila Valério. Por sua vez, Bonella (2012), descreve que a aposta foi de um bonito cavalo contra 200 mil réis. Ele conta ainda que estava chovendo muito, então Raulino alugou duas juntas de boi para arrastar o jipe. Houve um grande foguetório devido à novidade.

Para efeito de informação, destaca-se que o automóvel mais antigo do mundo foi fabricado em Paris em outubro de 1769 e alcançava 3,6 km por hora. Já o automóvel mais antigo para transporte de passageiro foi construído em 24 de dezembro de 1801, na Inglaterra (Sartório, 2007a). Em 1888 foi desenvolvido o primeiro pneu inflado com ar. O primeiro automóvel a desembarcar no Brasil ocorreu entre



1893 e 1899, sendo em 1900 o primeiro a gasolina. A Ford foi a primeira multinacional a produzir uma linha de montagem no Brasil, em 1917, e posteriormente a GM, em 1925. No ano de 1952, foi inaugurada Fábrica Nacional de Motores (Sartório, 2007a).

Educação e escolas

O primeiro professor de Vila Valério foi o senhor Virgílio Damião Bonella. Ele ministrou a primeira aula no dia 12 de abril de 1952, de 8h às 12h, para aproximadamente 45 alunos, crianças de sete a doze anos. A aula ocorreu na casa canônica, que servia de estadia para o Padre Benedito quando ele vinha a Vila Valério (Bonella, 2012). Em 08 de maio de 1952, foram publicadas no Diário Oficial a criação da Escola Singular de Vila Valério e a nomeação de Virgílio como professor do Município de Colatina. Nesse dia, Virgílio, alunos e pais fizeram uma passeata para comemorar o acontecimento.

A sala de aula era pequena e retangular, com quatro metros de comprimento e dois metros de largura. As aulas eram de segunda-feira a sábado, no período da manhã, de 8h às 12h. A escola localizava-se um pouco acima da atual igreja Matriz.

No ano seguinte (1953), a demanda de ensino cresceu e Bonella comunicou o fato à Delegacia de Ensino. Atendendo à solicitação, a Delegacia nomeou a primeira professora, Tereza Tótola, que tinha formação na área de eletrônica e também tinha uma oficina de rádios. Ela ministrava aulas para o primeiro ano (Bonella, 2012). Depois, foi autorizada a criação da terceira turma, tendo como professora Helena Farias Frota. Não havia sala de aula para uma terceira turma, mas os moradores organizaram-se e construíram.

No início, as aulas eram de segunda a sábado, contudo, aos sábados, ocorriam muitas ausências. Após algum tempo, devido uma ordem superior, houve a suspensão das aulas aos sábados. Nessa época,



as aulas eram da primeira à quarta série. As pessoas que quisessem continuar os estudos teriam que ir à outras localidades.

A demanda por ensino era cada vez maior. Assim, Virgílio Damião Bonella e Raulino Costa procuraram a Secretaria de Educação para reivindicar um prédio de salas de aula (um colégio). Segundo Bonella (2012), a construção se iniciou em 1959, sendo inaugurada em 1962, com a presença do Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Virgílio também foi o primeiro Diretor da Escola Estadual Atilio Vivácqua. O documento interno da Escola relata que ela foi inaugurada em 11 de fevereiro de 1961.

A escola recebeu o nome de Atilio Vivácqua em homenagem ao Senador da República que havia falecido recentemente. Naquela ocasião, a maioria dos participantes da inauguração da escola estava vestida de preto, em luto pela morte do Senador.

Bonella (2012), relata que, em função da demanda da continuidade dos estudos, a comunidade reuniu-se e constituiu a Sociedade Valeriense. Com a autorização da Secretaria de Educação, foram construídas duas salas de aula e uma pequena secretaria para a primeira turma do 1º ano ginásial (correspondente ao 6º ano). Nessa época, o aluno era obrigado a realizar um curso chamado admissão para poder frequentar a 5ª série (atualmente corresponde ao 6º ano). A escola chamava-se Ginásio Valeriense e, no seu início, os pais dos alunos pagavam taxas aos professores, contudo, não possuía fins lucrativos. Para alunos carentes havia bolsas de estudo.

Relatos dos documentos internos da escola descrevem que, após alguns anos (em 1979), a escola passou a ser administrada pelo Governo do Estado, juntando-se à Escola de 1º grau. Esses relatos também descrevem que, em 30 de janeiro de 1981, se iniciou o 2º grau com curso de Técnico em Agropecuária, sendo substituído por Auxiliar em Contabilidade e depois em 1992 pelo Técnico em Contabilidade. Na



época, alegou-se que o curso Técnico em Agropecuária não contemplava a realidade local. Em 1999, foram extintos os cursos profissionalizantes, passando a oferecer apenas o ensino médio. **Nota do autor:** Com certeza o motivo foi infundado, pois Vila Valério, na época e até os dias atuais, apresenta mais de 60% da população no meio rural e tem na agricultura a principal fonte de arrecadação e movimentação financeira.

A Escola Família Agrícola do Bley, apesar de estar localizada no Município de São Gabriel da Palha, foi um marco na educação dos jovens de Vila Valério, principalmente dos filhos dos agricultores rurais. Foi fundada em setembro de 1971 e, possivelmente, as aulas foram iniciadas no ano seguinte. Contudo, segundo Glazar (2005), a escola foi inaugurada no seu segundo mandato como Prefeito (1973 a 1977).

Recentemente foi inaugurada a primeira Escola Rural de Vila Valério (dia 04 de fevereiro de 2014), com a presença de diversos representantes políticos e da sociedade, pais e estudantes. A escola ainda funciona "provisoriamente" nas instalações da Comunidade Córrego da Saúde, Padroeiro São João Batista. Recebeu o nome de Escola Municipal de Educação Rural Camponesa Conjunto Familiar Agostinho Partelli e funciona no sistema de alternância, para estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Sua criação oficial foi aprovada na Câmara de Vereadores por indicação do Vereador Diomedes Sirillo, pela Lei municipal nº 680/2014, em 24 de fevereiro de 2014. O primeiro dia de aula aconteceu em 10 de fevereiro de 2014. Destaca-se que a escola foi fruto de mobilização das comunidades ao entorno e dos movimentos sociais. Espera-se que as instalações sejam construídas no local definitivo.

Correntes migratórias

Vila Valério seria colonizado principalmente por poloneses em função do contrato entre o governo do Espírito Santo e a Sociedade de



Colonização de Varsóvia, que previa a colonização, por poloneses de mais de 2000 alqueires de terra. Contudo, em função da Segunda Guerra Mundial, iniciada com a invasão da Polônia pela Alemanha, a vinda de poloneses cessou-se. Além desse problema, muitos poloneses tiveram grandes dificuldades com a febre e com a adaptação à região, restando poucos representantes dessa nacionalidade em Vila Valério.

Do início da colonização de Vila Valério até a década de 1960, a principal corrente migratória foi de descendentes de italianos, alemães e pomeranos vindos principalmente de Afonso Cláudio, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim e Pancas.

Segundo Bonella (2012), entre 1950 e 1953, chegavam a Vila Valério, em média, nove colonos por mês. Ele também conta que, como a posse de terra no início era livre, houve entrada de muitos fugitivos e criminosos na região, que vinham para refugiar-se. Nessa ocasião, Vila Valério passou a ter fama de ser um lugar de esconderijo de bandidos.

Da década de 1950 a e início da década de 1970, a região leste do Município (Distrito de São Jorge da Barra Seca e Jurama) foi desmatada e ocupada por muitas famílias provenientes da cidade de Linhares. Depois, com o declínio da atividade madeireira, muitas dessas famílias passaram a cultivar café.

Na década de 1980, com a expansão e ascensão da atividade cafeeira, muitos mineiros e também baianos vieram para trabalhar na colheita do café Conilon. Muitos permaneceram com a família ou, posteriormente, buscaram-na, passando a residir em Vila Valério.

Vila Valério foi constituído principalmente por descendentes europeus, em sua maioria filhos e/ou netos de italianos, e também por mineiros e baianos.

No Brasil, destaca-se que entre 1875 e 1890 foi o período da grande imigração, principalmente de europeus, sendo a grande maioria deles italianos. Os imigrantes, em particular os italianos, deixaram seu



país por motivos econômicos, sociais, guerras internas e externas (Grosselli, 2008).

A região de Trento e grande parte da Itália era agrícola e possuía uma indústria que estava atrasada comparada ao resto da Europa. Exportava seda e vinho para obter saldo na balança comercial e comprar outros produtos. No entanto, vieram os problemas fitossanitários nas vinhas e com o bicho da seda, ocasionando queda drástica da produtividade e grande endividamento rural. Além disso, ocorreram grandes enchentes. Assim, a crise foi devastadora, forçando a imigração em massa, sendo em algumas vilas superior a 30% da população (Grosselli, 2008). A grande imigração europeia para o Brasil culminou com o fim da escravidão e pela elevada demanda de mão de obra.

A região norte do Estado demorou a ser colonizada em função do limite físico imposto pelo Rio Doce, que dificultava o transporte de pessoas e mercadorias, fazendo com que a região não prosperasse. Por isso, só depois da construção da ponte Florentino Avidos em Colatina (1928), a região começou a receber pessoas em número significativo.

Por fim, veio a crise da pequena propriedade versus a multiplicação das famílias. Esse fato forçou os descendentes europeus (principalmente italianos) a saírem das pequenas propriedades no sul do Espírito Santo em busca de maiores áreas no Norte do Estado (Campos Junior, 2004).

Economia e o café

No início da colonização, a maioria das propriedades cultivava feijão, arroz, mandioca e milho para alimentação humana. Para alimentação animal, as principais culturas eram milho, mandioca e pastagem. Muitas vezes o milho era triturado em moinho de pedra para fazer canjica e fubá. Culturas como feijão e milho eram plantadas com auxílio de cavadeira e/ou enxadão. Plantavam-se mudas de arroz em



brejo e nas áreas de sequeiro com sementes. O café Arábica plantado era da cultivar Bourbon, sendo a semente plantada diretamente na cova ou por meio de muda lavada.

Na ocasião, também se colhia muito mamão, que nascia e crescia naturalmente no meio das outras lavouras. Plantava-se cana de açúcar para fazer açúcar, rapadura e melado. Com a mandioca, fabricava-se farinha, beiju e polvilho (farinheira). Grande parte desses produtos era para consumo e o excedente, para venda, troca ou doação para os vizinhos. Madeira, café e pecuária eram as principais fontes de receita para grande maioria dos agricultores.

Algumas famílias também tinham junta de boi (animais para tração e carga), que servia para puxar e carregar madeira, fazer mudanças, moer cana de açúcar em engenho de madeira, transportar alimento para suínos, transporte de café e outros produtos. Nessa época, as famílias do interior compravam apenas querosene, sal, tecido e alguns remédios e, poucas vezes ao ano, compravam trigo.

Naquela época, os filhos, principalmente os mais velhos, trabalhavam desde crianças e adolescentes, assumindo tarefas de grande importância, como ser responsável pela junta de boi, realizar plantios e manejar diversas culturas. Também era comum os adultos terem jornada de trabalho superior a 10 horas por dia, iniciando as tarefas ao amanhecer por volta das 6 horas, indo até o final da tarde, entre 18 e 19 horas, com curtos intervalos entre as refeições.

No final de 1951, houve uma grande seca na região de Vila Valério. As chuvas em maior volume, que se iniciavam a partir de setembro, não ocorreram. Agostinho Partelli e Angelina Marchi Partelli relataram que os três Córregos (Paraíso Novo, São Vicente e Saúde) que passavam na propriedade ficaram totalmente secos. A seca daquele ano também foi relatada por Bonella (2012).



Entre a década de 1950 e início da década de 1970, o café Bourbon e madeira (jacarandá, peroba e jequitibá) foram as principais fontes de renda da região.

No final da década de 1960, veio uma das piores crises do setor cafeeiro: a grande queda dos preços e a erradicação do café. Seguido à essa fase, veio a introdução de novos plantios, desta vez com uma nova espécie *Coffea canephora*, chamado comumente de café Conilon ou café Robusta, que passou a ser a principal atividade de Vila Valério já na década de 1970. No capítulo 8, descreve-se a história do café.

Nas décadas de 1950 a 70, houve uma aceleração do desmatamento. A primeira serraria foi construída pela família Grobério. Essa serraria foi destruída num incêndio, sendo construída outra em seguida. Na década de 1980, foi proibido o desmatamento na região.

Mesmo a agricultura tendo grande importância no Município, a assistência técnica na região sempre foi deficiente. Atualmente, a assistência técnica tem avançado principalmente por intermédio da iniciativa privada e duas Cooperativas (Cooabriel e Coopeavi) tendo também o apoio da pública (Incaper).

No Brasil, em 31 de março de 1964, por intermédio de golpe de estado, institui-se a ditadura militar. Foram 17 Atos Institucionais com duras medidas de repressão, dentre elas, a suspensão da Constituição de 1946, a dissolução do Congresso, a supressão de liberdade, a permissão do Exército e da Polícia Militar de prender e encarcerar pessoas consideradas "suspeitas", além de qualquer revisão judicial, dentre outros atos de repressão. O regime militar veio perdendo força no final da década de 70 e início de 80, devido principalmente, às dificuldades econômicas como hiperinflação, recessão e grandes taxas de desemprego, associados a grande parte das obras paralisadas e conflitos entre o Estado e civis. O regime durou até a eleição de um Presidente civil em 1985.



Acontecimentos religiosos:

A primeira missa rezada no Brasil aconteceu na praia da Corroa Vermelha, Porto Seguro, Bahia, no dia 26 de abril de 1500. Em 15 de novembro de 1895, foi criada a Diocese do Estado do Espírito Santo, tendo como Bispo Dom João Batista Corrêa Néri. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Linhares) foi criada em 26 de agosto de 1818, na época pertencente à Diocese do Rio de Janeiro. Já a Paróquia de São Gabriel da Palha foi criada em 15 de agosto de 1956. A Diocese de São Mateus foi criada em 1959 e a de Colatina, em 1990 (Carnielli, 2005).

De acordo com o Padre Carlos Furbetta (Furbetta, sem data), em 1943, foi rezado o primeiro terço em São Gabriel da Palha, em um barraco aberto, onde hoje é o centro da cidade. Em 1946, foi construída uma pequena casa de estuque que serviu de igreja, aonde o Padre Benedito Figer vinha de Pancas a cavalo, a cada seis meses. Nesse mesmo ano, o Padre Francisco Sokol esteve na região. Apenas em 15 de agosto de 1956, com a criação da Paróquia de São Gabriel da Palha, passou a ter Padre (Simão Civallero) morando na paróquia. Dez anos depois (15 de agosto de 1966), foi inaugurada a nova matriz de São Gabriel da Palha, sendo uma obra de destaque no Município.

Houve diversas manifestações populares e sociais na região, juntando multidões, por exemplo, as festas do dia do lavrador, Semana Santa e apoio a não expulsão do Brasil do Padre Bruno. Vale destacar que em São Gabriel da Palha, na década de 1980, o ecumenismo era praticado de forma significativa entre a sociedade e representações religiosas.

Primeiro Padre

O primeiro Padre a frequentar as comunidades em Vila Valério foi Aníbal dos Santos, vigário de Paróquia de Pancas. Ele vinha de cavalo e conduzia a celebração em Latim, fato ainda comum na época



(Bonella, 2012). Contudo, o mesmo autor também descreve que o primeiro Padre chamava-se Benedito.

Primeira Igreja

A primeira Igreja de Vila Valério foi uma capela. Segundo a senhora Cecília Agostini Pezzin, antes da conclusão da igreja Matriz, quando ela chegou a Vila Valério (início da década de 1950) já havia duas pequenas capelas, uma perto da casa do senhor Hermes Cao (Padroeiro São Sebastião) e outra, um pouco abaixo de onde é a atual igreja da Matriz.

A atual igreja matriz teve o início das obras em 1957, sendo finalizadas no final de 1958. Todos os sábados a população Católica auxiliava na construção da obra. A padroeira escolhida foi Nossa Senhora das Graças, a pedido de João Julião e aceita por todos. Na ocasião a Igreja era destaque no centro da cidade (Figura 4), e continua sendo.



Figura 4. Vila Valério no final da Década de 1950 e construção da Igreja. Fonte: Site da Prefeitura de Vila Valério.



Responsadeiras

Há muitos anos o “responso”, é realizado em Vila Valério. É uma oração antiga que está presente na Igreja Católica. A oração geralmente é realizada para recuperar objetos roubados ou perdidos. Essa atividade foi detalhada em um vídeo denominado "As últimas responsadeiras" feito por Patrik Camporez Mação.

Energia e água encanada

Energia (combustão e elétrica)

As dificuldades ocasionadas pela falta de energia eram muitas, dentre elas a falta de iluminação, falta do sistema de refrigeração para armazenamento de produtos perecíveis e água refrigerada e a impossibilidade de usar eletrodomésticos. Assim, as pessoas tinham como alternativa a lamparina (à base de querosene) e o lampião (à base de gás). Conservavam carne frita na banha de porco, produziam carne de sol, dentre outras formas de conservação do alimento. Nem por isso deixavam de encontrar-se, de festejar e de ter qualidade de vida.

De acordo com Malacarne (2012), foi em junho de 1957 que chegou energia elétrica obtida por geradores em VilaValério. Na inauguração, estiveram presentes o Prefeito de Colatina, senhor Raul Giuberti, e alguns vereadores. A energia era produzida por um motor a óleo diesel e funcionava até as 22 horas. Relata-se que o primeiro a usar a energia foi o senhor Fisher, que possuía um bar.

Por volta de 1970, chegou energia elétrica gerada por hidrelétrica em Vila Valério disponibilizada 24 horas por dia pela empresa Santa Maria. A rede de transmissão foi construída com ajuda de moradores e madeireiros que disponibilizaram os postes (Malacarne, 2012). Segundo Glazar (2005), durante seu mandato de Prefeito (entre 1967 a 1971) chegou energia elétrica em Vila Valério, o que proporcionou maior qualidade de vida para os moradores. Conforme



informações de moradores, provavelmente esse fato ocorreu no final de mandato de Eduardo Glazar, entre 1970 e início de 1971.

Posteriormente, a energia elétrica foi distribuída para o interior. Nas propriedades localizadas no Distrito de Vila Valério, a rede foi construída pela empresa privada Santa Maria. Já nas áreas do Distrito de São Jorge da Barra Seca, pela empresa pública Escelsa (atualmente empresa privada).

Água encanada.

No início, as pessoas tinham suas próprias cacimbas ou utilizavam as dos vizinhos para obter água potável. A água era retirada da cacimba em baldes amarrados com cordas, que eram puxados para a superfície. Depois era despejada em caixa d'água que ficava num ponto mais alto da residência. As dificuldades eram grandes, pois a cacimba era funda e, além disso, era necessário subir escadas, muitas das vezes inseguras, com balde cheio de água.

Conforme Cecília Agostini Pezzin, Olivia Côgo Calegari e José Pereira da Silva, antes da chegada da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), a água de Vila Valério era proveniente de cacimba. Existia um motor movido à combustão que jogava água numa caixa no alto do morro e depois era distribuída por tubulação em diversas casas. Esse fato ocorreu por volta de 1958 a 1962.

Conforme relatório sobre a situação de água encanada realizado pelo Departamento de Água e Esgoto, apenas em 08 de dezembro de 1967, o interior do Estado, no município de Conceição da Barra, recebeu, pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), o primeiro sistema de abastecimento de água (Caus, 2012).

Segundo Caus (2012), foi em 1972 que São Gabriel da Palha aderiu ao sistema Cesan. Apenas em 1986 foi construída a estação da Cesan em Vila Valério. Contudo, existia água encanada em diversas



residências antes dessa data, porém o livro sobre a história do abastecimento de água não relata estes fatos.

Destaca-se que o sistema de coleta de água de Vila Valério proveniente do Rio São José (usada em períodos de grande estiagem) foi construído entre 1991 a 1994, no mandato do Governador Albuíno Cunha de Azeredo.

De acordo com Glazar (2005), no seu primeiro mandato de Prefeito de São Gabriel da Palha (janeiro de 1967 a janeiro de 1971), foi colocado rede de esgoto em Vila Valério.

Em 1971, no Distrito de São Jorge da Barra Seca, foi construída pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Linhares uma rede de água para a comunidade (Zunti, 2000).

Meios de comunicação

Chegada do rádio

O rádio era utilizado na região desde o início da colonização de Vila Valério e funcionava à pilha. Ouvia-se novelas, músicas e programas de rádios. No início, as emissoras de rádio ficavam no Rio de Janeiro, destacando-se a Rádio Nove de Julho, Rádio Nacional, Rádio Tupi e Rádio Globo. Depois surgiram emissoras de rádio em Vitória. Teixeira (1994), descreve que, em 16 de julho de 1953, foi inaugurada oficialmente a primeira rádio difusora de Colatina.

Chegada da TV

Em Colatina foi inaugurada uma repetidora de TV no final de 1964 (Teixeira, 1974). Em Linhares, a repetidora de TV chegou no período de mandato do senhor Senatillo Perin (1967 a 1970) (Zunti, 2000). Na Copa do Mundo de 1970, já era possível assistir TV na região de Vila Valério, contudo, o sinal era ruim e tinha de ter antena alta e no alto dos morros. Entre os anos 1986 e 1989, Vila Valério recebe um transmissor de televisão (Malacarne, 2012).



Primeira antena parabólica

Segundo Valdemar Zimmermann, ele foi o primeiro morador a colocar antena parabólica em Vila Valério, seguido de Ulrich Justo Mielke, por volta de 1978. Na época, a antena custou mais que uma moto nova.

Chegada do telefone fixo.

O posto telefônico chegou a Vila Valério no final de 1970. Em Linhares foi colocada antena telefônica no mandato do senhor Senatillo Perin (1967 a 1970).

Conforme Luís Cândido Durão, o posto telefônico chegou ao Distrito de Jurama no início de 1983. Contudo, antes disso, havia sido instalado telefone na casa do Francisco Pereira Santana, por volta de 1981, atendendo a região. Em São Jorge da Barra Seca, foi colocado posto telefônico antes do primeiro mandato de Luís Cândido Durão (antes de 02 de julho de 1979).

Agência dos Correios

Segundo Bonella (2012), a primeira agente postal em Vila Valério foi Maria Dolores Tavares Bonella, fato confirmado em documentos dos Correios encaminhado ao autor. Inicialmente, a agência funcionava na residência de Maria Dolores Tavares Bonella. Posteriormente, o Correio passou a funcionar em casa particular e não pagava aluguel (Bonella, 2012). Em 20 de março de 1969, o Departamento de Correios e Telégrafos tornou-se Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e todos os funcionários acima de 50 anos foram convidados a aposentar-se, inclusive Maria Dolores Tavares Bonella. Em seu lugar entrou Marilene Ana Bonella, filha de Maria Dolores Tavares Bonella (Bonella, 2012).

Conforme documento recebido (Presidência OSP 33/87) do Departamento de Gestão Cultural dos Correios, em primeiro de maio de 1987, a agência postal Valério foi transformada em agência postal



telegráfica. O documento também informa que o primeiro carteiro (do atual Correios) foi Francisco Petrônio Bandeira de Melo.

Principais empreendimentos

Bancos

O primeiro banco inaugurado em Vila Valério foi o Banestes, em 03 de setembro de 1979, seguido do Banco do Brasil, em 11 de abril de 1991, Sicoob (cooperativa de crédito), em 25 de abril de 1998 e Bradesco, em 17 de outubro de 2011.

Lotérica

Segundo a Caixa Econômica Federal (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), a Lotérica de Vila Valério foi inaugurada em 13 de novembro de 2000. Ao longo de seu funcionamento, a Lotérica de Vila Valério foi uma das que mais pagou prêmios no Estado. Em 2004, um jogador ganhou aproximadamente quatro milhões de reais; em 2007 a lotérica vendeu uma raspadinha e a pessoa ganhou 15 mil reais; em 2010 foi pago uma tele sena de 100 mil reais e em 2014 um jogador ganhou quase três milhões de reais na Mega Sena. Diversos pagamentos de quadra e quina da Mega Sena foram pagos, somando mais de 500 mil reais.

Cartório

O primeiro cartório de registro civil de Vila Valério foi inaugurado em 21 de maio de 1965. Já no dia 28 de maio de 1965, foram efetuados diversos registros de nascimentos. O primeiro casamento foi registrado em 19 de junho de 1965. A primeira tabeliã foi Gecy da Rocha Neves Costa e o primeiro Juiz de Paz foi Ernesto Totola. Ainda na década de 1960, o tabelião passou a ser José de Souza.

Depois de Vila Valério tornar-se Município (28 de março de 1994), o cartório efetuou o primeiro registro de nascimento de um menino com as iniciais M. E. R. em 29 de março de 1994. Contudo, o



primeiro nascimento em Vila Valério ocorreu no dia da publicação da emancipação e foi de uma menina com as iniciais K. C.

Por sua vez, no dia da instalação do Município (1º de janeiro de 1997), nasce uma menina, G. V. C., e o primeiro registro em 03 de janeiro de 1997 foi de um menino, E. A. B.

Primeiro comerciante e farmácia

Segundo Bonella (2012), o primeiro comerciante de Vila Valério foi Domicio Pirschner. A primeira farmácia foi de Raulino Costa Filho e ficava na localidade do Padre Francisco.

Hospital/pronto atendimento

O Conselho de Desenvolvimento de Vila Valério (Condeva), com apoio da sociedade, construiu um hospital em Vila Valério por volta de 1985, com área superior a mil metros quadrados. Relata-se que foram adquiridos macas, armários e equipamentos hospitalares por meio de doação realizada pelo governo de Estado (Governador Albuino Cunha de Azeredo). Mesmo assim, o Hospital ficou desativado por vários anos e foi alvo de disputa política em 1996, em função de possíveis irregularidades, sendo depredado e quase totalmente destruído. Felizmente, foi plenamente reformado e atualmente funciona como pronto atendimento. Vila Valério ainda não tem hospital.

Polícia Militar e assassinatos

Em 1950, houve uma briga marcante em Vila Valério, entre o Zé Gavião e o Zé Paulista. Gavião dizia que bala não entrava em seu corpo, contudo, depois de um dia de trocas de tiros, Zé Paulista, com uma espingarda, matou Zé Gavião.

Departamento de Polícia

O primeiro policial foi o soldado José Batista, iniciando sua atuação em Vila Valério por volta de 1955 (Bonella, 2012). Segundo Malacarne (2012), algumas pessoas da família dos Becker queriam



matar o soldado José Batista. Portanto, um destacamento saiu de São Gabriel da Palha para Vila Valério, onde mataram Emílio Becker e prenderam França Becker, evitando o assassinato do soldado.

Com o passar dos anos, a Polícia Militar (PM) passou a usar como sede uma casa em Vila Valério, que antes era uma escola para cursos de curta duração. Essa casa foi derrubada e no mesmo lugar foi construída a atual sede da PM. Em Vila Valério (sede), o Destacamento de Polícia Militar (DPM) foi elevado a 2º Pelotão da 3ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia Militar em 21 de maio de 1999. Contudo, voltou a ser DPM.

No Distrito de São Jorge da Barra Seca, o Destacamento de Polícia Militar foi inaugurado em 10 de setembro de 1998, contudo, foi desativado por falta de efetivo.

Assassinato do Prefeito de São Gabriel da Palha

O Prefeito Anastácio Cassaro foi assassinado em Vitória no dia 03 de abril de 1986 (A Gazeta, 1986). Nessa ocasião, houve grande tensão e insegurança, pois, um dos principais suspeitos pelo mando do crime era um dos filhos do Firmino De Martins (na época Vice-prefeito), Fernando Lourenço De Martins (Furbetta, sem data). Edvaldo Lopes de Vargas, Jorge Antônio Costa, Carlos Smith Frota e Luiz Carlos Darós também foram acusados e tiveram a prisão decretada no dia 15 de abril do mesmo ano. Permaneceram presos durante três meses e depois passaram a responder o processo em liberdade.

Em dezembro de 1986, Firmino De Martins também foi denunciado. Anos depois, os acusados de executores do crime, José Sasso e Jorge Bilceforam, também foram assassinados (Domingues, 2013).

A conclusão do processo arrastou-se por vários anos. Em 10 de junho de 2011 o Tribunal do Júri da Comarca de Vitória condenou os quatro réus acusados (Edvaldo Lopes de Vargas, Fernando Lourenço De



Martins, Jorge Antônio Costa e Luis Carlos Darós). As condenações variaram de 15 a 18 anos de prisão. Carlos Smith Frota já havia sido condenado em primeiro de abril de 2011. Todos recorreram, porém tiveram o recurso negado pelo Desembargador-substituto, Jorge Henrique Valle dos Santos.

Firmino De Martins também foi acusado do crime, mas não foi julgado (Domingues, 2013), pelo fato de prescrição do crime, por ter idade superior a 70 anos. **Nota:** A prescrição penal para quem tem mais de 70 anos ocorre pela metade, nesses casos com 10 anos.

Destaca-se que existe uma hipótese, descrita por pessoas de grande credibilidade ética e moral, de que os envolvidos com mando e execução do assassinato de Anastácio serem outras pessoas. Portanto, não coube ao autor afirmar quem foram os culpados, mas apenas relatar os fatos publicados e definidos pela justiça.

Festas e outras atividades tradicionais

Na época, as festas estavam associadas principalmente a acontecimentos religiosos (festas de igreja, casamentos, batizados e outros), futebol e feriados.

As festas religiosas, bem como feriados religiosos (finados, Semana Santa, Natal e outros), eram acompanhadas de celebração. A população participava fervorosamente respeitando as tradições, como por exemplo, jejuar, não comer carne vermelha na Semana Santa, não ir a bailes na quaresma, dentre outras. Os casamentos e outros sacramentos religiosos eram acompanhados de grandes festas.

Na época, eram comuns festas com apresentação de teatro e coral, gincanas, show de calouros, pau de sebo e outras atrações. Torneios de futebol, bem como bingos comunitários também, faziam parte das festas das comunidades.



O campo de futebol de Vila Valério ficava onde hoje é uma praça, onde funcionam diversas secretarias municipais, como da Saúde, da Educação e da Cultura e Esportes.

Na década de 1980, muitas famílias também passavam alguns dias na praia, principalmente em Guriri ou Conceição da Barra. Algumas famílias adquiriram imóveis, entretanto, a grande maioria saía de madrugada com destino ao litoral em caminhões com bancos de tábua e lonados. Eram comumente chamados de farofeiros. Essa também era uma forma de lazer muito importante para os vila-valerienses naquela época.

Desfile patriótico

Em 1952 (feriado de Sete de Setembro), aconteceu o primeiro desfile patriótico nas ruas da Vila. Os alunos realizaram passeata e também surgiu o "estopim" da formação da banda marcial que, no ano seguinte, contava com 40 instrumentos (Bonella, 2012).

Projeto VIVA

A entidade surgiu em primeiro de abril de 1991, prestando atendimento a crianças e adolescentes carentes.

Festa do café

A primeira festa ocorreu em 1985, no pátio central de Vila Valério, sendo organizada pelo Condeva (Conselho de Desenvolvimento de Vila Valério). Ocorriam diversas atrações como shows, artesanato, exposição, pratos típicos e rainha do café. A parte cultural fazia-se mais presente nas primeiras edições da festa. Já foram realizadas mais de 10 edições da festa do café.

Com recursos arrecadados com as festas e outras fontes, o Condeva comprou o terreno onde ocorre atualmente a festa da cidade e também construíram o hospital.



Festa do coco

A primeira festa do coco aconteceu de 07 a 09 de dezembro de 1990, no Córrego Dourado, tendo diversas atrações como shows, artesanato confeccionado do coqueiro, exposição, pratos típicos e rainha do coco. A parte cultural fazia-se mais presente nas primeiras edições da festa.

Festa de Corpus Christi

Ocorre há vários anos na Praça da Matriz e em algumas ruas do centro da cidade. São confeccionados tapetes decorados nas ruas por mais de 30 comunidades Católicas (da cidade e do interior). É marcada pela passagem das pessoas em procissão do Santíssimo Sacramento. As ruas são cobertas por tapetes coloridos, confeccionados com palha de café, arroz, pó de cerra, areia, tampa de garrafas e outros objetos e produtos.

Folia de Reis

São grupos de pessoas que no período do advento (antecedente ao Natal) saem cantando musicas pelas ruas, povoados, comunidades e nas casas das famílias, reverenciando e louvando o menino Jesus. Em Vila Valério e principalmente no Distrito de São Jorge da Barra Seca, essa manifestação cultural era anual. Atualmente praticamente deixou de existir.

Festa de Nossa Senhora das Graças

A festa é marcada por procissão, carreata, missa e show religioso. É feriado municipal em homenagem à padroeira, em 27 de novembro.

Outras festas

Outras festas são marcantes e tradicionais no Município, como a festa da "melhor idade" e festas das comunidades rurais. Inclusive já chegou a existir bingo de carro em comunidades do meio rural.



Feira Agrícola

A feira ocorre há mais de 15 anos, sendo composta por mais de 10 expositores (produtores rurais da região). É realizada aos sábados pela manhã. Nessa feira, os agricultores comercializam os produtos produzidos na própria propriedade.

Feirinha de Artesanato e Comidas Típicas

Geralmente é realizada no segundo final de semana de cada mês. Possui mais de 10 expositores que comercializam comidas (salgadas e doces), biscuit, bijuterias, plantas ornamentais e outros produtos.

Parapente/Serra da Pedra Roxa

Na pedra denominada Serra da Pedra Roxa ocorre, durante alguns anos, a prática de parapente, inclusive sediando etapa estadual de voo livre. Em 2009, foi batido o Recorde Capixaba, com voo de 83 km em linha reta. Sobre a pedra de aproximadamente 540 metros de altitude é possível obter uma visão de 360°, visualizando inclusive o espelho de água da Lagoa Juparanã e em dias de boa visibilidade é possível avistar prédios em São Mateus. Essa pedra fica localizada próxima à localidade do Pavãozinho, a 18°54'16" de Latitude Sul e 40°17'44" de Longitude Oeste, possuindo fácil acesso. **Nota:** Espera-se que o acesso a esse ponto turístico fique totalmente acessível à população.

Cruzeiro de Vila Valério

Próximo à sede do município foi inaugurado em 14 de setembro de 2014 um grande cruzeiro. Foi construído sobre uma pedra, de onde é possível obter uma excelente visão da sede do Município e de muitas áreas ao entorno. Possui fácil acesso, sendo necessária uma caminhada de aproximadamente 10 minutos para chegar ao pé do cruzeiro.

Enduro de MotoCross

Acontece em Vila Valério uma das etapas do Campeonato Estadual de MotoCross, trazendo milhares de espectadores.



Jequitibá rosa

No interior do município, próximo à Serra da Pedra Roxa, localizado a 18°52'54" de Latitude Sul e 40°18'16" de Longitude Oeste, encontra-se um jequitibá rosa que, medido a três metros de altura apresenta mais de sete metros de perfeita circunferência (mais de 2,2 metros de diâmetro). O primeiro tronco lateral está, aproximadamente, a 40 metros de altura, chegando a um total de mais de 70 metros de altura. É maior em altura e diâmetro quando comparado ao jequitibá rosa encontrado na reserva de Sooretama na localidade do Juncado. É a maior árvore do Espírito Santo ao Norte do Rio Doce.



Figura 5. Jequitiba rosa, localizado em Vila Valério.





Representações políticas

Formação dos distritos

Em 1963, Vila Valério foi elevado a Distrito pela Lei Estadual nº1.919 de 31 de dezembro de 1963. São Jorge da Barra Seca foi elevado a Distrito em 13 de dezembro de 1983 por meio da Lei Estadual nº 3.608.

Por meio da Lei Municipal de Vila Valério nº 031 de 11 de maio de 1997, foi criado o Distrito de Jurama, somando-se aos outros dois Distritos. Nessa mesma lei, o Distrito de São Jorge da Barra Seca também passa a ser Distrito de Vila Valério, não mais pertencente a Linhares.

O Distrito de Vila Valério, pertencente a São Gabriel da Palha, e o Distrito de São Jorge da Barra Seca, pertencente ao Município de Linhares, tornaram-se Município no dia 28 de março de 1994, pela Lei Estadual número 4.892. O Município foi instalado em 1º de janeiro de 1997. Essa conquista foi efetivada devido à atuação de diversas lideranças e da sociedade, moradores dos Distritos de São Jorge da Barra Seca e de Vila Valério. Esse assunto será detalhada no Capítulo 5.

Autoridades residentes em Vila Valério

Parte pertencente a São Gabriel da Palha

Firmino De Martins foi eleito Vice-prefeito de Anastácio Cassaro, mandato de janeiro de 1983 a janeiro de 1989. Com o assassinato do Prefeito de São Gabriel da Palha no dia 03 de abril de 1986, Firmino De Martins assumiu o cargo de Prefeito dias depois, permanecendo até o final do mandato. Vila Valério teve outro Vice-prefeito, Ulrich Justo Mielke, no mandato de Jair Ferreira da Fonseca, de janeiro de 1989 a final de 1992.



Também teve Raulino Costa Filho como primeiro vereador por Colatina. Já por São Gabriel da Palha, enquanto Município, foram vereadores José Pereira da Silva de janeiro de 1967 a janeiro de 1983 (quatro mandatos seguidos), Ulrich Justo Mielke de janeiro de 1967 a janeiro de 1977 (três mandatos seguidos), Hermínio De Martins de 1973 a 1977, Francisco José Alves Soares de 1983 a 1988, Luizmar Mielke de 1989 a final de 1996 (dois mandatos), Adhemar Plantiko de 1989 a 1992, Jonas Chequetto de 1989 a 1992, Paulo Roberto Alves Roberti de 1989 a 1992, Antônio Aarão Rubim de 1989 a 1992, Adair Grigoletto de 1993 a final de 1996 e Cassimiro José Brumatti de 1993 a final de 1996, quando Vila Valério pertencia a São Gabriel da Palha.

Parte pertencente a Linhares

Na parte que pertencia a Linhares, na região do Distrito de São Jorge da Barra Seca, foram vereadores João Paulo da Silva (mandatos de 1955 a 1959 e de 1959 a 1962), Francisco Pereira Santana (mandato de 1993 a 1996) e Alcides Pomtini (1982 a 1993). Alcides assumiu em maio de 1982 e seguiu até janeiro de 1983, pois era suplente do vereador Waldemar Zardo, que passou a ser Prefeito de Linhares.

Prefeitos de Linhares (segunda emancipação)

Roberto Calmon: Nasceu em Linhares em 1911. Formou-se em medicina. Foi nomeado Prefeito pelo Governador Jones dos Santos Neves em 1943 (Zunti, 2000).

Humberto Calmon Neves Fernandes: Nasceu em São Mateus em 1902. Nomeado Prefeito em agosto de 1946, tendo a posse em setembro do mesmo ano.

Miguel Gusman Junior: Nascido em Muriaé, Minas Gerais, em 1899. Nomeado Prefeito em janeiro de 1947 por motivos políticos.



Anario Marreiro de Araújo: Nasceu no estado do Ceará em 1901. Nomeado e empossado Prefeito em abril de 1947. Organizou as primeiras eleições municipais para o próximo pleito.

Manoel Salustiano de Souza: Nascido em Almenara, Bahia, em 1900. Eleito por voto popular em dezembro de 1947, mês em que foi empossado juntamente à Câmara de vereadores.

Joaquim Calmon: Nasceu em Linhares em 1895. Empossado juntamente à Câmara de vereadores, em janeiro de 1951, com mandato até 31 de janeiro de 1955.

José de Caldas Brito: Nascido em Esperantina, Piauí, em 1921. Formou-se em direito. Foi nomeado Prefeito após a morte de Manoel Salustino de Souza, ocorrida em 27 de novembro de 1954, que tinha sido eleito para o mandato de 1955 a 1959. Assim, tornou-se Prefeito interino de 31 de janeiro a 03 de abril de 1955, pois era Presidente da nova Câmara de vereadores já empossada. Na época não existia Vice-prefeito, assumindo o cargo de prefeito o presidente da Câmara. **Nota:** No mandato de 1955 a 1959, João Paulo da Silva foi vereador eleito representando a região que atualmente pertence à Vila Valério.

Emir de Macedo Gomes: Nascido em Remanso, Bahia, em 1924. Foi eleito em 24 de março de 1955 e empossado em 03 de abril de 1955. A Câmara já estava empossada. Houve eleição apenas para Prefeito.

Armando Barbosa Quitiba: Nasceu em Alfredo Chaves, Espírito Santo, em 1913. Eleito em 10 de outubro de 1954 e empossado em 31 de janeiro de 1959 juntamente à Câmara de vereadores. Renunciou o cargo em agosto de 1962. **Nota:** João Paulo da Silva foi reeleito vereador.

Antônio Edson Azevedo Lima: Nascido em Pedra Branca, Ceará, em 1928. Assumiu a prefeitura em agosto de 1962 depois da



renúncia do Prefeito anterior. Antônio era Presidente da Câmara de vereadores.

Antenor Elias: Nascido em Viana, em 1904. Foi empossado Prefeito juntamente à Câmara de vereadores em 31 de janeiro de 1963.

Senatillo Perin: Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim em 1930. Foi empossado Prefeito juntamente à Câmara de vereadores em 31 de janeiro de 1967. **Nota:** No seu mandato, colocou repetidora de TV e antena telefônica.

José Rodrigues Maciel: Nasceu em Colatina em 1933. Foi empossado Prefeito juntamente à Câmara de vereadores em 31 de janeiro de 1971. Teve mandado por dois anos, em função de um ajuste de mandato realizado pelo Governo Federal que ocorreu em todo Brasil.

Samuel Batista Cruz: Nascido em Lajinha, Minas Gerais, em 1938. Bacharel em direito. Posse do executivo e legislativo em 31 de janeiro de 1973.

Antonio Muniz dos Reis: Nasceu em Fundão em 1927. Bacharel em direito. Posse do executivo e legislativo em 31 de janeiro de 1977.

Hélio Leal: Nasceu na capital do Rio de Janeiro em 1917. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFES. Foi nomeado como interventor pelo Governador Eurico Rezende em 10 de maio de 1979. Segundo Luís Cândido Durão, a intervenção ocorreu depois da tentativa de assassinato do então Prefeito Antonio Muniz dos Reis, que ficou hospitalizado por muito tempo. Posteriormente, Antonio Muniz dos Reis voltou ao poder, contudo, renunciou ao cargo.

Luís Cândido Durão: Nasceu em Linhares em 1947. Bacharel em direito. Segundo Luís, ele foi empossado pelo Governador Eurico Rezende depois do fim da intervenção e depois que Antonio Muniz dos Reis renunciou ao cargo (Luís era Vice-prefeito de Antonio Muniz dos Reis). Portanto, foi empossado em 02 de julho de 1979.



Waldemar Zardo: Nasceu em Castelo em 1929. Assumiu a prefeitura em maio de 1982, após o afastamento de Luís Cândido Durão que candidatou-se a Deputado. Waldemar era Presidente da Câmara de vereadores. **Nota:** Nessa ocasião (maio de 1982 a janeiro de 1983), Alcides Pontini torna-se vereador, pois era suplente de Waldemar Zardo. Assim, a região do São Jorge da Barra Seca, passou a ter um representante nesse período.

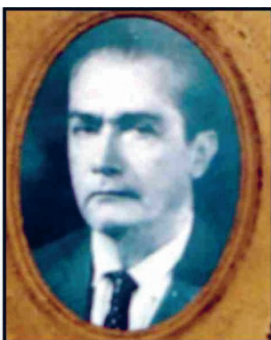
Samuel Batista Cruz: No segundo mandato, foi empossado em 31 de janeiro de 1983 juntamente ao poder legislativo.

Luís Cândido Durão: No seu segundo mandato foi eleito no final de 1988. Foi empossado em janeiro de 1989 juntamente ao poder legislativo.

José Carlos Elias: Nasceu em Itapemirim em 1954. Posse do executivo e legislativo em 01 de janeiro de 1993. **Nota:** Nesse período, Francisco Pereira Santana foi vereador representando a região que atualmente pertence a Vila Valério.



Roberto Calmon



**Humberto Calmon Neves
Fernandes**



Miguel Gusman Júnior



Anário Marreiro de Araújo



**Manoel Salustiano
de Souza**



Joaquim Calmon



José de Caldas Brito



Emir de Macedo Gomes



Armando Barbosa Quitiba

Figura 6. Prefeitos de Linhares. De 1943 até 1996. Continua...



**Antônio Édson Azevedo
Lima**



Antenor Elias



Senatillo Perin



José Rodrigues Maciel



Samuel Batista Cruz



Antônio Muniz dos Reis



Hélio Leal



Luis Cândido Durão



Valdemar Zardo

Figura 6. Prefeitos de Linhares. De 1943 até 1996. Continua...



Samuel Batista Cruz

Luís Cândido Durão

José Carlos Elias

Figura 6. Prefeitos de Linhares. De 1943 até 1996.

Prefeitos de São Gabriel da Palha

Mauro Ribeiro Garcia: Assume a Prefeitura em 14 de maio de 1963, por meio de nomeação do Governador. Era funcionário da Secretaria da Fazenda em São Gabriel da Palha.

José Sebastião Lacerda: Assume em 1965, por meio de nomeação do Governador. Era comerciante de destaque em São Gabriel da Palha.

Petrolino Barbosa de Sousa: Nomeado interventor em 1966. Era Tenente do Exército vindo de outra localidade. Antes de sua vinda, não residia em São Gabriel da Palha.

Eduardo Glazar: Foi o primeiro Prefeito eleito de São Gabriel da Palha. Assume junto à Câmara de vereadores em 31 de janeiro de 1967. Era agricultor e empresário. **Nota:** Nesse período, José Pereira da Silva e Ulrich Justo Mielke foram vereadores representando a região do Distrito de Vila Valério.

Dário Martinelli: Assume junto à Câmara de vereadores em 1971 (possivelmente em 31 de janeiro). Agricultor e formado em ortodontia (dentista). **Nota:** Nesse período, José Pereira da Silva e Ulrich Justo Mielke também foram vereadores.



Eduardo Glazar: Segundo mandato. Assume à Câmara de vereadores em 1973 (possivelmente em 31 de janeiro). **Nota:** Nesse período, José Pereira da Silva, Hermínio De Martins e Ulrich Justo Mielke foram vereadores.

Dário Martinelli: Segundo mandato. Assume com a Câmara de vereadores em 1977 (possivelmente em 31 de janeiro). **Nota:** Nesse período, José Pereira da Silva foi vereador.

Anastácio Cassaro: Assume junto à Câmara em 1983 (possivelmente em 31 de janeiro). Era agricultor e prático em farmácia. Foi assassinado em 03 de abril de 1986. **Nota:** Nesse período, Firmino De Martins era Vice-prefeito e Francisco José Alves Soares vereador representando a região de Vila Valério.

Firmino De Martins: Apesar de diversas turbulências relacionadas ao assassinato do Prefeito, o Vice-prefeito assumiu a prefeitura em 1986. Na época, Firmino era empresário e agricultor.

Jair Ferreira da Fonseca: Assume com a Câmara de vereadores em 1989. Jair formou-se em direito. **Nota:** Nesse período, Adhemar Plantiko, Antônio Aarão Rubim, Jonas Chequetto, Luizmar Mielke e Paulo Roberto Alves Roberti foram vereadores.

Luiz Pereira do Nascimento: Assume junto à Câmara de vereadores em 1º de janeiro de 1993. Luiz formou-se em medicina e era proprietário de um Hospital em São Gabriela da Palha. **Nota:** Nesse período, Adair Grigoletto, Cassimiro José Brumatti e Luizmar Mielke eram vereadores no Distrito de Vila Valério.



Mauro Ribeiro Garcia



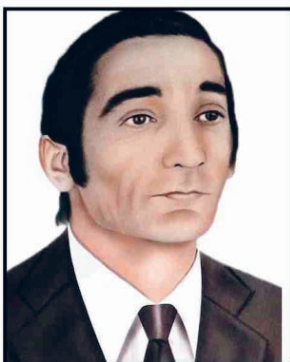
Sebastião José Lacerda



**Petrolino Barbosa
de Souza**



Eduardo Glazar



Dário Martinelli



Eduardo Glazar



Dário Martinelli



Anastácio Cassaro



Firmino De Martins

Figura 7. Prefeitos de São Gabriel da Palha. De 1963 a 1996. Continua...



Jair Ferreira da Fonseca

**Luiz Pereira do
Nascimento**

Figura 7. Prefeitos de São Gabriel da Palha. De 1963 a 1996.





História pontual de algumas localidades

Paraíso novo

Segundo Agostinho Partelli, a localidade chamada de Paraíso Novo surgiu por volta de 1947. As famílias vieram à procura de terra e de melhores condições de vida. Antes disso, João Barbosa (filho de Antônio Barbosa), relatou que seu pai chegou a Paraíso Novo (Córrego São Vicente) em 08 de agosto de 1945, passando por Fartura, pois Vila Valério apresentava graves problemas com a febre, como já relatado anteriormente. João Barbosa também relatou que, quando chegaram à região, existia uma barraquinha abandonada pelos poloneses que haviam deixado a região, principalmente por causa da febre.

Inicialmente, a região foi ocupada pelas famílias de Antônio Barbosa, Teófilo Osebio, Julio Silva, Fastino Pereira, Otávio Figueira e Estefani Tomaz. Depois vieram as famílias de Adalberto Piekarz, Agostinho Partelli, João Alfredo, João Paulo da Silva, Antonio Braz, Daniel Merence Pinheiro Barros, José Cledes, Dirceu Dias e outros.

Provavelmente o nome do local foi atribuído por Teófilo Osebio ou Otávio Figueira, sendo o lugar considerado um novo Paraíso. Segundo João Barbosa, o primeiro Padre que celebrou missa no Paraíso Novo foi o Padre Ângelo vindo de Linhares. Existia, perto da casa de Teófilo Osebio, um Cruzeiro, onde os moradores se reuniam para celebrar a palavra de Deus. Posteriormente, construíram uma igreja Católica, inaugurada em 09 de fevereiro de 1959 (Figura 8).



Figura 8. Igreja Católica do Paraíso Novo, Comunidade São José.

São Jorge da Barra Seca

Parte da história da região de São Jorge da Barra Seca foi descrita com base no livro de registro disponibilizado pela comunidade



Católica de São Jorge da Barra Seca, assinado por Alcides Pontini, Silvestre Jorge Inácio e Diolindo Penitente em 07 de abril de 1974 e, também, por acesso aos registros de atas da comunidade a partir de 1971.

Segundo os documentos citados, a colonização da sede do Distrito iniciou a partir de junho de 1955, quando Alcides Pontini comprou a propriedade de Joaquim Ferreira dos Santos. Em agosto do mesmo ano, ele trouxe a mudança de seu meeiro (não descrevem o nome). Depois de mais de dois anos (02 de setembro de 1957), Alcides e a esposa, Marília Mucelli Pontini, mudaram para São Jorge da Barra Seca.

Antes disso, segundo Dionízio Leonardi, ele e sua família (seu pai Adílio Leonardi) chegaram à região por volta de 1953, no lado norte do Rio, Município de São Mateus. Os primeiros moradores foram as famílias de Humberto Capucho (lado norte do Rio), Vivaldo Bastos e Marcionilho Mello da Penha (lado sul do Rio pertencente a Linhares). Donízio também conta que Joaquim Ferreira dos Santos morava numa casinha antes de vender a propriedade para Alcides Pontini.

No início, o lado Norte do Rio era mais desenvolvido e atendia toda região. Dionízio Leonardi conta que a primeira professora a atender a região foi Nilza, que vinha de São Mateus e ministrava as aulas na casa de seu pai (Adílio), antes de 1959. Posteriormente, o lado Sul do Rio (atual Município de Vila Valério) passou a apresentar desenvolvimento superior ao lado norte. Destaca-se nessa época a construção da estrada que liga o Distrito da Lagoa Juparanã ao Distrito de São Jorge da Barra Seca (Zunti, 1982; 2000).

Na sede do Distrito de São Jorge da Barra Seca em 1959, Alcides e esposa criaram uma escolinha na própria residência, tendo Marília Mucelli Pontini como a primeira professora. Para a escola funcionar, contou com o apoio do Deputado Estadual Emir de Macêdo



Gomes e do Prefeito de Linhares, Armando Barbosa Quitíba. Foi nesse mesmo ano que Alcides decidiu fundar a Vila, dando o nome do Patrono São Jorge em 1960. Daí o nome de São Jorge da Barra Seca, sendo São Jorge o Padroeiro e Barra Seca, o principal Rio da Vila.

Foi em 23 de abril de 1961 que se instalou a primeira direção da comunidade Católica, na mesma data consagrada ao Padroeiro São Jorge. Teve como Presidente Alcides Pontini, secretário Genílio do Oliveira e como tesoureiro Guerino Venturini. Na ocasião, segundo o documento citado anteriormente, existiam diversas famílias: Ivo Capucho, José Moreira dos Santos, Rafael Fagulim, Ismael Fagulim, Salomão Bischner, Adílio Leonardi, Genim Bueno, João Leonardi, Dionísio Leonardi, Humberto Capucho, Gerlindo Capucho, Almerindo Sérgio Pires, Manuel Bernadino, Pedro Gregório dos Santos, Aristides Passator Piva, Esmerino de Jesus, Odilon Guerino, Arcendino Cruz, Francisco Manoel, Euzébio Cesana e outros.

No dia 23 de abril de 1961, Alcides Pontini doou uma área de 2000m² para ser construída a primeira igreja do São Jorge. Houve uma grande festa, tendo uma pequena barraca iluminada por grandes tochas e vários leilões oferecidos pelos moradores.

Nesta área, no dia 09 de novembro de 1961, foi celebrada a primeira missa pelo Cônego (Padre) Henrique Zamperetti. A missa foi realizada debaixo de uma barraca de palha, onde também ocorreram os primeiros batizados. Na ocasião, também foi nomeada a primeira catequista, Tereza de Jesus Bonomo.

No final de 1961, segundo o livro de registro, o tesoureiro (Guerino Venturini) e o secretário (Genílio do Oliveira) abandonaram o cargo, ficando Alcides até final de 1965, quando houve escolha da nova diretoria. O motivo dos cargos ficarem vagos, sem uma diretoria completa, não foi abordado. Contudo, possivelmente estes fatos podem estar associados a problemas de relacionamento entre eles e entre



algumas famílias, que por alternativa religiosa, passaram a frequentar a comunidade de São José (lado norte do Rio).

O Cônego Henrique Zamperetti foi Padre da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Linhares, que atendia toda a região do atual Distrito de São Jorge da Barra Seca e Jurama até 1969.

Vale destacar, baseado nas informações do Padre Selésio Petri, que a comunidade sede do Distrito de São Jorge da Barra Seca era acompanhada pelos Combonianos vindos de Nova Venécia até a criação da Diocese de Colatina (23 de abril de 1990) e da criação da Paróquia Cristo Rei (Córrego D'água, atual Sooretama), em 30 de dezembro de 1990. Padre Selésio destaca também que foi o Padre Jair Côco que fomentou a formação política e criação de diversas associações na época.

Em 1961, Alcides Pontini doou outra área para construção de uma escola singular, construída em fevereiro e março de 1962, com suporte do governo do Estado, Governador Jones dos Santos Neves. Esta mesma obra também serviu de igreja por nove anos. Em 1965 foi construída a segunda sala de aula e, em 1969, foi construída a terceira sala.

No dia 29 de outubro de 1965, foi lançada a pedra fundamental da construção da igreja Católica. Esse acontecimento foi acompanhado por dias de grandes festividades. A igreja foi construída de 1968 a 1971, sendo inaugurada em 26 de junho de 1971 com uma missa celebrada pelo Padre José Lucas Mendes.

Em 1967 foi construído o prédio da delegacia. No final de 1970, foi construída pelo SAAE (prefeitura) uma rede de água para a comunidade, fato confirmado por Zunti (2000), que descreve que esta obra foi realizada no mandato do Prefeito de Linhares, Senatillo Perim.

Na Vila, em 1974, havia energia elétrica, mas provavelmente ainda movida a motor a diesel. Existiam também 80 casas residenciais,



sete estabelecimentos comerciais, um ginásio, uma escola de primeiro grau, uma beneficiadora de café, uma farmácia, uma serraria, duas ferrarias, uma selaria, um campo de futebol, uma pensão, um açougue, um posto fiscal, duas igrejas Luteranas e uma marcenaria e pelo menos 70 famílias.

Segundo Pedro Batista de Souza Junior, a região passou a ter fiscal da prefeitura de Linhares (ele próprio) a partir do dia 15 de junho de 1973. Foi em 13 de dezembro de 1983, por meio da Lei Estadual nº 3.608, que São Jorge da Barra Seca foi elevado a Distrito da Comarca de Linhares. O cartório de registro civil foi inaugurado em dezembro de 1988.

Jurama

A localidade do Jurama teve como primeiros moradores as famílias de Paulo Vesptal e Renhold Bolry, em 1946. Posteriormente, vieram as famílias de Emanuel João de Souza, Norberto Marcelo Chagas, Flaudisio Vacari, João de Souza, Antônio Marques da Graça, Orli Pereira e José Inácio de Melo (arquivos da Secretaria de Cultura e confirmado por Felix Chagas).

O primeiro farmacêutico foi Joaquim de Mesquita; a primeira professora foi Enilda Ferreira; e o primeiro comerciante foi Norberto Marcelo Chagas. A primeira missa foi celebrada pelo Padre Luiz que vinha a cavalo de Rio Bananal. A primeira igreja foi construída em 1957 e era de estuque e coberta com palha.

A área onde é a sede do Distrito era de propriedade de Antônio Guerra que, em meados da década de 1950, resolveu dividir a área para transformá-la em patrimônio. Na época, a localidade ainda não tinha nome, sendo dado o nome de Jurama em homenagem a filha do agrimensor Barros, que se chamava Jurama. O agrimensor Barros mediu as áreas do atual Distrito.



Emancipação política - 1979 a 1996

De posse da cópia de todo o processo de emancipação de Vila Valério, de processos jurídicos, demais documentos, de entrevistas e de relatos de diversos representantes da sociedade, foi possível descrever e confirmar vários acontecimentos sobre a emancipação.

Primeira tentativa de emancipação

Em 1979, mais de 100 moradores do Distrito de Vila Valério, coordenados pelo vereador do Município de São Gabriel da Palha (morador de Vila Valério), José Pereira da Silva, solicitaram à Assembleia Legislativa do Estado, por intermédio de Nider Barbosa de Menezes (na época Deputado Estadual), a emancipação do Distrito (Folha 199 e 224 do processo de emancipação de Vila Valério e informação do José Pereira da Silva).

Em 1983, um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Secretária da Fazenda verificou que o Distrito de Vila Valério não preenchia os requisitos exigidos pela Lei vigente na época para tornar-se município. A Lei determinava que a população deveria ser superior a 10 mil habitantes e possuir renda acima de 0,5% da receita do Estado, portanto ocorreu o arquivamento do processo em 14 de setembro de 1983.

Na ocasião, o pedido de emancipação foi apenas do Distrito de Vila Valério, não englobando a região do Distrito de São Jorge da Barra Seca.

Segunda tentativa de emancipação

Em 13 de dezembro de 1989, ocorreu novo pedido de emancipação do Distrito de Vila Valério, tendo no processo 160



assinaturas de eleitores domiciliados no Distrito. Nessa época o pedido também foi apenas do Distrito de Vila Valério.

A solicitação foi organizada e fundamentada pelos vereadores de São Gabriel da Palha, dentre eles: Paulo Roberto Alves Roberti, Adhemar Plantiko, Luizmar Mielke e Antônio Aarão Rubim a pedido da sociedade (Folhas 197 e 198 do processo de emancipação). Porém, a receita pública do Distrito não foi informada pelo órgão competente em tempo hábil, sendo novamente arquivado.

Tentativa unificada de emancipação

Em maio de 1991, 150 eleitores do Distrito de São Jorge da Barra Seca, Município de Linhares, solicitaram à Assembleia Legislativa, por intermédio de um abaixo-assinado, a exclusão de seu território do processo de emancipação de Córrego D'Água (atual Sooretama). Ou seja, não gostariam de pertencer a esse novo Município, e apresentaram fortes justificativas. Porém, a Assembleia Legislativa já havia concedido autorização para consulta plebiscitária com vista à criação do Município de Sooretama (junto com Distrito de São Jorge da Barra Seca). Posteriormente, o Distrito de Sooretama emancipou-se sem inclusão do Distrito de São Jorge da Barra Seca.

O processo de emancipação ofereceu destaque ao abaixo-assinado composto por 771 eleitores e moradores do Distrito de São Jorge da Barra Seca. As assinaturas foram devidamente identificadas em Cartório de Notas de Registro Civil, em 08 de outubro de 1991. Nesse abaixo-assinado, os moradores requereram a união da área do Distrito de São Jorge da Barra Seca ao processo de criação do Município de Vila Valério, ou seja, a junção dos dois Distritos.

Este abaixo-assinado foi recebido em 14 de outubro de 1991 pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Valci Ferreira, sendo lido na Sessão da Assembleia em 15 de outubro de 1991. Junto às



assinaturas, foi entregue um documento solicitando a emancipação com a junção dos dois Distritos. O documento também descreve que a Lei Federal não restringe emancipação nessas condições (dois Distritos e de Municípios diferentes) e justifica com clareza a importância da junção.

Sabendo que o Distrito de Vila Valério não atendia aos quesitos mínimos, a comissão de emancipação teve como solução efetuar a junção ao Distrito de São Jorge da Barra Seca. Foram recolhidas 1.081 assinaturas de eleitores reconhecidas em cartório (771 assinaturas do Distrito de São Jorge da Barra Seca, pedindo ajuntamento com Vila Valério, 150 assinaturas solicitando exclusão do Distrito do processo de emancipação de Sooretama e 160 assinaturas solicitando emancipação do Distrito de Vila Valério). Assim, o povo solicitou a emancipação de Vila Valério agora com a junção dos dois Distritos (Vila Valério e São Jorge da Barra Seca).

Em 18 de novembro de 1991, o Procurador Nilson Escopelle Gomes opina pelo acolhimento do pedido de emancipação de Vila Valério, pois não encontrou impedimento nas Leis Federais e Estaduais para a junção de Distritos de Municípios diferentes. Tal documento foi anexado ao processo.

Em 20 de novembro de 1991, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, Deputado Paulo Lemos, solicita ao IBGE (Jussara Colen Rievers) que encaminhe informações a respeito das duas regiões, para verificar se a população era maior de 8.000 habitantes e se o centro urbano apresentava mais de 200 casas. Esses eram alguns dos critérios mínimos do complemento da Lei nº 13/89 (inciso I e III) para a emancipação.

Na mesma data, o Deputado Paulo Lemos solicitou a delimitação da linha periférica do novo Município ao Diretor do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF/ES (Augusto Bandeira Filho). No mesmo dia, também solicitou ao Secretário de



Estado da Fazenda (Sérgio do Amaral Vergueiro) que verificasse o inciso IV da Lei Complementar nº 13/91, o qual descreve que o Município a ser criado deverá ter no mínimo 2,6 milésimos de receita estadual de impostos no último exercício, sem que o remanescente tenha perda superior a 35% de sua arrecadação total. Solicitou também ao Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), José Eduardo Grandi Ribeiro, que verificasse o eleitorado da região, conforme o item II da Lei Complementar.

Em 05 de dezembro de 1991, o Deputado Paulo Lemos solicita ao Chefe do ESET/ES, Jussara Colen Rieveres, o mapa com a delimitação do pretense Município e o memorial descritivo dos limites, conforme Lei Complementar.

Em 10 de dezembro de 1991, o Geógrafo da Secretária de Estado da Agricultura, do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (Mário Sartori) descreve as divisas intermunicipais do pretense Município de Vila Valério. Inicialmente, apresentava uma área de 584km² fazendo divisa com São Mateus, Jaguaré, Linhares, Rio Bananal e São Domingos do Norte, tendo algumas pequenas diferenças das atuais divisas.

Em 20 de dezembro de 1991, o Desembargador Presidente do TRE, José Eduardo Grandi Ribeiro, informa ao Deputado Paulo Lemos que o Distrito de Vila Valério, Município de São Gabriel da Palha, apresentava 3.584 eleitores até 27 de novembro de 1991. Informou também que o Distrito de São Jorge da Barra Seca (Linhares) não existe mais, pois passou a pertencer ao Distrito de Córrego D'Água (Lei Municipal nº 1.555/91 de 20 de novembro de 1991) (Folha 202 do processo de emancipação). **Nota:** Em maio de 1991, os moradores do Distrito de São Jorge da Barra Seca realizaram um abaixo-assinado solicitando a exclusão do processo de emancipação do Distrito de Córrego D'Água (Sooretama).



Em 04 de fevereiro de 1992, o Presidente da Câmara de Vereadores de São Gabriel da Palha e também Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Valério (Condeva), Luizmar Mielke, encaminha um pedido ao Presidente do TRE, Arione Vasconcelos Ribeiro, solicitando o número total de eleitores da 37ª Zona Eleitoral (Distrito de Vila Valério) e da 25ª Zona Eleitoral (todas pertencentes ao Distrito de São Jorge da Barra Seca).

No dia 24 de fevereiro de 1992, atendendo à ordem do Desembargador Presidente do TRE, a diretora geral do Tribunal, Marília Grandi Monteiro Morgado Horta, descreve o número de eleitores até 29 de novembro de 1992 (folha 209 do processo) e encaminha para o vereador Luizmar Mielke. No documento, lista-se: 37ª Zona Eleitoral (Vila Valério) com 3.584 eleitores e a 25ª Zona Eleitoral de Linhares com 186 eleitores em Vargem Alegre, 206 em Araribóia, 613 em Paraisópolis, 445 em Jurama, 326 em Tesouro e 608 em São Jorge da Barra Seca, tendo, portanto, um total de 2.384 eleitores. Portanto, 5.968 eleitores nas duas Zonas eleitorais.

Em 17 de fevereiro de 1992, o Deputado Waldemiro Seibel requer o desarquivamento do processo nº DL 184/89 de emancipação do Distrito de Vila Valério, Município de São Gabriel da Palha, sendo deferido. Em parte dos despachos descreve-se que "*O abaixo-assinado dos eleitores do Distrito de Vila Valério no Município de São Gabriel da Palha que foi lido e incluído na Ata de 28/08/79 e encaminhado à comissão de Justiça para as devidas providências*", indicando que Vila Valério tentou emancipação em 1979.

Ainda em 17 de fevereiro de 1992, o Presidente da Câmara de São Gabriel da Palha, vereador Luizmar Mielke, encaminha ao Deputado Estadual Paulo Lemos, então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação da Assembleia,



diversos documentos solicitando a emancipação do Distrito de Vila Valério juntamente ao Distrito de São Jorge da Barra Seca.

Em 05 de março de 1992, o vereador Luizmar Mielke solicita ao Deputado Paulo Lemos a inclusão da resposta do TRE ao processo de criação do pretense Município de Vila Valério.

No dia 10 de março de 1992, o Secretário de Estado da Fazenda, Sérgio do Amaral Vergueiro, encaminha dados financeiros dos Municípios e Distritos envolvidos na emancipação para o Deputado Paulo Lemos. Esse levantamento foi realizado em 02 de dezembro de 1991 pelo coordenador de arrecadação, João Câmara Sete Neto.

O documento relata que a arrecadação do Estado em 1990 foi de Cr\$ 45.334.724.109,45. A arrecadação do Município de São Gabriel da Palha foi de Cr\$ 206.258.327,46 e excluindo Vila Valério foi de Cr\$ 141.619.519,14. Portanto, o Distrito de Vila Valério obtinha a arrecadação de Cr\$ 64.637.808,82 não atingindo o mínimo necessário para emancipação, que deveria ser de 0,0026% do Estado, ou seja, Cr\$ 117.870.282,68, para o ano base utilizado. Dessa forma, atendia apenas a exigência de que a perda do Município sedente (São Gabriel da Palha) não fosse superior a 35% da arrecadação.

A arrecadação de Linhares foi de Cr\$ 1.386.590.599,35 e excluindo o Distrito de São Jorge da Barra Seca foi de Cr\$ 1.327.154.850,80, ou seja, São Jorge da Barra Seca apresentava uma receita de Cr\$ 59.435.748,55. Portanto, somando a arrecadação dos dois Distritos obteve-se um valor de Cr\$ 124.073.558,07, atingindo a arrecadação mínima exigida pela Lei Complementar, ou seja, renda de 0,00273% do Estado. A perda de São Gabriel da Palha seria de 31,33% e Linhares de 4,28% portanto, dentro dos requisitos para emancipação.

Em 16 de março de 1992, o Prefeito de São Gabriel da Palha, Jair Ferreira da Fonseca, solicita cópia do processo de emancipação de Vila Valério. O pedido foi protocolado no dia 28 de abril e foi acatado.



Em 19 de março de 1992, o Diretor da Diretoria de Pesquisas do IBGE encaminha para o Deputado Paulo Lemos a descrição das divisas do propenso Município. Descreve que sua população em 01 de setembro de 1991 era de 13.139 habitantes, sendo 6.880 residentes no Distrito de Vila Valério e 6.259 no Distrito de São Jorge da Barra Seca. Nessa ocasião, Linhares passou a ter 112.621 habitantes e São Gabriel da Palha 23.883 habitantes. O centro urbano de Vila Valério apresentava 716 domicílios e São Jorge da Barra Seca 305. O documento também relatava que não havia outra cidade na Federação com nome de Vila Valério.

Em 24 de março de 1992, foi designado o Deputado Estadual Umberto Messias como relator do processo de pedido de emancipação de Vila Valério. Encontra-se no processo (folhas 247 a 256), datado de 25 de março de 1992, um abaixo-assinado de aproximadamente 300 assinaturas de moradores do Distrito de Córrego D'Água, dirigido à Assembleia Legislativa, solicitando o impedimento da junção da área de antigo Distrito de São Jorge da Barra Seca ao Distrito de Vila Valério. A solicitação relatava que a referida junção era um verdadeiro absurdo e desrespeito. **Nota do autor:** Os residentes da região de São Jorge da Barra Seca queriam a junção com o Distrito de Vila Valério. Prova disso, foram as mais de 700 assinaturas em abaixo-assinado, com motivos óbvios, plenamente respeitosos e justos.

Em 26 de março de 1992, o Deputado Estadual Umberto Messias entrega parecer favorável à emancipação, pois Vila Valério atingia todos os requisitos das Leis vigentes. Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação foi favorável à aprovação do pedido de criação do Município de Vila Valério na forma apresentada. Assim, por meio de Decreto, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo determinou a realização de consulta plebiscitária à população do propenso Município. Na ocasião, o



relatório foi assinado por Paulo Lemos (Presidente da Comissão), Umberto Messias, Maria da Penha F. Rosa, Teteco Queiroz, Brice Bragato, Waldir Durão e Marcos Madureira.

A Assembleia Legislativa recebeu, em 26 de março de 1992, uma cópia da Lei nº 1.555/1991 da Câmara Municipal de Linhares. A Lei descreve: "*Suprime o Distrito Administrativo de São Jorge da Barra Seca, institui novas divisas para o Distrito Administrativo de Córrego D'Água* (atual Sooretama), *dispõe sobre alteração da Lei nº 1.519/91, de 28 de junho de 1991 e da outras providências*". Na Lei nº 1.555/91 de 20 de novembro de 1991, publicada no Diário Oficial em 10 de dezembro de 1991 (folha 284 do processo), ficou suprimido do Município de Linhares o Distrito de São Jorge da Barra Seca, passando a pertencer ao propenso município de Sooretama. Esta Lei foi promulgada pelo Prefeito de Linhares, Luiz Candido Durão, em 29 de novembro de 1991. **Nota do autor:** Esse fato atrapalhou a emancipação de Vila Valério, mas isso foi superado com sucesso.

No dia 02 de abril de 1992, foi publicado no Diário do Poder Legislativo o relatório com o parecer do Deputado Umberto Messias. No dia 29 de abril de 1992, o Deputado Ulisses Anders requereu urgência para o processo de emancipação do propenso Município.

No dia 21 de maio de 1992, foi publicado no Diário oficial o Decreto Legislativo nº 02/1992, que informava que a Assembleia Legislativa fica determinada a realizar consulta plebiscitária à população da região do propenso Município de Vila Valério.

Em 05 de agosto de 1992, foi protocolado na Assembleia Legislativa um abaixo-assinado dos funcionários e alunos da escola de 1º e 2º grau Atilio Vivácqua solicitando agilidade no processo de criação do propenso Município. Esse documento foi assinado pela Diretora Carmelina Soares Bonadiman em 11 de março de 1992 e teve 722 assinaturas de estudantes e 39 assinaturas de funcionários.



Paralisação da emancipação

Em 21 de maio de 1992 foi autorizado o plebiscito, contudo passaram-se alguns meses e não ocorreu o plebiscito e nem emancipação, mesmo havendo prazo legal para continuar os trâmites. O processo ficou parado na Assembleia Legislativa por quase um ano. Até 21 de maio de 1992, o processo tramitou com agilidade, inclusive ocorrendo a publicação da determinação do plebiscito.

Somente depois das eleições municipais, o processo voltou a apresentar movimentação na Assembleia, sendo anexados a ele muitos documentos idênticos aos apresentados em 1991 e 1992. Não são encontrados relatos sobre os motivos da paralisação do processo de emancipação. Dizem que, por interesse pessoal de alguns políticos (eleições municipais de Linhares e/ou São Gabriel da Palha), o processo não avançou e infelizmente, o vila-valeriense teve que esperar mais quatro anos para ter administração própria em Vila Valério.

Emancipação - Reativação do processo

Em 31 de março de 1993, o Procurador Regional Eleitoral, Onofre de Faria Martins, afirma com fortes argumentos jurídicos, que não há dúvidas sobre a legalidade da criação do propenso Município. Os argumentos de Onofre deixaram claro que o questionamento do Supervisor Financeiro (não cita nome), que citava a extinção do Distrito de São Jorge da Barra Seca como impedimento para a realização do plebiscito, não era legal e justificável para impedir a emancipação de Vila Valério. No mesmo documento, o Procurador Regional sugere a realização da consulta plebiscitária na região delimitada pelo Decreto Legislativo nº 02/1992. **Nota:** Esse argumento já tinha sido superado com fundamentos jurídicos no ano anterior.

No dia 06 de abril de 1993, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Antônio José Miguel Feu



Rosa, encaminha o parecer do Procurador Onofre de Faria Martins para Assembleia. O Desembargador relata que a Corte do Tribunal está de acordo com parecer e determina ao Presidente da Assembleia, Marcos Miranda Madureira, a realização da consulta plebiscitária.

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo solicita em 16 de abril de 1993, a realização do plebiscito. Descreve "*Solicita a delimitação mencionada no Decreto Legislativo 02/92, para realização da consulta plebiscitária em referência*". O processo volta a ser ativado novamente com embasamento jurídico.

No dia 31 de maio de 1993, o Prefeito de São Gabriel da Palha, Luiz Pereira do Nascimento, faz uma solicitação para a Chefe da Agência da Receita de São Gabriel da Palha, Dina Lopes Pereira Duarte. O Prefeito solicita que seja informado o percentual de arrecadação do Distrito de Vila Valério no período de janeiro a abril de 1993 e questiona que, no passado, foram encaminhadas à Assembleia informações irregulares e modificação de valores em notas fiscais. **Nota do autor:** Esse cálculo deve ser baseado em 12 meses e já tinha sido realizado por órgão competente da Secretaria da Fazenda do Estado.

Em 31 de maio de 1993, o Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Estadual Helio Gualberto, encaminha delimitação de divisas do propenso Município para o Presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Miranda Madureira.

Diversos documentos apresentados seguidamente no processo são iguais aos apresentados em 1991 e 1992, como por exemplo, documentos relatando as novas divisas e requisitos mínimos para emancipação. Esse fato indica que tudo que já havia sido realizado estava devidamente consolidado.

No dia 09 de junho de 1993, o Prefeito de São Gabriel da Palha, Luiz Pereira do Nascimento, encaminha um documento ao Presidente da Comissão de Justiça da Assembleia, Deputado Hélio Gualberto. O



documento questionava a idoneidade do vereador Luizmar Mielke e de um procurador da casa (não cita o nome, mas possivelmente seria Onofre de Faria Martins). Descreveu que a receita real do novo Município não era verdadeira e foi projetada de maneira fraudulenta, portanto, Vila Valério não deveria ser emancipado. Questionou também interesses particulares do vereador e de seu pai. **Nota do autor:** Quem realizou os cálculos foi o Secretário de Estado da Fazenda, Sérgio do Amaral Vergueiro. Felizmente, o Prefeito apenas conseguiu atrapalhar, mas não impediu a emancipação. Entende-se que o Prefeito de São Gabriel da Palha estava defendendo os interesses da sede do Município e não de Vila Valério.

No dia 19 de agosto de 1993, a Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação emite parecer favorável à criação do propenso Município e determina a realização da consulta plebiscitária à população. Contudo, questionou a delimitação duvidosa do Decreto 02/1992 e sugere novo Decreto Legislativo, provendo a retificação de parte dos limites anteriores, constituindo uma nova comissão. Essa comissão foi constituída pelos Deputados Hélio Gualberto (Presidente e relator), Sávio Martins, Carlos Pimentel e Mario Sarnágli. Apesar de esta comissão questionar os limites do propenso Município no Decreto 02/1992, sugerem, exatamente, inclusive com a mesma redação, os mesmos limites propostos. O novo Decreto constituído por essa comissão passou a ter o nº 249/1993.

No dia 02 de setembro de 1993, o Presidente da Comissão de Constituição de Justiça, Serviço Público e Redação, Deputado Hélio Gualberto, responde ao documento encaminhado em 09 de junho de 1993 pelo Prefeito de São Gabriel da Palha, Luiz Pereira do Nascimento. Em resposta, o Deputado esclareceu que o processo foi público e que, em 1992, a Assembleia já tinha autorizado o plebiscito e a emancipação dependia do resultado plebiscitário.



No dia 03 de setembro de 1993, foi publicado no Diário do Poder Legislativo o relatório, o parecer e o Decreto nº 249/1993 determinando a realização do plebiscito no propenso Município com as respectivas delimitações.

Em 21 de setembro de 1993, o Presidente da Assembleia Legislativa, Marcos Miranda Madureira, faz saber, por meio do Decreto nº 13/1993, que acata a decisão publicada no Diário do Poder Legislativo (03 de setembro). A decisão foi publicada no Diário Oficial em 22 de setembro de 1993.

No dia 06 de outubro de 1993, o Deputado Estadual Marcos Miranda Madureira encaminha cópia do Decreto Legislativo 13/1993 para o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa.

No dia 27 de fevereiro de 1994, foi realizada consulta plebiscitária, mesmo com uma liminar impeditiva, baseada no Processo nº 024940016231. Esse processo será detalhado posteriormente. No processo de emancipação não descreve o resultado da consulta, sendo esse resultado encontrado em outro documento.

Destaca-se que, às vésperas do plebiscito, em função da liminar impeditiva, uma equipe da justiça eleitoral de São Gabriel da Palha veio buscar as urnas que estavam na escola Atílio Vivácqua, contudo o povo vila-valeriense fechou a rodovia que liga a sede do município. Além disso, muitos mesários levaram as urnas para casa, com medo das mesmas serem confiscadas. As eleições ocorreram inclusive com a participação da Guarda Nacional.

Depois da votação, as urnas foram levadas para a Escola Atílio Vivácqua e muitas pessoas escoltaram as urnas permanecendo na escola até a apuração dos votos. A apuração dos votos foi coordenada pessoalmente pelo Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Desembargador Renato de Mattos. **Nota:** os relatos



desse e do parágrafo anterior não constam no processo de emancipação, mas sim em testemunhos de diversos moradores de Vila Valério.

De posse da cópia do documento encaminhado para o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), assinado pelo Desembargador Renato Mattos, foi possível conhecer o resultado do plebiscito e outras informações adicionais. O Desembargador Renato Mattos, seguindo a orientação do Presidente do TRE dirigiu-se ao Distrito de Vila Valério, na escola Atilio Vivácqua, no dia 28 de fevereiro de 1994 para apuração dos votos. Com ele estavam presentes o Juiz de Direito em exercício da Zona Eleitoral de São Gabriel da Palha, João Miguel Filho, e o representante do Ministério Público, Marcelo Augusto da Silva Antolini.

A apuração dos votos iniciou aproximadamente às 20h30 e encerraram às 22 horas. Não houve impugnação, tendo o seguinte resultado: **votaram 4.491 eleitores, destes 4.270 optaram pelo sim, 116 pelo não, 83 em branco e 22 votos nulos.** O resultado indicou que mais de 97 % dos votos válidos foram favoráveis à emancipação.

Em 15 de março de 1994, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Ewerly Grandi Ribeiro, encaminha cópia da Resolução nº 47 da Egrégia Corte para o Presidente da Assembleia. A referida resolução, aprovada por unanimidade, constata conformidade na consulta plebiscitária, portanto, o resultado foi validado pelo TRE.

Em 17 de março de 1994, a Comissão de Constituição de Justiça, Serviço Público e Redação emite parecer e decreta a criação do Município de Vila Valério. O Decreto relata que, enquanto não ocorrer a instalação do município (ter Prefeito e vereadores), Vila Valério será administrado pelas respectivas administrações de origem. Estabeleceu ainda o índice de participação estadual de ICMS de 0,408 (0,151 do Município de São Gabriel da Palha e 0,257 de Linhares). **Nota do autor:** Posteriormente esse valor foi reduzido para 0,080 proveniente do



Município de São Gabriel da Palha e de 0,080 do Município de Linhares, muito abaixo dos índices representativos da época e dos atuais do município de Vila Valério.

No dia 24 de março de 1994, o Presidente da Assembleia Legislativa encaminha ao Governador, Albuíno Cunha de Azevedo, o autógrafa da Lei nº 005/1994, que criou o Município de Vila Valério, conforme sugerido e aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça, Serviço Público e Redação e aprovado em Assembleia.

Em 28 de março de 1994, em conformidade com a Comissão de Constituição de Justiça, Serviço Público e Redação, com a aprovação da Assembleia Legislativa e com o acordo do Governador do Estado do Espírito Santo, foi publicado no Diário Oficial a criação do Município de Vila Valério, pela Lei nº 4.892.

Processo nº 024940016231 (ação cautelar)

Essa ação cautelar foi movida pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha contra a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em 25 de fevereiro de 1994. A ação solicitava o impedimento da consulta popular, sendo movida em uma sexta-feira, menos de 48 horas antes do plebiscito marcado para o dia 27 de fevereiro (domingo).

A ação foi redigida pelo advogado Paulo Antônio Silveira, com poderes concedidos em procuração pelo Prefeito de São Gabriel da Palha, Luiz Pereira do Nascimento. No mesmo dia, o Juiz de Direito, Rômulo Barros Silveira, acatou a solicitação, emitindo uma liminar para impedir o plebiscito. Como a liminar foi desrespeitada, o advogado Paulo Antônio Silveira solicitou à justiça a suspensão do plebiscito em 28 de fevereiro, um dia depois da votação.

Em 04 de março, o Juiz Substituto, Aldary Nunes Junior, em seu despacho determina uma intimação. A intimação foi datada de 08 de março pelo mesmo Juiz e encaminhada ao Presidente da Assembleia,



Deputado Estadual Marcos Miranda Madureira, para apresentar sua defesa pelo fato de ter descumprido a liminar sobre a suspensão da realização do plebiscito. No dia 24 de março, os advogados Paulo Antônio Silveira e Simone Silveira, representando a Prefeitura de São Gabriel da Palha, solicitaram à justiça providências contra a desobediência, à ordem judicial. Assim, o Juiz de Direito, Samuel Meira Brasil Júnior, emite uma intimação no dia 29 de março para o Presidente da Assembleia, dando um prazo de cinco dias para apresentar sua defesa. **Nota:** A Lei de emancipação foi publicada no dia 28 de março de 1994.

No dia 06 de abril de 1994, o Presidente da Assembleia, representado pelos procuradores da casa de leis, Antônio Fragoso de Araújo e Ana Maria Rangel Gobette, entregou a defesa (folhas 35 a 46 do processo) com diversos embasamentos jurídicos, inclusive anexando diversos documentos, dentre eles a publicação no Diário Oficial do poder Judiciário de 18 de março, na qual os membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, por unanimidade, homologam o resultado do plebiscito. Posteriormente, no dia 19 de abril, a Prefeitura de São Gabriel da Palha manifestou-se contra a defesa entregue pela Assembleia.

Em despacho no dia 02 de maio de 1994, o Ministro Torquato Jardim do Tribunal Superior Eleitoral defere liminar a favor da Prefeitura de São Gabriel da Palha e notifica a autoridade coatora (Presidente da Assembleia). No dia 10 de maio, o Juiz de Direito, Samuel Meira Brasil Júnior, emitiu a sentença (folhas 69 a 76), sendo favorável à suspensão da criação do Município de Vila Valério.

Apenas em 09 de abril de 1996, foi entregue na Justiça a desistência da ação cautelar pela Prefeitura de São Gabriel da Palha, pelo advogado Paulo Antonio Silveira, autorizado pelo Prefeito Luiz



Pereira do Nascimento. Assim, foi cancelada a sentença e Vila Valério, de fato, passou a ser Município.

Essa desistência foi fruto de negociações entre a Prefeitura de São Gabriel da Palha com Conselho de Desenvolvimento de Vila Valério (Condeva). No acordo estabelecido, ficou reduzida de 25% para 10% a participação do futuro Município de Vila Valério sobre o ICMS a ser repassado pela Prefeitura de São Gabriel da Palha (folha 83 do processo).

Processo nº 024940046865 (ação ordinária)

Essa ação ordinária foi movida pela Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha contra a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em 24 de março de 1994. Esta ação ordinária foi muito similar à ação cautelar nº 024940016231, tendo praticamente os mesmos autores, argumentos e documentos. Por sua vez, essa ação apresentou documentos questionando a inscrição de produtores rurais contidos no processo de emancipação de Vila Valério, somando mais de 100 páginas de documentos. Questionou também o fato do Distrito de São Jorge da Barra Seca pertencer a dois Municípios (Vila Valério e Sooretama).

Em 29 de março, o Juiz Samuel Meira Brasil Júnior emitiu uma intimação à Assembleia para apresentar defesa, no prazo de 15 dias, sobre os argumentos apresentados pelo advogado contratado pela Prefeitura de São Gabriel da Palha. Em 19 de setembro de 1994 e 09 de agosto de 1995, o advogado Paulo Antônio Silveira solicita à Justiça, à revelia, e suas consequências do caso (ganho de causa), pois a Assembleia não apresentou defesa.

Em 05 de setembro de 1995, o Juiz de direito Fábio Clem de Oliveira solicita informações à Assembleia para saber se Ana Maria Rangel Gobette continuava defendendo a Assembleia da ação movida pela Prefeitura de São Gabriel da Palha. Em 27 de setembro, o



Presidente da Assembleia, Ricardo de Rezende Ferraço, nomeia o advogado Arthur Simões Monteiro para ser o novo procurador do caso. Arthur solicita, em 09 de outubro, vista do processo por cinco dias. Em 1º de novembro a Prefeitura de São Gabriel da Palha também pede vista do processo.

No dia 19 de março de 1996, o Juiz de direito, Fábio Clem de Oliveira, intima o advogado Paulo Antônio Silveira, representante da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, e os procuradores da Assembleia Legislativa, Arthur Simões Monteiro e Armando Batista Viola, a comparecer no Juizado no prazo de cinco dias.

Posteriormente, em 09 de abril de 1996, são apresentados os mesmos documentos contidos no processo nº 024940016231, onde a Prefeitura de São Gabriel da Palha desiste da ação em função de acordos firmados com o Condeva. Em 24 de abril de 1996, o Juiz de direito, Fábio Clem de Oliveira, emite sentença extinguindo o processo, sem julgamento de mérito, ocorrendo a emancipação definitiva de Vila Valério.

Nota: As duas ações (cautelar e ordinária) são similares, pois pela Lei processual da época, era necessário um processo cautelar quando a decisão havia de ser urgente. Depois era necessário ingressar com uma ação dita principal (ordinária), no prazo de até 30 dias, e nesta se discutia o processo detalhadamente. O processo cautelar era apenas para obter uma liminar.

Outros procedimentos e questionamentos

Em 08 de setembro de 1995, um abaixo-assinado composto por 130 assinaturas dos moradores do propenso Município de Sooretama solicitava providências urgentes à Assembleia para solução do episódio emancipação de Vila Valério, pois o fato poderia impossibilitar a emancipação do Sooretama.



Em 21 de setembro de 1995, o Prefeito de Linhares, José Carlos Elias, protocola documento para o Presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo de Rezende Ferraço. No documento, o Prefeito questiona as informações prestadas pela Secretaria da Fazenda (índices das receitas) e relata a indução de cálculos e notas errôneas. Escreveu também que existem processos jurídicos para impedir a emancipação de Vila Valério e que considerava o índice de 0,257 proveniente do Município de Linhares para Vila Valério superior ao que o novo Município deveria receber. **Nota do autor:** O Prefeito faz todos esses questionamentos no documento e no final relata que foi favorável à emancipação. Entende-se também que estava defendendo os interesses do Município de Linhares e não de Vila Valério.

No dia 04 de outubro de 1995, o Deputado Estadual, Juca Gama, requereu o desarquivamento do processo de emancipação do Município de Vila Valério, sendo o pedido protocolado no dia 05 do mesmo mês. O processo foi fornecido, contudo, no despacho do Diretor Legislativo, Carlos Eduardo Casa Grande, em 16 de outubro, define que o pedido de desarquivamento não foi atendido, pois a intenção do requerente foi de tirar cópia do processo para instrução judicial, além disso, o processo não era mais passível de tramitação legislativa.

Por intermédio da Lei nº 5.202, publicada no Diário Oficial do Estado em 09 de abril de 1996, assinada pelo Governador do Estado Vitor Buaiz, os índices a serem repassados ao Município de Vila Valério foram alterados. A Lei fixou em 0,160 (não mais 0,408) o índice de participação devido ao Município de Vila Valério, no produto de arrecadação estadual do ICMS, tendo uma proporção de 0,080 proveniente do Município de São Gabriel da Palha e de 0,080 do Município de Linhares. No parágrafo único da Lei, fica estabelecido que o índice definido vigorará até que seja determinado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual o índice percentual do novo Município. **Nota do**



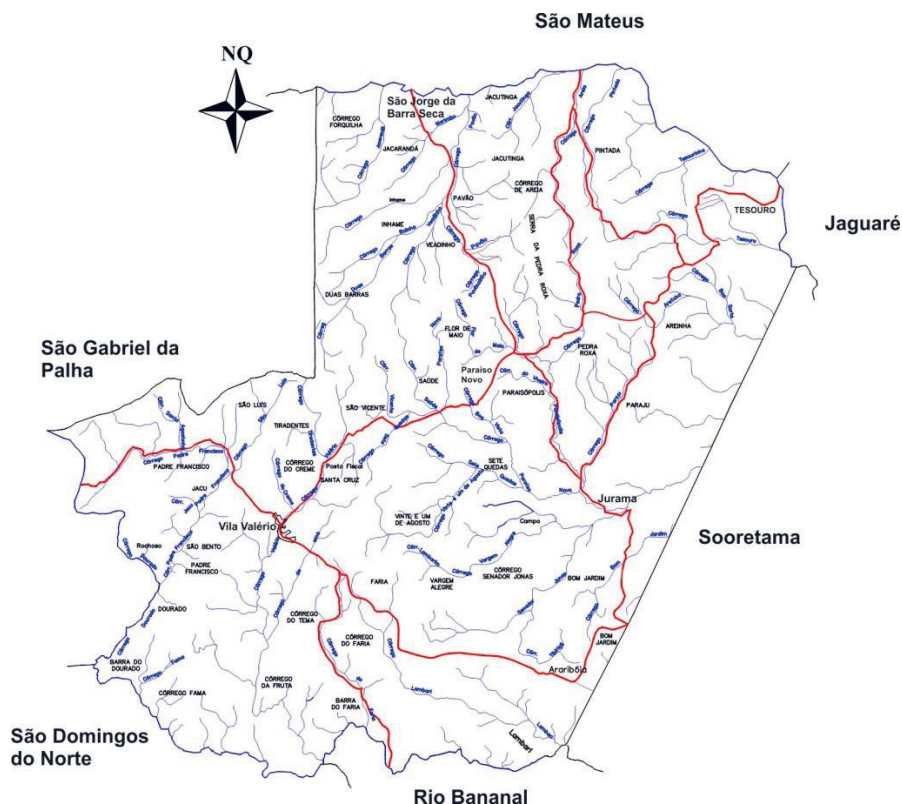
autor: Provavelmente esses índices reduziram drasticamente em função de acordos e/ou pressão realizadas pelos Prefeitos de São Gabriel da Palha (Luiz Pereira do Nascimento) e de Linhares (José Carlos Elias). Entende-se que ambos estavam defendendo os interesses dos seus Municípios e não os interesses do povo vila-valeriense.

Em 1999, com índice fixado por Lei Estadual, o Município de Vila Valério apresentava uma arrecadação média por pessoa de ICMS de R\$ 44,47 reais, praticamente a metade da arrecadação brasileira (R\$ 88,38). Já em 2000, Vila Valério passou a ter índices de arrecadação em função de sua própria movimentação financeira, passando a ter arrecadação média por pessoa de ICMS de R\$ 188,47 reais - uma arrecadação bem maior que a arrecadação média nacional (R\$ 114,77). Em 2004, a arrecadação média por pessoa de ICMS de Vila Valério foi maior que o dobro da arrecadação média brasileira e, em 2011, foi quase três vezes superior. Esse fato mostra a injustiça cometida (baixo repasse de recursos) nos três primeiros anos (1997, 1998 e 1999) e o grande potencial produtivo de Vila Valério, que apresentou crescimento superior à média brasileira.

Divisas estabelecidas do Município

O Município de Vila Valério foi definitivamente estabelecido, com 470,096 km², tendo os seguintes limites: (Figura 9). A sede do município fica localizada a aproximadamente 18°59'53" de Latitude Sul e 40°23'26" de Longitude Oeste.

Com o Município de Sooretama: inicia na ponte sobre o Rio São José, na estrada que liga São Sebastião do Lagrimal à estrada estadual ES-358. Segue por esta estrada até o Córrego Rodrigues, desce por este até o Córrego Paraísoópolis, desce por este até o Rio Barra Seca na divisa com o Município de Jaguaré.



Com o Município de Rio Bananal: o limite fica estabelecido às margens do Rio São José.

Com o Município de São Gabriel da Palha: o limite começa no divisor de águas do Rio São José, entre o Córrego Bley e Córrego Prata. Segue as águas vertentes entre os Córregos Bley, Prata, Douradinho e Padre Francisco, até encontrar as águas vertentes entre os Córregos Fortuna e Bley. Segue este divisor a Leste, entre as águas vertentes dos Córregos Padre Francisco, São Geraldo, São Luís e Encantado, Queixada, Duas Barras e Ipiranga, até interceptar o meridiano que parte



o Córrego Moacyr Avidos, segue por este até encontrar o Rio Barra Seca, na divisa com São Mateus

Com o Município de São Mateus: o limite fica estabelecido às margens do Rio Barra Seca.

Com o Município de Jaguaré: também estabelecido o limite às margens do Rio Barra Seca.





O município de Vila Valério

Em 03 de outubro de 1996, foi realizada a primeira eleição dos Vereadores, Prefeito e Vice-prefeito. Depois de mais de 15 anos da primeira tentativa de emancipação, ocorreu a instalação do Município, em 1º de janeiro de 1997.

Mandatos de 1997 a 2000

O primeiro Prefeito de Vila Valério foi o advogado Luizmar Mielke (conhecido como Maca), tendo como Vice-prefeito o agricultor José Antônio Ribeiro (Figura 10), com 3.688 votos. Assim, em 1º de janeiro de 1997, instalou-se o Município de Vila Valério. Nesse ano, também disputaram o pleito o agricultor Francisco Pereira Santana junto ao agricultor Ozílio Partelli (2.131 votos), David Dalla Bernardina (341 votos) e Sidnei José Alves Soares (47 votos).



Vice-prefeito
José Antônio Ribeiro

Prefeito
Luizmar Mielke

Figura 10. Prefeito (Luizmar Mielke) e Vice-prefeito (José Antônio Ribeiro) de Vila Valério, mandato 1998 a 2000.

De 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000, a Câmara de vereadores foi composta por Adair Grigoletto, Carlos Alberto Lorenzoni, Felisberto Campos Vervloet, Gerliane Santana, Hermilar Vieira da Silva, Luiz Cristiano Muller, Luiz Meneguele, Miguel Chagas e Moacir Polidório (Figura 11). Nesse mandato não houve suplentes.



Adair Grigoletto



Carlos A. Lorenzoni



Felisberto C. Vervloet



Gerliane Santana



Hermilar V. Silva



Luiz C. Muller



Luiz Meneguele



Miguel Chagas



Moacir Polidório

Figura 11. Vereadores de Vila Valério, mandato 1998 a 2000.



Mandatos de 2001 a 2004

O Prefeito anterior, Luizmar Mielke, foi reeleito para o mandato de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004, tendo como Vice-prefeito o agricultor Francisco Pereira Santana (Figura 12), com 4.273 votos. Nesse ano, também disputou o pleito o agricultor Waldir Durão Filho, tendo como Vice o agricultor Paulo Roberto Alves Roberti, obtendo 2.937 votos.



Vice-prefeito
Francisco Pereira
Santana

Prefeito
Luizmar Mielke

Figura 12. Prefeito (Luizmar Mielke) e Vice-prefeito (Francisco Pereira Santana) de Vila Valério, mandato 2001 a 2004.

Os vereadores empossados em 1º de janeiro de 2001 foram Adair Grigoletto, Adhemar Plantikó, Carlos Alberto Lorenzoni, Cassimiro José Brumatti, Darcy Ribeiro dos Santos, Jaime Julião Vieira, Luiz Cristiano Muller, Maria Luiza Ozório Venturini e Moacir Polidório (Figura 13).



Adair Grigoletto



Adhemar Plantikó



Carlos A. Lorenzoni



Cassimiro J. Brumatti



Darcy R. Santos



Jaime J. Vieira



Luiz C. Muller



Maria L. O. Venturin



Moacir Polidório

Figura 13. Vereadores de Vila Valério, mandato 2000 a 2004.



Nessa legislatura, sete suplentes exerceram o mandato por um determinado período (Figura 14). Dentre eles Luiz Inácio Lauers, com posse em 21 de fevereiro de 2001, no lugar de Jaime Julião Vieira, que assumiu uma secretaria municipal. Posteriormente, Luiz Inácio Lauers deixou o cargo em função de acordo político, assumindo Miguel Chagas em 02 de agosto de 2001, ficando até o fim da legislatura.



Figura 14. Vereadores suplentes de Vila Valério, mandato 2000 a 2004.

Na vaga de Adhemar Plantikó, assumiu por três vezes o vereador Nivaldo Farias, duas delas (13 de junho de 2001 e 19 de março de 2003), porque Adhemar permaneceu nos Estados Unidos e na terceira vez (23 de junho de 2004), em função da renúncia de Adhemar.

Também exerceram a função de vereador Adauto Luiz Penitente, em 07 de agosto de 2002, no lugar de Carlos Alberto Lorenzoni, que assumiu uma secretaria municipal. Posteriormente,



devido acordo político, Eliézer Francisco Louzada, em 23 de dezembro de 2002, assumiu o lugar de Aauto Luiz Penitente, na mesma vaga. Norberto Santana toma posse em 30 de janeiro de 2002 no lugar de Maria Luiza Ozório Venturini, que assumiu uma secretaria municipal. Depois, na vaga de Maria Luiza, entra Edson Germano Dumer em 07 de agosto de 2002, permanecendo até final de mandato, pois Norberto deixa o cargo em função de acordos políticos.

Mandatos de 2005 a 2008

Nesse pleito de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008; foram eleitos como Prefeito o funcionário público Edecir Felipe (conhecido como Dede), tendo como Vice-prefeito o agricultor Francisco Pereira Santana (Figura 15), com (4.884 votos).

Nesse ano, disputaram o pleito de Prefeito o agricultor Paulo Roberto Alves Roberti, com o Vice-prefeito o agricultor e comerciante Luiz Santana (4.020 votos).



Figura 15. Prefeito (Edecir Felipe) e Vice-prefeito (Francisco Pereira Santana) de Vila Valério, mandato 2005 a 2008.

Os vereadores eleitos e empossados foram Adair Grigoletto, Cassimiro José Brumatti, David Mozdzen Pires Ramos, Diomedes Sirillo, Losivan Luiz Santana, Luiz Meneguele, Maria Luiza Ozório Venturini, Nivaldo Farias e Norberto Santana (Figura 16). Oloir Libarde toma posse (como suplente) em 29 de agosto de 2008 (Figura 16), assumindo a vaga de Cassimiro José Brumatti, que perdeu o mandato devido troca de partido político.



Adair Grigoletto



Cassimiro Brumatti



David M.P. Ramos



Diomedes Sirillo



Losivan L. Santana



Luiz Meneguele



Maria L. O. Venturin



Nivaldo Farias



Noberto Santana



Oloir Libarde
(Suplente)

Figura 16. Vereadores e suplente, mandato 2005 a 2008.



Mandatos de 2009 a 2012

O Prefeito Edecir Felipe foi reeleito para o mandato de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, tendo como Vice-prefeito o agricultor Paulo Roberto Alves Roberti (Figura 17), com 5.666 votos. Nesse ano, também disputaram o pleito de Prefeito o advogado Luizmar Mielke, junto com agricultor e comerciante Luiz Cristiano Miiller (3.866 votos). Também disputou a Prefeitura o agricultor Ozílio Partelli, tendo como vice o agricultor Sidney Barbieri (324 votos).



Vice-prefeito
Paulo R. Alves
Roberti

Prefeito
Edecir Felipe

Figura 17. Prefeito (Edecir Felipe) e Vice-prefeito (Paulo Roberto Alves Roberti) de Vila Valério, mandato 2009 a 2012.

A Câmara foi composta por Adair Grigoletto, Alberto Carlos Dubberstein, Cassimiro José Brumatti, David Mozdzen Pires Ramos, Losivan Luiz Santana, Luiz Meneguele, Nivaldo Farias e Osvaldo de Oliveira e Vanderlei dos Santos (Figura 18). José Nilson dos Santos assumiu a suplência em 13 de outubro de 2011, no lugar de David Mozdzen Pires Ramos, que se licenciou para candidatar-se a Prefeito.



Adair Grigoletto



Alberto C. Dubberstein



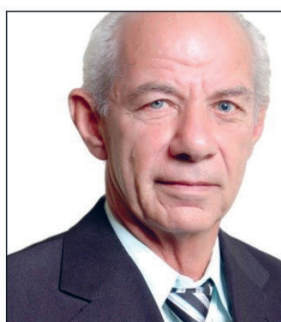
Cassimiro J. Brumatti



David M.P. Ramos



Losivan L. Santana



Luiz Meneguele



Nivaldo Farias



Osvaldo de Oliveira



Vanderlei dos Santos



José N. dos Santos
(Suplente)

Figura 18. Vereadores e suplente, mandato 2009 a 2012.



Mandatos de 2013 a 2016

O advogado Luizmar Mielke volta a ser Prefeito, desta vez tendo o comerciante Astério de Angeli como Vice-prefeito (Figura 19), com 6.181 votos. Nesse ano, disputaram o pleito de Prefeito o funcionário público David Mozdzen Pires Ramos, tendo como Vice-prefeito o agricultor e comerciante Ronaldo Tavares, com 4.142 votos.



Vice-prefeito
Astério de Angeli

Prefeito
Luizmar Mielke

Figura 19. Prefeito (Luizmar Mielke) e Vice-prefeito (Astério de Angeli) de Vila Valério, mandato 2013 a 2016.

Os vereadores eleitos e empossados foram Adair Grigoletto, Claudio Bins, Darcy Ribeiro dos Santos, Diomedes Sirillo, Flávio Caetano, José Lopes Cruz, Osvaldo de Oliveira, Robson Parteli, e Vanderlei dos Santos (Figura 20). Adilson Geltner assumiu a suplência em 09 de janeiro de 2015 (Figura 20), no lugar de Diomedes Sirillo, que faleceu em 30 de dezembro de 2014.



Adair Grigoletto



Claudio Bins



Darcy R. dos Santos



Diomedes Sirillo



Flávio Caetano



José L. Cruz



Osvaldo de Oliveira



Robson Parteli



Vanderlei dos Santos



Adilson Geltner
(Suplente)

Figura 20. Vereadores e suplente, mandato 2013 a 2016.



Nota do autor: Os candidatos a Prefeito derrotado na eleição de 1996 (Francisco Pereira Santana) e na eleição de 2004 (Paulo Roberto Alves Roberti) tornam-se Vice-prefeito nas eleições seguidas (em 2000 e em 2008). Curiosamente, ambos tornam-se Vice-prefeito do adversário das eleições anteriores. Ou seja, em uma eleição, o principal adversário político na disputa do cargo de Prefeito torna-se, quatro anos depois, o principal apoiador político, ficando justos na mesma eleição para o executivo.

Brasão municipal

O Brasão municipal foi instituído pela Lei nº 125 de 11 de novembro de 1998 (Figura 21). As cores apresentam o seguinte significado: azul, representa o céu de Vila Valério; as cores verde e vermelha representam os principais produtos agrícolas (café e coco). Também são apresentados em imagens; as cores amarela e marrom representam o solo de Vila Valério e o cinza simboliza as montanhas do Município.

Destacam-se também a prática do parapente exercitado na Serra da Pedra Roxa, a cachoeira localizada no Distrito de São Jorge da Barra Seca e a Serra da Pedra Roxa.



Figura 21. Brasão do Município de Vila Valério.

Bandeira do Município

A bandeira do Município foi estabelecida pela Lei municipal nº 219 em 05 de novembro de 2002 (Figura 22). A cor vermelha representa a principal cultura, o café; a cor verde representa as matas e o coco (segunda principal cultura) e a cor branca representa a paz. No centro, está o brasão municipal.



Figura 22. Bandeira do Município de Vila Valério.

Poesia e Proposta de Hino do Município

Poesia:

- 1- Com início árduo e penoso
em meio a floresta, cobra e onça,
enfrentando a febre e a morte,
colonizadores tornaram-se vitoriosos.
- 2- Nome de um polonês,
colonizado por diversas origens,
principalmente italiana, alemã, mineira e baiana,
formando um belo povo.
- 3- Belas terras entre rios
originada de dois municípios.
com emancipação agitada,
conquistada com a vontade do povo.



4- Vila Valério,
do Conilon tornou-se a capital,
com campos belos e floridos,
da mais bela flor do cafezal
5- Viva o vila-valeriense,
povo humilde e trabalhador.
Viva Vila Valério!
Tu és nossa terra amada."

Proposta da Letra do Hino (Registro Nº: 703.295, livro 1.359):

Por Fábio Luiz Partelli e Oilluarb Ribeiro Louzada

Estrofe 1a: De início árduo e penoso

Em meio às matas, cobras, onças, que hostil!
Da Itália e Alemanha e de todo o Brasil.

Estrofe 1b: O perigo e a morte enfrentaram,

Bravos colonos que a Vila aqui fundou.
Nossa história será lembrada,
Vila Valério, a vitória alcançou.

Refrão: Um povo belo, em belas terras,

De entre rios, a conquistou.
E agora, emancipada,
Pela vontade de um povo sonhador.

Estrofe 2a: Sou teu filho terra amada,

Não há mais bela e de todas tens mais brio.
Nosso verde das matas e cocais
O vermelho do café e o branco indicando paz.

Estrofe 2b: Tu és o coração deste Estado

Colhemos frutos de um passado glorioso
O futuro, oh! Terra amada
Há de ser grande para todo o Brasil.



Proposta de Partitura (Registro Nº: 703.295, livro 1.359):

Por Fábio Luiz Partelli e Oilluarb Ribeiro Louzada

Flute

6

11

16

21

27

32

37

42

47



Dados atuais sobre Vila Valério

Em 2010, a população de Vila Valério era de 13.830 habitantes, sendo 7.207 homens e 6.623 mulheres, com 63,54% da população residentes no meio rural (IBGE, 2016). Vila Valério possui densidade demográfica de 29,42 habitantes por km². Nota-se que a população não tem crescido ao longo dos anos: em 2000 havia 13.875 habitantes; em 2007, um total de 13.646; em 2011, 13.827; em 2012, cerca de 13.824, em 2013, um total de 14.614 e, em 2014, a população estimada foi de 14.635 habitantes. Para ter-se uma ideia, em 2000 a população do Espírito Santo era de 3.097.232 e, em 2010, foi de 3.514.952, um crescimento de 13,5%, enquanto Vila Valério não apresentou crescimento populacional no mesmo período.

Observa-se também que a distribuição da população de Vila Valério apresenta-se diferente do Estado do Espírito Santo e do Brasil (Tabela 1). Nota-se a existência de maior número de pessoas do sexo masculino (52,07%) enquanto que em nível de Estado e Nação o número de homens é menor (49,23% e 48,94%, respectivamente). Provavelmente esse fato está associado a dois fatores: vinda de homens de outras localidades para trabalhar na agricultura e saída de mulheres para estudar e/ou trabalhar nas cidades maiores.

Em nível Estadual e Nacional existem mais homens até a faixa etária de 20 a 24 anos, depois ocorre a inversão. Contudo, em Vila Valério, o maior número de homens vai até a faixa etária de 60 a 64 anos. Sugere-se, portanto, que nascem mais homens e que as mulheres vivem mais.

Percebe-se também que há uma diminuição da população (mais acentuadamente nas mulheres), na faixa etária de 25 a 29 anos, que depois volta a crescer (30 a 34 anos), fato que não ocorre em nível de Estado e Nação (Tabela 1). Esse acontecimento pode estar associado ao fato de os jovens morarem fora do Município para estudar (graduação e



pós-graduação) e/ou trabalhar, principalmente as mulheres. Contudo, muitos desses jovens, principalmente os homens, voltam para Vila Valério.

Tabela 1. Pirâmide Etária da população de Vila Valério, Espírito Santo e Brasil do ano de 2010. (Fonte: IBGE, 2016)

Idade	Vila Valério		Espírito Santo		Brasil	
Anos	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-4	399	364	99.122	96.325	5.638.154	5.444.151
5-9	571	560	135.019	129.876	7.623.749	7.344.867
10-14	600	598	153.469	148.837	8.724.960	8.440.940
15-19	648	592	151.475	150.054	8.558.497	8.431.641
20-24	673	607	162.608	160.591	8.629.807	8.614.581
25-29	651	542	160.892	161.740	8.460.631	8.643.096
30-34	667	553	147.792	151.970	7.717.365	8.026.554
35-39	553	501	126.533	132.181	6.766.450	7.121.722
40-44	512	482	120.050	125.090	6.320.374	6.688.585
45-49	476	418	110.741	117.028	5.691.791	6.141.128
50-54	400	347	96.536	102.862	4.834.828	5.305.231
55-59	318	308	77.443	82.979	3.902.183	4.373.673
60-64	235	195	54.566	60.562	3.040.897	3.467.956
65-69	141	143	38.996	45.383	2.223.953	2.616.639
70-74	97	123	29.532	36.114	1.667.289	2.074.165
75-79	92	106	20.604	26.704	1.090.455	1.472.860
80-84	49	65	12.629	17.684	668.589	998.311
85-89	20	26	5.562	8.674	310.739	508.702
90-94	7	14	1.971	3.516	114.961	211.589
95-99	5	5	525	1.219	31.528	66.804
+ 100	1	1	142	362	7.245	16.987
Total	7.115	6.550	1.706.207	1.759.751	92.024.445	96.010.182
Total	13.665		3.465.958		188.034.627	

Nota: Os valores estão diferentes dos apresentados no texto, contudo, todas as informações foram obtidas no site do IBGE. A população estimada em 2015 é de 201.032.714 para o Brasil, 3.929.911 para o ES e 14.657 para Vila Valério (IBGE, 2016).



Em 2012 Vila Valério teve 3.047 matrículas escolares, sendo 331 na pré-escola, 2.151 no ensino fundamental e 565 no ensino médio. Tem 169 professores, 32 na pré-escola, 117 no ensino fundamental e 20 no ensino médio. Esses docentes e estudantes estão distribuídos em sete estabelecimentos pré-escolares, 20 no ensino fundamental e em uma escola de ensino médio (IBGE, 2016).

O IBGE não quantifica as qualificações dos vila-valerenses em nível de graduação, mestrado e doutorado. No site do IBGE são apresentados apenas traços, contudo, sabe-se da existência da formação de graduados, mestres e doutores que são moradores do município.

A distribuição de terras de Vila Valério é caracterizada por apresentar pequenas propriedades, sendo 567 propriedades de 0 a 10 hectares, 1122 de 10 a 50 hectares, 184 de 50 a 100 hectares e 87 superiores a 100 hectares.

Segundo o IBGE (2016), Vila Valério, em 2011, teve renda de 169 milhões de reais com a produção de café, sendo a maior renda com a cultura no Espírito Santo, com uma produção superior a 650 mil sacas de 60 kg. Vila Valério também foi o terceiro Município de maior renda com a cultura do coco (quase cinco milhões). O município tem a pimenta do reino como a terceira cultura mais importante, com movimentação superior a 1,5 milhões de reais. Destaca-se também a produção de mamão com mais de um milhão de reais, de leite com quase dois milhões de reais e do setor de silvicultura com mais de 1,5 milhões (IBGE, 2016).

Vale destacar que a maior renda de Vila Valério vem da agropecuária, com 55,41%. A indústria e serviços contribuem com 4,93% e 39,66%, respectivamente (IBGE, 2016). O produto interno bruto (PIB) é maior que 300 milhões de reais. Contudo, mesmo assim, possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que foi de 0,675 em 2010.



O município possui grande arrecadação de ICMS. Por exemplo, em 2014, o Índice de Participação dos Municípios (25% do ICMS do Estado) de Vila Valério foi de 0,661%, que é associado às movimentações financeiras ocorridas nos municípios Capixabas. Esse índice é maior que de municípios com ótima qualidade de vida e com maior população, como Venda Nova do Imigrante (0,657) e Marechal Floriano (0,630). Também apresentou um Índice superior a municípios com população muito superior, como São Gabriel da Palha (31.859 habitantes e índice de 0,657), Alegre (30.768 habitantes e índice de 0,544) e Iúna (27.328 habitantes e índice de 0,516) (SEFAZ, 2016).

Segundo a Secretária da Fazenda do Espírito Santo, em publicação na Gazeta Online (2016), Vila Valério recebeu mais de 13 milhões em 2015 e irá receber mais de 14 milhões em 2016, de repasse de ICMS pelo Estado. Este valor é maior comparado aos municípios listados anteriormente, sendo uma das melhores arrecadações de ICMS por habitante do Estado.

O município também recebe outras fontes de arrecadação. Nos últimos anos, Vila Valério teve estimativa de receita e despesas superiores a 40 milhões de reais, indicando que é rico e com grande arrecadação de impostos. A estimativa de receitas (Tabela 2) e estimativa de despesas (Tabela 3), em 2015, atingiram mais de 50 milhões de reais (Lei municipal número 708/2014, de 22 de dezembro de 2014 - Vila Valério, 2016). A Lei também prevê ajustes de até 20% nas despesas *"Durante a Execução Orçamentária, ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos da legislação em vigor"*.



Tabela 2. Estimativa de receita do município de Vila Valério para o ano de 2015 (Lei municipal nº 708/2014).

Identificação da Receita	Valores em Reais
Receita Tributária	2.671.000,00
Receita Patrimonial	56.400,00
Receita de Serviços	538.400,00
Transferências Correntes	45.501.600,00
Outras Receitas Correntes	501.800,00
Operações de Crédito	1.000.000,00
Alienação de bens	393.200,00
Transferência de Capital	14.461.200,00
Outras Receitas de Capital	12.000,00
Dedução para o FUNDEB	- 5.947.200,00

O valor orçado corresponde um gasto municipal superior a quatro mil reais por habitante por ano. São Gabriel da Palha e Alegre, por exemplo, tem o gasto estimado inferior a três mil por habitante por ano (Lei 2.510/2014 e Lei 3.325/2014, respectivamente).

Observa-se que a Câmara de vereadores de Vila Valério possui um orçamento superior a 3,5 milhões de reais, Gabinete do Prefeito mais de 1,5 milhões, Secretária de Agricultura mais de sete milhões, Secretária de Administração mais de três milhões e o Fundo Municipal de Saúde com mais de 12 milhões de reais (Tabela 3).

Em 2015 houve diminuição no repasse de impostos, principalmente Federais, tendo cortes significativos da receita e, consequentemente, nas despesas do município de Vila Valério. Os cortes ficaram entre 25 a 30% (Balanço do Exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Vila Valério).



Tabela 3. Estimativa de despesas/gastos públicos do município de Vila Valério para o ano de 2015 (Lei municipal nº 708/2014).

Identificação do Gasto	Valores em Reais
Câmara Municipal	3.579.000,00
Gabinete do Prefeito	1.538.000,00
Controladoria	79.000,00
Procuradoria Jurídica	102.000,00
Defesa Civil	20.000,00
Gabinete de Gestão Integrada de Segurança	69.000,00
Secretária de Administração	3.327.000,00
Secretária de Finanças	530.000,00
Secretária de Cultura e Turismo	1.140.000,00
Secretária de Esporte e Lazer	825.000,00
Secretária de Infraestrutura Urbana e Rural	7.681.400,00
Fundo Municipal de Habitação	2.300.000,00
Secretária de Desenvolvimento Econômico	1.052.000,00
Fundo de Defesa do Consumidor	10.000,00
Secretária de Agricultura	7.211.000,00
Fundo de Meio Amb. e Saneamento Ambiental	1.637.000,00
Secretária de Educação	3.869.000,00
Fundo da Educação Básica	8.863.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.085.000,00
Fundo da Infância e Adolescência	160.000,00
Fundo de Apoio à Juventude Urbana e Rural	500.000,00
Fundo Municipal de Saúde	12.611.000,00
TOTAL	59.188.400,00



História do Norte do Espírito Santo

História do Norte do Estado

Existem relatos de grupos humanos no Brasil há 58.000 anos, com base em vestígios, e há 11.500 anos, com base no mais antigo fóssil humano encontrado em Minas Gerais. Depois existiram os Tupis (1000 a.C. - 1500 d.C.) que massacraram ou assimilaram os grupos nômades que antes habitavam o Brasil (Civita, 2009).

Numa história mais recente, existia um povo que os portugueses denominaram de índio, que eram milhões de Norte a Sul. No país existia um total estimado de 23,5 milhões de índios no século XVI e no Espírito Santo e em Ilhéus eram de 160 mil (IBGE, 2010). Contudo, Carnielli (2005) descreve que havia seis milhões de índios e que eram 900 povos, com costumes e culturas diferentes. Em 1998, restavam 302.888 índios no Brasil e 884 no Espírito Santo. Os grupos instintos no Espírito Santo e em Ilhéus foram os Aimorés (Botocudo) e Tupiniquim (IBGE, 2010).

No ano de 1500, foi declarado o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Em 1534, o Brasil foi dividido por D. João III em 15 Capitanias Hereditárias que foram distribuídas entre 12 donatários responsáveis em colonizar tais áreas.

A Capitania do Espírito Santo foi designada a Vasco Fernandes Coutinho em 1º de junho de 1534, sendo a doação assinada em Évora, Portugal. O desembarque de Coutinho no Estado ocorreu em 23 de maio de 1535, num domingo de Petencostes, dedicado à Santíssima Trindade, o divino Espírito Santo, daí o nome do Estado (Oliveira, 2008).

Os índios que habitavam a região (inclusive Vila Valério) eram denominados de Aymorés ou Aimorés (nação diferente), também eram conhecidos como Botocudos. Os Aimorés eram encontrados desde a



cidade Campos dos Goytacazes até o estado da Bahia. Tinham uma particularidade em relação aos outros, eram mais resistentes à colonização e à submissão o que levou a grandes conflitos e mortes dificultando significativamente a colonização portuguesa na região (Nardoto; Lima, 2001). Os índios Botocudos venceram diversas batalhas, dificultando principalmente a colonização entre o Rio Doce e o Rio São Mateus, também chamado de Rio Cricaré (Zunti, 1982). De acordo com Eliezer Nardoto no Litoral também haviam os índios Tupinambá

Em 1557 os índios tupiniquins puseram cerco a Vitória. Os líderes portugueses da região recorreram ao Governador geral do Brasil que enviou 200 homens, entre brancos e índios, em seis navios para combate. Associado aos combates foi formado aldeamento e houve catequização para amenizar os ataques dos índios (Saletto, 1998).

A Capitania do Espírito Santo foi comprada por Francisco Gil de Araújo (residente da Bahia), sendo adquirida de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho (herdeiro de Vasco Fernandes Coutinho) em 1674, por 40 mil cruzados. Depois da morte de Francisco Gil de Araújo no Estado da Bahia em 1687, a Capitania passa para seu filho Manuel Garcia Pimentel, que nunca esteve no local, ficando o Estado à mercê de funcionários. Manuel Garcia Pimentel não teve descendentes, portanto, com sua morte em 1711, a Capitania passou a ser administrada pela Coroa por ordem do Rei.

A Coroa proibiu a abertura do interior do Estado, deixando a natureza selvagem como defesa natural para proteger Minas Gerais contra ataques de estrangeiros que buscavam ouro. Essa política permaneceu até as primeiras décadas do século XVIII.

O Estado foi administrado por representantes da Bahia e do Rio de Janeiro. Teve a separação da Bahia por Decreto em 1797, com nomeação de um Governador que chegou ao Estado em 29 de março de



1800. Porém, o Estado ficou independente da Bahia somente em 3 de setembro de 1810 com a separação do comando militar. Na mesma ocasião, foram incorporadas ao Estado as regiões de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, que pertenceram ao Estado até 1832 (Oliveira, 2008; Rocha, 2008).

Outros acontecimentos importantes ocorreram no Brasil e no Estado, dentre eles: a vinda da família real e a abertura dos portos em 1808; a independência da Nação em 1822; a primeira Constituição brasileira em 1824 que autorizava eleições para representantes políticos; a guerra da Cisplatina entre 1825 e 1828; a abdicação de Dom Pedro I em 1831; muitas revoltas em várias localidades do Brasil; maioridade de Dom Pedro II em 1840; publicação da Lei Eusébio de Queirós com extinção do tráfico de escravos em 1850 e inauguração da primeira ferrovia brasileira em 1854. O Estado recebeu a visita do imperador em 26 de janeiro de 1860, que permaneceu até 09 de fevereiro (Oliveira, 2008; Rocha, 2008). Ocorreu a guerra do Paraguai entre 1864 e 1870 (o governo do Espírito Santo encaminhou 830 pessoas), foi promulgada a Lei do ventre livre em 1871 seguida da Lei Áurea, que pôs fim a escravidão em 1888, e proclamação da República em 1889 (Civita, 2009).

No final do século XIX, ocorre a chegada dos imigrantes em grande número no Brasil. Na época, os imigrantes tiveram diversos problemas, dentre eles a dificuldade do idioma, diferenças culturais, ameaças de ataques de índios, diferenças na alimentação, existindo relatos de mortes com alimentação de mandioca brava e muitas doenças (frieiras, sarna, tétano, chagas, doenças de pele, elefantíase, sarampo, diversos tipos de febre, varicela, coqueluche, dentre outras). As doenças eram tratadas à base de chá de arruda, camomila, laranja, erva-doce, macaé, erva-cidreira, boldo, dentre outros. Também eram comuns



ataques de animais silvestres, falta de estradas, transporte precário a pé e sob o lombo de burro (Zunti, 1982; Glazar, 2005).

Em 1773, o Estado do Espírito Santo tinha uma população de 7.773 habitantes, em 1840, de 24.585 e, em 1871, de 70.585 habitantes (Oliveira, 2008). No ano de 1872, o Estado apresentava uma população de 82.137 habitantes, sendo superior apenas aos Estados do Amazonas e do Mato Grosso (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900).

Em 1888, o Estado tinha uma população de 110.137 habitantes (Oliveira, 2008) e em 1890, de 135.997, sendo 69.813 homens e 66.184 mulheres, distribuídos em 14 Municípios, 57 Distritos e 27 Paróquias. A população do Estado era superior apenas ao Estado de Mato Grosso. (República dos Estados Unidos do Brasil, 1890). Na época, todos os núcleos com população superior a 2.000 habitantes eram considerados cidades, de 1.000 a 2.000 vilas e inferior a 1.000 povoação.

No ano de 1900, o Estado tinha uma população de 209.783 habitantes, sendo 109.228 homens e 100.555 mulheres. A população do Estado era superior à do Mato Grosso (República dos Estados Unidos do Brasil, 1900).

Em 1920, o Estado apresentava 457.328 habitantes. Vinte anos depois, por meio do recenseamento geral, verificou-se que o Estado possuía 632.224 habitantes residentes no meio rural e 157.929 nas cidades. Em 1960, os números eram de 1.014.887 no meio rural e 403.461 nas cidades. Devido à grande crise do café no final da década de 1960 e a outros fatores econômicos, houve grande êxodo rural. Em 1970, a população urbana passou para 721.916 habitantes e a do campo diminuiu para 877.417 (Oliveira, 2008). Em 2010, dados do último censo, a população do Estado foi de 3.512.672 habitantes, sendo 1.729.670 homens e 1.783.002 mulheres, com 16,62% da população residentes no meio rural (IBGE, 2011). A população estimada em 2014 foi de 3.885.049 habitantes (IBGE, 2016).



História de São Mateus e região

São Mateus é uma das cidades mais antigas do Brasil, sendo habitada a partir de 1544 (Nardoto; Lima, 2001). Foi em São Mateus, próximo à confluência dos rios Cricaré e Mariricu, que os portugueses, em 1558, tiveram a primeira grande derrota conhecida como Batalha do Cricaré. Nesse conflito, os índios mataram Fernão de Sá, filho do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá (Nardoto; Lima, 2001). Carnielli (2005), descreve que os portugueses ficaram sem munição e Fernão de Sá, desprotegido, foi atingido por flechas que o levou à morte. Os aproximadamente 200 portugueses estavam distribuídos em oito embarcações.

Em carta Régia, emitida por Dom João VI em 1808 (logo após sua chegada ao Brasil), foi determinada a exterminação dos Botocudos do Rio Doce e de toda região do norte do Estado. Nessa época, ocorreu grande matança dos índios (Nardoto; Lima, 2001; Carnielli, 2005). Por volta de 1909, os índios quase mataram por engano o filho do Barão dos Aymorés achando que era outra pessoa (Nardoto; Lima, 2001).

Há relatos que alguns negros chegaram, nas primeiras embarcações, a Vitória e a São Mateus. Contudo, de forma significativa, apenas a partir de 1600. Os negros vieram em condições precárias e desumanas com objetivo principal de cultivar e processar mandioca, que durante muitos anos foi o principal produto da Coroa na região (Nardoto; Lima, 2001).

No início do século XIX, houve plantio de trigo e linho no Estado. Em 1813, a Secretária de Agricultura preparou em Lajinha, na época Município de Domingos Martins, um campo de demonstração de trigo que chegou a produzir 1700 kg. Em 1938, a cultura passou a ter maior relevância com montagem de moinho para 1800 kg por dia e também com a construção de um depósito com capacidade de até 18 toneladas. Chegou-se a produzir 135 toneladas no Estado em 1935 e,



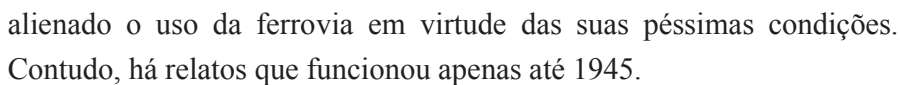
400 toneladas, em 1960. Contudo, anos depois, a cultura deixou de ser cultivada no Estado (Balestrero, 1976).

Na época do Império, em função da dificuldade de locomoção, principalmente na travessia dos Rios Doce e São Mateus, a região Norte do Estado entre os dois Rios era considerada sertão desconhecido (Figura 23). Em 1872, o Estado era dividido em 13 Municípios (Figura 24). Até 1920, houve divisões de municípios apenas no Sul do Estado, ficando o Norte com três Municípios (Figura 24).

No ano de 1950, o Estado apresentava seis Municípios com área territorial ocupando o lado norte do Rio Doce, enquanto o Sul do Rio apresentava 33 Municípios, indicando maior desenvolvimento da parte Sul. A partir da década de 1950, ocorreu uma maior colonização do Norte do Estado, confirmado pelo aumento significativo do número de Municípios (Figura 24).

Na época do Brasil Império, São Mateus era uma das cidades mais desenvolvidas do Estado devido à produção de farinha de mandioca. Contudo, São Mateus estava limitada às margens do Rio Cricaré, tendo o rio como único meio de transporte. A cidade tinha uma população superior a 5.000 habitantes (Nardoto; Lima, 2001; Oliveira, 2008). Nessa época, Linhares desenvolvia-se de forma mais lenta, tendo maior crescimento em meado do século XIX com a produção de café e com a chegada dos primeiros colonos (Oliveira, 2008).

Segundo Malacarne (2000), em 1933 foi inaugurada a ferrovia ligando Nova Venécia a São Mateus. Por sua vez, Sartório (2007a) relata que foram construídos 24 km de ferrovia antes de 1923, sendo concluída em 1928 e já substituída por rodovia em 1941. Borgo et al. (1996) relatam que a construção da estrada de ferro foi iniciada em 1895, reiniciada em 1921 e apresentou tráfego regular de passageiros e cargas em fevereiro de 1924. A ferrovia funcionou até 1950, embora o Governador João Punaro Bley, pelo Decreto nº 13.007 de 1941, ter



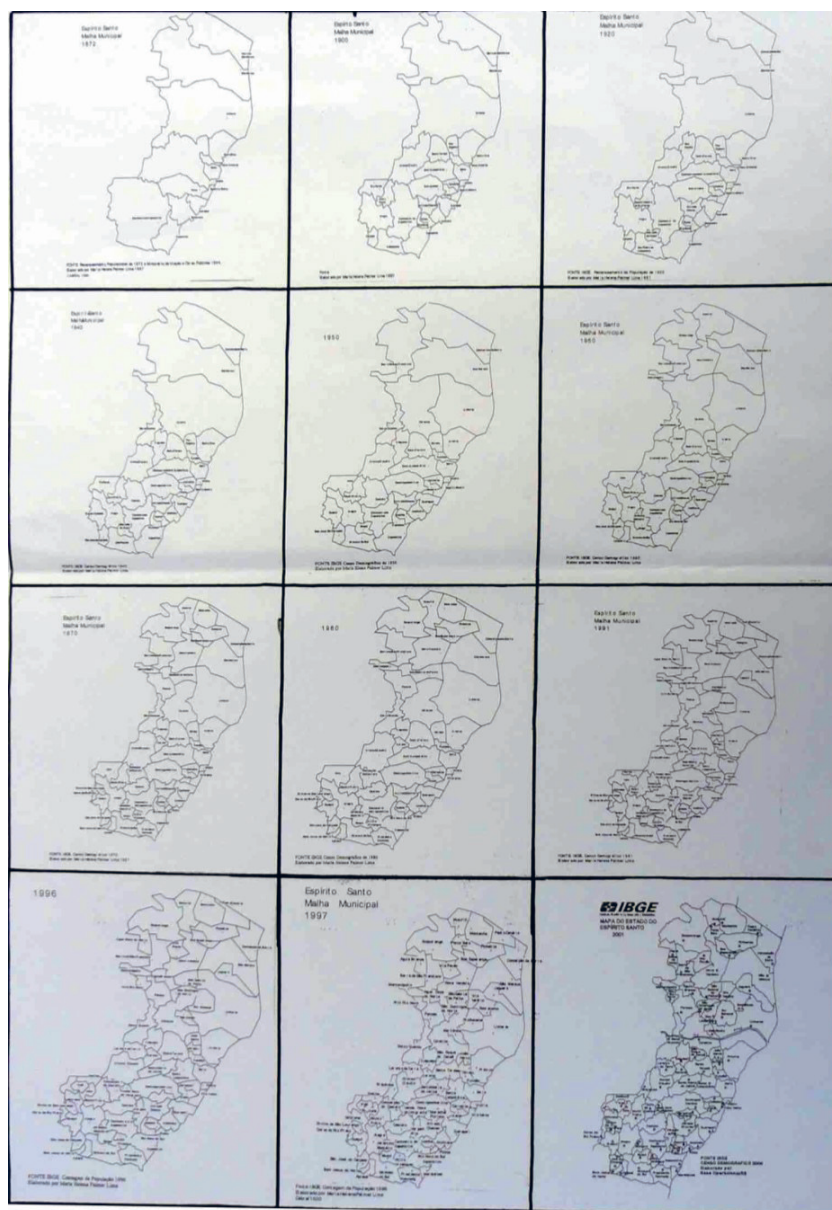


Figura 24. Divisão política do Espírito Santo em diferentes datas.



História de Linhares, Colatina e região

Em 1572, Linhares recebeu sua primeira visita, realizada por Sebastião Fernandes Tourino, sobrinho do Governador da Capitania de Porto Seguro (Zunti, 2000). Em 1800, o Governador da Capitania do Espírito Santo estabeleceu quatro quartéis militares em Linhares: Regência, Pancas, Porto de Souza e Coutins. Em 1809, o Governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar reconstrói a povoação do quartel Coutins mudando o nome do povoado para Linhares em homenagem ao Dom Rodrigo de Souza Coutinho, na época, agraciado com título de Conde de Linhares (Zunti, 2000).

Em novembro de 1809, João Felipe du Pin Almeida Calmon foi o primeiro empreendedor a vir cultivar as terras na região, inicialmente, desmatando a floresta e construindo abrigos para a família e escravos. Produzia farinha de mandioca, açúcar e outros produtos agrícolas (Zunti, 2000).

Depois de 1814, Linhares teve sua colonização promovida à base de Sesmarias que eram concedidas por meio de carta Régia (Teixeira, 1974). As sesmarias eram de meia légua quadrada (pelo menos 1.800 hectares) e ficavam próximas ao Rio Doce e às margens da Lagoa Juparanã (Borgo et al., 1996).

O povoado de Linhares foi elevado a Vila em 02 de abril de 1833, tendo na época 713 habitantes. Logo após, em 21 de agosto do mesmo ano, foi instalado o Município, sendo realizada a primeira sessão da Câmara de vereadores no dia 22 do mesmo mês (Zunti, 2000).

Linhares recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II e sua esposa, Imperatriz Teresa Cristina Maria, às 20 horas e 40 minutos do dia 3 de fevereiro de 1860, que permaneceram até a madrugada do dia 7 de fevereiro. Nessa ocasião, Linhares tinha uma população de apenas 700 habitantes. O Imperador visitou a Lagoa Juparanã, Juparanã-mirim, ilhas rio acima e índios. Não visitou São Mateus, pois um ano antes a



cidade tinha enfrentado sérios problemas de varíola que ceifaram muitas vidas (Rocha, 2008).

Segundo Zunti (2000), José Maria Nogueira da Gama foi o primeiro professor e promotor de Linhares, por volta de 1839.

Em 07 de setembro de 1887, Linhares teve um herói nacional, Bernardo José dos Santos, conhecido como Caboclo Bernardo. Ele foi responsável pelo salvamento de 128 pessoas de um naufrágio próximo à foz do Rio Doce. Ele recebeu algumas honrarias, inclusive da Princesa Isabel (Zunti, 2000).

Segundo Teixeira (1974), Colatina recebeu os primeiros imigrantes em setembro de 1888, depois em dezembro do mesmo ano e em março de 1889, tendo início a construção das primeiras casas em 1892. Por sua vez, Campos Junior (2004) relata que Colatina foi fundada em 1891.

Colatina começou a desenvolver-se a partir de 20 de dezembro de 1906, quando houve a inauguração da ferrovia que ligava Vitória a Colatina. Na época, esta ferrovia era integrada com outras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esse fato desencadeou o desenvolvimento de Colatina, frente a Linhares. Com isso, já em 1907, o Coronel Alexandre Calmon transferiu a sede do Município de Linhares para Colatina. Em 30 de dezembro 1921, foi criado o Município de Colatina e extinto Linhares por meio da Lei nº 1.307.

A segunda emancipação de Linhares ocorreu por meio do Decreto nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, pelo Governador mateense, Jones dos Santos Neves.

Destaca-se que Colatina, no ano de 1950, apresentava mais de 28% de sua população com menos de 20 anos e apenas 1,1% acima de 60 anos. A população do meio rural era a grande maioria com 92% (Teixeira, 1974). Em 1950, existia apenas um trator em Colatina. A estrada que liga Colatina a Nova Venécia foi concluída depois de 1942.



Somente em 1971 foi construído o primeiro trecho de asfalto na região (Teixeira, 1974).

A estrada que liga Linhares a Vitória teve o início das obras em 1930, sendo concluída em 1937. A expansão até São Mateus foi realizada no mandato do Governador João Punaro Bley (antes de 1945). Tal desenvolvimento estava associado à produção de cacau e à pecuária (Zunti, 1982). Antes disso, o meio de transporte era apenas por embarcações.

Depois do Decreto Federal nº 17.289 de 22 de abril de 1926, teve início a construção de uma ferrovia e de algumas pontes que ligavam Colatina a São Mateus passando por Nova Venécia. Contudo, esse projeto foi paralisado em 1928, depois da construção da ponte sobre o Rio Doce e seis quilômetros de terraplanagem próximos a Colatina (Sartório, 2007a).

Em 1928, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Doce em Colatina que auxiliou no desenvolvimento da região por proporcionar a travessia do rio e fomentar o potencial de desenvolvimento com a continuidade da construção da linha férrea. Contudo veio a crise de 1929, ocorrendo a paralisação da construção da linha férrea e a drástica queda dos preços do café, retardando o crescimento da região por mais alguns anos. Inicialmente, a ponte Florentino Avidos foi construída para passagem de trem e apresentava apenas um sentido, sendo alargada para dois sentidos em 1958 (Sartório, 2007a).

A ponte em Linhares sobre o Rio Doce foi inaugurada em 27 de julho de 1954, com a presença do Presidente Getúlio Dornelles Vargas (Oliveira, 2008). Contudo, Zunti (2000) descreve que a inauguração foi em 22 de junho de 1954. Por sua vez, Sartório (2007a) descreve que foi inaugurada em 1953, tendo o início da construção em 14 de fevereiro de 1949.



A ponte em São Mateus sobre o Rio São Mateus foi inaugurada por volta de 1954. Entre os anos de 1951 a 1955, foi construída a ponte sobre o Rio São José em São Gabriel da Palha e outra sobre o Rio Barra Seca na BR 101, sendo feita de concreto apenas em 1958 (Sartório, 2007a).

Destaca-se que Colatina registrou uma grande estiagem em 1963, com uma precipitação de apenas 341,9 mm. Em média, dos anos de 1948 a 1967, a temperatura mínima frequente era de 11°C e a máxima de 35°C, tendo uma precipitação média de 1.000 mm ao ano (Teixeira, 1974).

A BR 101 era denominada de BR-5 e apresentava traçado diferente do atual; margeava a Lagoa Juparanã passando por áreas próximas a Jaguaré. O asfaltamento da BR 101 iniciou no Sul do Estado e terminou, em 1973, no Norte do Estado (Sartório, 2007a).

História de São Gabriel da Palha e região

Mesmo com a ferrovia existente em 1906 em Colatina, a entrada de pessoas na região do lado Norte do Rio Doce era realizada apenas por poucas comitivas de caçadores em meio à mata nativa (Arquivo de Bértolo Malacarne).

As regiões de São Gabriel da Palha, Águia Branca, Pancas e São Domingos do Norte (vales dos rios São José e Pancas) passaram a ter moradores de descendência europeia a partir de 1920, sendo assentados em brechas feitas de machado e facão (Malacarne, 2000; Glazar, 2005).

No início do século XX, o norte do Estado ainda era ocupado por índios e ocorria o início de uma ocupação ilegal por mineiros e baianos. Assim, em 1923, o então Presidente do Estado, Coronel Nestor Gomes, começou a preocupar-se com o Norte e criou oficialmente, em Colatina, a Companhia Territorial (Malacarne, 2000; Glazar, 2005). A companhia tinha como diretores Atílio Vivacqua, o Coronel Ildefonso



Brito e Artur Oberlander Tibal. A povoação dessas localidades foi conduzida por Alberto Ceolin, Guilherme Simionato e Bértolo Malacarne.

A Companhia Territorial teria que atuar em uma área de 28 mil hectares e chegou a demarcar 15 mil hectares para 1.368 famílias até 1932 na região de São Gabriel da Palha, Águia Branca, Pancas e São Domingos do Norte (Malacarne, 2000).

Bértolo Malacarne foi o primeiro a chegar a São Gabriel da Palha, na Cachoeira da Onça, em 09 de setembro de 1925. A viagem de Colatina a São Gabriel da Palha demorava quatro dias (Arquivo de Bértolo Malacarne). Antes de 09 de setembro de 1925, São Gabriel da Palha pode ter sido visitada pelo próprio Bértolo Malacarne e por outras pessoas. Bértolo Malacarne teve sua propriedade registrada em São Gabriel da Palha em 10 de setembro de 1929, mesmo ano em que chegaram as primeiras plantas de café Arábica (Arquivo de Bértolo Malacarne). Somente em 1936, tiveram início os assentamentos realizados por poloneses em terras devolutas (Malacarne, 2000).

Bértolo Malacarne nasceu em Alfredo Chaves em 13 de abril de 1881. Tinha 1,74 metros de altura, cor branca e era Católico. Faleceu em Vitória, vitimado de edema pulmonar ou de infarto do miocárdio, em 29 de julho de 1954 (no Arquivo de Bértolo Malacarne, são encontradas as duas formas de morte).

As áreas vendidas pela firma Costa & Malacarne eram distintas das terras concedidas à Companhia Territorial (Arquivo de Bértolo Malacarne). Porém, todas estavam dentro da região Norte do Rio Doce, região praticamente desabitada, chamada de sertão desconhecido (Figura 23). A firma Costa & Malacarne foi encarregada de colonizar 10 mil hectares às margens do médio Rio São José, onde atualmente estão as áreas pertencentes a São Domingos do Norte e a São Gabriel da



Palha. A febre amarela era um dos principais problemas da colonização e desenvolvimento da região (Malacarne, 2000).

Em 06 de outubro de 1928, foi firmado um contrato entre o governo do Espírito Santo pelo Presidente de Estado Aristeu Borges de Aguiar e a Sociedade de Colonização em Varsóvia que recebeu a concessão gratuita de 50 mil hectares no norte do Estado, que previa o ingresso de aproximadamente 1.800 famílias polonesas. O contrato era de oito anos e previa a isenção de impostos estaduais, inclusive de exportação para a Companhia (Teixeira, 1974). A Companhia tinha sede em Águia Branca, denominava-se Companhia Polonesa e organizava a vinda dos poloneses e outros imigrantes. Em São Gabriel da Palha e região era coordenada pelo veterinário Boleslau Stefan Ruszczychi e pelo advogado Walerjan Koszarowski (Teixeira, 1974).

A Companhia Polonesa teve grande influência na organização da chegada de imigrantes poloneses, italianos, alemães e de outras nacionalidades (Malacarne, 2004; Glazar, 2005). Teixeira (1974) descreve que houve a entrada de 252 famílias de poloneses no outono de 1928, vindo, ao todo, aproximadamente 900 famílias. Vale destacar que os poloneses vieram das planícies onde a agricultura era mecanizada. Assim, tiveram problemas climáticos (alta temperatura), doenças (febre) e topografias acidentadas, sendo fatores limitantes para a permanência dos poloneses na região (Teixeira, 1974).

No ano de 1936, foi encerrado o contrato entre o governo e a Companhia Polonesa, sendo renovado pelo Interventor Federal (Governador), João Punaro Bley. Na ocasião, existiam cinco mil hectares invadidos por posseiros no alto do Rio São José. Também havia 10 mil hectares colonizados por Bértolo Malacarne, na região de São Gabriel da Palha. Portanto, permitia à Companhia Polonesa a ocupação de terras no médio e baixo do Rio São José, região de Vila Valério. Essa área era denominada de "linha Polonesa" e passava



próxima à pedra da Serra Roxa, depois da subida do morro da saída do Jurama, sentido Linhares e encruzilhada do Arariboia.

Em 1936 ou 1937, a Companhia Polonesa abriu uma filial no Córrego do Cedro, atualmente Município de São Gabriel da Palha, auxiliando na organização da região, por meio de medições de terras, abrigos para imigrantes, comercialização de medicamentos, querosene, sal, tecidos e outros produtos.

Em 1936, São Gabriel da Palha recebeu o primeiro vigário. Ele era polonês e chamava-se Padre Francisco Sokol. Em 1938 e 1939, também houve a passagem de um vigário alemão, chamado Padre Benedito.

Em 1938, São Gabriel da Palha recebeu o primeiro médico (Janusz Zak) que veio da Polônia em 1935 e permaneceu até o início da 2ª Guerra Mundial (Glazar, 2005). Teixeira (1974) relata que o médico morava na localidade do Cedro.

A primeira professora a lecionar em São Gabriel da Palha foi Ana Cavati Colombi em 1941. Segundo Glazar (2005), ela foi uma desbravadora que deixou a marca do seu trabalho como professora e como religiosa na região.

Apesar do Estado/Governo, junto a Companhia Polonesa prever a imigração de milhares de poloneses na região, a 2ª Guerra Mundial interrompeu a continuidade da vinda dos mesmos para o Brasil. Dos poucos que vieram, muitos não toleraram as dificuldades e foram para outras localidades do Estado ou do País. Assim, a colonização polonesa não avançou na região. Relata-se que a cada 10 poloneses que chegavam, ficavam menos de três (Glazar, 2005).

A partir de 1939 (início da 2ª Guerra Mundial), parou de vir poloneses para o Brasil. Portanto, para ocupar a região de São Gabriel da Palha vieram, principalmente, meeiros do Sul do Estado (Glazar, 2005) que geralmente eram descendentes de imigrantes italianos,



pomeranos e alemães. Vinham de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim e de outras localidades.

A Companhia Polonesa, ao vender os terrenos, fornecia um título provisório, os quais tiveram sua legalização a partir de 1948, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Estado no 1º mandato do Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. De acordo com Glazar (2005), esse fato ocorreu depois da construção da estrada que liga São Gabriel da Palha a Colatina, passando pelo Sabiá, que foi inaugurada em 1947 pelo mesmo Governador. Glazar (2005) descreve em outro trecho que a estrada foi construída utilizando “galhiotas” (tipo de caixa com duas rodas grandes que era empurrada por dois homens), pás e picaretas. Na época, na região, não existia disponibilidade de trator ou outra forma de máquinas para efetuar os trabalhos de abertura de estradas e aterros (Glazar, 2005).

Segundo José Colonna, os índios residentes próximo ao acampamento dos poloneses em Águia Branca foram retirados do local pelo governo, por volta de 1948. Esses não tinham mais a caça como subsistência, apresentavam sérios problemas de malária e não se adaptavam à agricultura.

De acordo com Glazar (2005), a primeira bicicleta da região de São Gabriel da Palha foi trazida por um polonês em 1938. Em 1946, Eduardo Glazar adquiriu a primeira máquina de beneficiamento de café e instalou o primeiro moinho na Cachoeira da Cobra para moer milho, transformando em canjica ou fubá. Em 1948, Eduardo adquire o primeiro carro “de passeio” da região, uma Rural. Também, no mesmo ano, instalou o primeiro secador de café.

O primeiro cinema de São Gabriel da Palha foi denominado de Cine Estrela e tinha 250 lugares. Foi construído por Vicente Glazar, pai de Eduardo Glazar, e seus irmãos em 1952 (também relatado com data de inauguração em 1955). O primeiro filme exibido foi “O conde de



Monte Cristo”. Na época, havia um conjunto de geradores para funcionar o cinema, iluminar a praça e o posto de gasolina (Glazar, 2005).

A energia elétrica chegou entre 1958 a 1960. A “casa hospital” passou a funcionar em 1960. O primeiro Banco foi o Banestes, sendo inaugurado em 1963 (Glazar, 2005).

Conta a "lenda" que o Município de São Gabriel da Palha passou a ter esse nome porque o primeiro morador era negro e chamava-se Gabriel e as casinhas do lugar eram todas cobertas de palha (Glazar, 2005), por sua vez não há registros concretos sobre essa lenda (Malacarne, 2000). Além disso, fica claro em diversos documentos que quem desbravou a região foi Bértolo Malacarne. José Colombi Filho relata que possivelmente o nome de São Gabriel está associado ao mês em que Bértolo Malacarne chegou a São Gabriel da Palha, emitindo homenagem ao arcanjo São Gabriel que é comemorado em 29 de setembro e as casinhas da região eram cobertas com palha.

Baseado em publicação do Jornal A Gazeta (A Gazeta, 1981), o nome São Gabriel da Palha pode estar associado à presença de casinhas tapadas com palhas, localizadas próximas ao Córrego São Gabriel. Em função de problemas de doenças, o desenvolvimento da cidade margeou outra direção do córrego por meio de doações de terras. De acordo com João Barbosa, a localidade, no início da década de 1940, era chamada de patrimônio da Palha.

Sua emancipação política ocorreu em 14 de maio de 1963, sendo o primeiro Prefeito Mauro Ribeiro Garcia, nomeado pelo Governador Francisco Lacerda de Aguiar. Houve outras duas nomeações de José Sebastião Lacerda e do Tenente Petronilo Barbosa de Souza. Em 1967, Eduardo Glazar foi o primeiro Prefeito eleito. O Município tinha como Distritos Vila Valério, Águia Branca e Fatura.





História do café, com foco no Conilon

Descobrimento da bebida

A descoberta do efeito estimulante da fruta de café e o seu consumo foram registrados pela primeira vez em manuscritos do Iêmen, no ano de 575. Diz a lenda que um pastor etíope chamado Kaldi passou a observar que as cabras, ao mastigar as plantas e frutos de café, tornavam-se mais ativas e resistentes, entre outros efeitos. Portanto, as pessoas passaram a consumir a polpa doce, às vezes macerada, ou misturada em banha, e também suco fermentado de café. As folhas também eram utilizadas no preparo do chá e mastigadas (Martins, 2008).

Segundo o historiador britânico Sir Henry Blount, os espartanos bebiam café, contudo, não foram encontrados indícios claros desse fato (Zanotti; Sousa Neto, 2005).

O processo de infusão, com cerejas fervidas em água para fins medicinais, ocorreu por volta do ano 1000 pelos árabes. A arte de torrefação, que proporciona gosto como conhecemos, foi descoberta apenas no século XIV, tendo o consumo em grande escala a partir de 1450.

O primeiro café público (cafeteria) foi inaugurado em 1475, chamado de Kiva han, em Constantinopla, capital da Turquia. Consumir café em cafeterias tornou-se um ritual de sociabilidade, principalmente entre os mulçumanos (Martins, 2008). Porém, a Europa apresentava resistência ao consumo de café, uma vez que a igreja considerava a bebida um alimento herege associado a efeito estimulante pecaminoso e por ser consumido por pagãos geralmente mulçumanos (Martins, 2008).

Somente no papado do Sumo Pontífice Clemente VII, entre 1523 a 1534 (Martins, 2008), ou no papado de Clemente VIII, entre



1592 a 1605, após reunião com o Concílio de Bispos (Moreira, 2007), o café deixou de ser considerado uma bebida impura entre os cristãos.

Em 1650, foi aberto o primeiro coffee-house em Oxford na Inglaterra, seguindo-se Itália e França anos depois. Na Europa, em 1685, foi difundido o consumo do café com leite (Moreira, 2007). Em Londres já existiam mais de 3000 coffee-house por volta de 1708. O consumo de café espalhou-se rapidamente por toda Europa e mundo (Sousa Neto; Zanotti, 2005). A cafeteria Caffè Florian foi inaugurada em 29 de dezembro de 1720 em Veneza, Itália, sendo a mais antiga da Europa em funcionamento.

O café Arábica (*Coffea arabica* L.) foi descrito pelo botânico Carolus Linnaeus no ano de 1753. Já o café Conilon (*Coffea canephora* L. Pierre ex A. Froehner) foi descrito primeiramente por Louis Pierre em 1795 e depois, detalhadamente, por Albrecht Froehner, em 1897. Atualmente já foram identificadas mais de 120 espécies do gênero *Coffea* (Davis et al., 2011).

No mundo, em 2014, foram colhidos 141,8 milhões de sacas, sendo os maiores produtores o Brasil (45,3 milhões), seguido pelo Vietnam (27,5 milhões), Colômbia (12,5 milhões), Indonésia (9 milhões) e Etiópia (6,6 milhões). Por sua vez, os maiores importadores em 2013 foram os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e França, com 27,0 21,2, 8,8, 8,4 e 6,7 milhões, respectivamente (ICO, 2016). A economia cafeeira mundial movimentou mais de US\$ 140 bilhões e gera 500 milhões de empregos diretos e indiretos.

História do Café no Brasil

Sementes viáveis do café chegaram ao Brasil, no Estado do Pará, no início de 1727, oriundo da Guiana Francesa. Essas sementes foram trazidas pelo Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta (Martins 2008). Quatro anos depois (1731), foram exportados 3.213 gramas de



café para Lisboa. Em 1779, o Brasil exportou 19,75 sacas de 60 kg de café beneficiado. Em 1796 e em 1806, foram exportadas 2.124 e 20.561 sacas de café, respectivamente.

Onze dias após a independência do Brasil, em 1822, um ramo de café foi incorporado ao escudo de armas do Império e, em 1826, foi agregado ao brasão da capital (Martins, 2008).

Em 1830, o café era produzido com mão de obra de 600 mil escravos e representava 25% das exportações. No período regencial (1831 a 1840), o café passou a liderar as exportações, sendo intensificado na segunda metade do século (Tabela 4). Difundiu-se nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Vale do Rio Paraíba do Sul) e depois para outros estados da Federação (Martins, 2008). Já em 1870, representava mais que 50% das exportações, contudo, a partir desta data, a mão de obra escrava começou, aos poucos, a ser substituída por imigrantes europeus (Roos; Eshuis, 2008).

Tabela 4. Porcentagem das exportações brasileiras provenientes do café e porcentagem da produção nacional frente à produção mundial em parte do século XIX (Martins, 1991).

Década	Porcentagem das exportações brasileiras (em valor de venda)	Porcentagem da produção mundial (em produção)
1820	18,4%	18,18%
1830	43,8%	29,7%
1840	41,4%	40%
1850	48,8%	52,09%
1860	45,5%	49,07%
1870	56,6%	49,09%
1880	61,5%	56,63%



Para ter-se uma ideia da grande importância da cultura, de 1890 a 1910 o café representou em média 64,5% das exportações brasileiras (mais de 75 milhões de sacas), seguido pela borracha (15%), açúcar (6%), algodão (2,5%), couros e peles (2,4%) e fumo (2,2%) (Moreira, 2007).

Em 1895 e também em 1922, o país produziu 70% de todo café consumido no mundo e, em 1925, representava 60,5% de todas as vendas externas brasileiras (Martins, 2008; Moreira, 2007). O café teve altos preços entre 1886 a 1896, 1911 e 1912, início e meados da década de 1920 e final da década de 1930, quando atingiu-se a cotação recorde de 60\$000 para cada 15 kg de café. Contudo, em 1930, desabou para 5\$000 (Grosselli, 2008), com a queda das bolsas em todo o mundo (grande crise mundial).

Segundo Moreira (2007), a primeira grande crise dos preços do café ocorreu em 1906 em função da alta produção mundial (25% superior ao consumo). Outra desvalorização dos preços ocorreu na crise de 1913, associada à 1ª guerra mundial. Outra grande queda de preços ocorreu com a crise de 1929, levando o governo do Presidente Getúlio Vargas (que chega ao poder em 1930) a queimar dois milhões de sacas em 1931 e 82 milhões de sacas até o final da mesma década (Moreira, 2007). Martins (2008) relata que foram 78 milhões de sacas (quantia três vezes superior ao consumo mundial na época).

Outras crises surgiram, como por exemplo, a ocorrida no final da década de 1950 até início da década de 70, culminando na erradicação dos cafezais em 1962 e de 1966 a 1968. Em 1970, a ferrugem do cafeeiro foi identificada na Bahia, expandindo-se rapidamente para todo o território brasileiro, proporcionando danos significativos na produtividade dos cafezais. Esses fatos desencadearam na grande imigração do meio rural, das regiões cafeeiras de todo o



Brasil, não sendo diferente no Espírito Santo, onde muitos cafeicultores foram para Rondônia ou para a Capital do Estado.

O Brasil colheu, em 2014, 45,6 milhões de sacas, sendo 13 milhões de Conilon e 32,6 milhões de Arábica (CONAB, 2016). O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de café, tendo um consumo em torno de 20,3 milhões de sacas, sendo 6,12 kg por pessoa por ano de café verde ou 4,89 de café torrado (ABIC, 2016). Em 2011, o café gerou mais de 8,7 bilhões de dólares de saldo na balança comercial, sendo responsável por 3,4% do total das exportações brasileiras (MDICE, 2012).

História do Café no Espírito Santo

O café Arábica foi introduzido no Estado do Espírito Santo por volta de 1770 (Moreira, 2007). Segundo Oliveira (2008), havia lavouras de café às margens do Rio Doce em 1812 e, de acordo com Grosselli (2008), esse café era exportado, sendo denominado "Capitania". Depois de alguns anos, foi substituído pela variedade Bourbon.

Nos anos de 1826 e 1827, a farinha de mandioca, o açúcar e o fio de algodão eram os principais produtos de exportação (119.700\$000, 31.554\$000 e 14.336\$000, respectivamente, por ano); enquanto que o café apresentava o valor de apenas 258\$000, com uma exportação de 37,5 sacas por ano (Oliveira, 2008).

A partir de 1840, o café passou a substituir de forma significativa áreas cultivadas com cana de açúcar, sendo a nova alavanca social e econômica do Estado (Grosselli, 2008; Merlo, 2008; Rocha, 2008). Já em 1846, o Estado exportou mais de 25 mil sacas de café, passando das 100 mil em 1870 (Tabela 5), tornando-se, de forma consistente, a principal cultura do Estado (Oliveira, 2008).



Tabela 5. Exportação de café (sacas beneficiadas de 60 kg) no Espírito Santo entre 1845 a 1874.

Ano	Exportação	Ano	Exportação	Ano	Exportação
1845	7.842	1854	27.218	1863	34.113
1846	27.174	1855	28.687	1866	65.021
1847	28.249	1856	48.710	1867	96.942
1848	23.046	1857	38.408	1869	87.493
1849	14.043	1858	37.023	1870	100.049
1850	21.846	1859	33.320	1871	105.862
1851	20.513	1860	49.482	1872	131.363
1852	23.270	1861	54.792	1873	110.242
1853	21.233	1862	56.172	1874	81.001

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008).

A participação do café produzido no Estado passou de 1% a quase 5% em comparação com produção brasileira. A região de maior produção tornou-se as áreas da capital, na época, caracterizada por pequenas propriedades. A partir do início dos anos de 1870, o Sul do Estado voltou a ser a região de maior produção. Nessa época, o valor do café no mercado aumentou 70% (Grosselli, 2008).

Com a abolição da escravidão, a produção do café caiu significativamente. O maior percentual de imigrantes no Espírito Santo escolheu trabalhar como meeiros nas lavouras de café, voltando a fortalecer a cafeicultura (Grosselli, 2008).

No final do século XIX, a produção oscilou em torno de 500 mil sacas de 60 kg, exportando grande parte da produção (Tabela 6). Na primeira década do século XX, a produção foi de 670 mil sacas (Grosselli, 2008), chegando a exportar quase toda a produção (Oliveira, 2008). Portanto, as exportações também foram significativas no Estado, chegando a atingir valores superiores a 70% em vários anos (18 em 27 anos apresentados), em comparação a toda exportação do Estado



(Tabela 6). A exportação de café, a partir de 1895, foi superior a 394 mil sacas de 60 kg, chegando a atingir mais de 968 mil sacas em 1915 (Tabela 6).

Tabela 6. Produção exportada de café, em mil sacas de 60 kg (Exportação), e porcentagem da receita do café em relação à receita total (%) no Espírito Santo, entre 1892 a 1918.

Anos	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Exportação	278	363	388	411	419	580	557	456	394
%	52	91	76	80	76	81	80	74	71
Anos	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
Exportação	429	644	658	607	589	590	748	708	416
%	71	73	95	78	70	73	81	73	54
Anos	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918
Exportação	408	484	568	598	629	968	713	722	657
%	46	58	65	64	62	74	73	62	60

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008).

No início da República em 1889, o café chegou a representar por vários anos mais de 70% da receita do Estado (Oliveira, 2008; Civita, 2009). No ano de 1920, existiam aproximadamente 114.583.853 pés de café (Oliveira, 2008), tendo seu plantio alavancado pela estrada de ferro Vitória-Minas (Moreira, 2007).

Posteriormente a esse bom momento da cafeicultura, vieram as crises do café. Muitas fazendas foram hipotecadas e desvalorizadas. No Estado do Espírito Santo, a baixa dos preços também coincidiu com uma das maiores secas históricas do estado ocorridas no início do século XX (Oliveira, 2008). Nessa ocasião, muitos italianos e outros imigrantes (principalmente colonos) tiveram a oportunidade de comprar as primeiras pequenas propriedades.

A maioria do café produzido no estado na década de 1920 era exportada pelo porto de Vitória, com média de 66% e a outra parte era



exportada pelo porto do Rio de Janeiro (Tabela 7). Entre os anos de 1922 a 1929, as exportações sempre ficaram acima de um milhão de sacas.

Tabela 7. Exportação de café produzido no estado segundo o porto de embarque.

Anos	Total	Por Vitória		Pelo Rio de Janeiro	
	Sacas	Sacas	%	sacas	%
1922	1.014.544	666.452	65,59	348.092	34,31
1923	1.071.875	723.747	67,52	348.128	23,48
1924	1.280.845	777.707	60,20	503.138	39,28
1925	1.220.063	690.076	56,56	529.987	43,44
1926	1.244.434	691.651	55,60	552.583	44,40
1927	1.368.218	904.840	66,13	463.378	33,87
1928	1.208.094	839.119	69,45	368.975	30,55
1929	1.238.837	946.716	76,42	292.121	23,58
Média	1.205.864	780.039	66,00	425.800	34,00

Outra baixa dos preços do café ocorreu devido à crise de 1929, com queda das Bolsas de Valores em tudo o mundo, deflagrando uma das maiores crises mundiais. Somente a partir de 1938, a crise do café acaba (Teixeira, 1974), culminando no crescimento da produção no estado do Espírito Santo, em torno de 1,7 milhões de sacas em meados de 1950. No final da década de 1940, Colatina era o maior produtor de café do Espírito Santo, produzindo o dobro do segundo, com produção de 300 mil sacas em 1947 (Campos Junior, 2004).

De 1950 a 1954, houve elevação acentuada dos preços no mercado internacional que continuou até 1957. A alta nos preços estava associada principalmente à desvalorização da moeda brasileira, ocasionando incremento na produção. Segundo José Colombi, em 1954, ocorreu a explosão da broca do café, provocando grandes perdas na



produção na região norte do estado. Em 1960, o estado chegou a produzir 3,1 milhões de sacas (Tabela 8). Contudo, com a grande produção mundial, em 1958, ocorre queda dos preços no mercado nacional e internacional, indo até o final da década de 60 (Oliveira, 2008). Consequentemente, a produção do estado apresentou queda acentuada (Tabela 8), culminando com a erradicação do café no Espírito Santo.

Tabela 8. Produção de café (em mil sacas beneficiadas de 60 kg) no Espírito Santo entre 1960 a 1973.

Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	Produção
1960	3.100	1965	1.900	1970	1.600
1961	1.900	1966	1.600	1971	400
1962	2.400	1967	700	1972	1.200
1963	1.300	1968	1.600	1973	800
1964	1.100	1969	500	-	-

Para regular esse problema na economia e no meio rural, o governo adotou a política de erradicação do café em toda nação, inclusive sob o parque cafeeiro do estado. O Espírito Santo foi o estado que mais erradicou café, em termos percentuais. Foram erradicados aproximadamente 220 milhões de pés de café entre 1966 e 1968. Isso ocasionou o deslocamento de 30 mil famílias, aproximadamente 180 mil pessoas, e destas, 30 mil foram para outros estados.

O estado voltou a produzir menos de um milhão de sacas por alguns anos (Oliveira, 2008). Os novos plantios voltaram a ocorrer somente depois de 1970 (Merlo, 2008). No Norte do estado, plantou-se café Conilon.

Referente às exportações, o comportamento foi similar ao da produção, tendo queda acentuada no início da década de 1970, voltando a crescer no final da mesma década (Tabela 9). Apesar de os dados não



separarem as espécies (Conilon ou Arábica), provavelmente a partir do final de 1970, já havia Conilon sendo exportado em grande volume no final da década de 1980.

Tabela 9. Exportação de sacas de café de 60 kg pelo Espírito Santo entre 1960 e 1990.

Ano	Exportação	Ano	Exportação	Ano	Exportação
1960	151.913	1971	929.749	1981	1.189.531
1961	1.514.675	1972	591.357	1982	1.043.539
1962	1.087.927	1973	533.984	1983	1.975.268
1963	1.269.226	1974	655.425	1984	2.136.959
1964	1.087.150	1975	619.392	1985	2.773.783
1965	1.250.403	1976	393.109	1986	1.920.950
1966	1.853.905	1977	271.864	1987	3.311.719
1967	1.245.079	1978	990.856	1988	2.778.245
1968	1.953.878	1979	890.369	1989	3.559.913
1969	1.488.248	1980	1.519.129	1990	3.328.433
1970	1.038.728				

Fonte: CCCV

Os dados da tabela 9 apresentam as exportações realizadas no estado, sendo o café Arábica produzido em outros estados, no entanto, a grande maioria é café produzido no território Capixaba. Ocorre também exportação de café produzido no Espírito Santo em outros portos, porém em quantidade pouco representativa.

Tem-se observado um crescimento da produção, impulsionado pelo aumento da produtividade e não pelo acréscimo de áreas de cultivo (Figura 25A,B,C). A produção e a produtividade cresceram, principalmente no Conilon até 2014 (Figura 25AB), em função do uso de tecnologias de manejo como a propagação vegetativa, seleção de genótipos superiores, adensamento, adubação, irrigação e manejo fitossanitário. Por sua vez, a seca em 2015 proporcionou queda acentuada no Conilon em 2015 (Conab, 2016), e maior ainda para 2016.

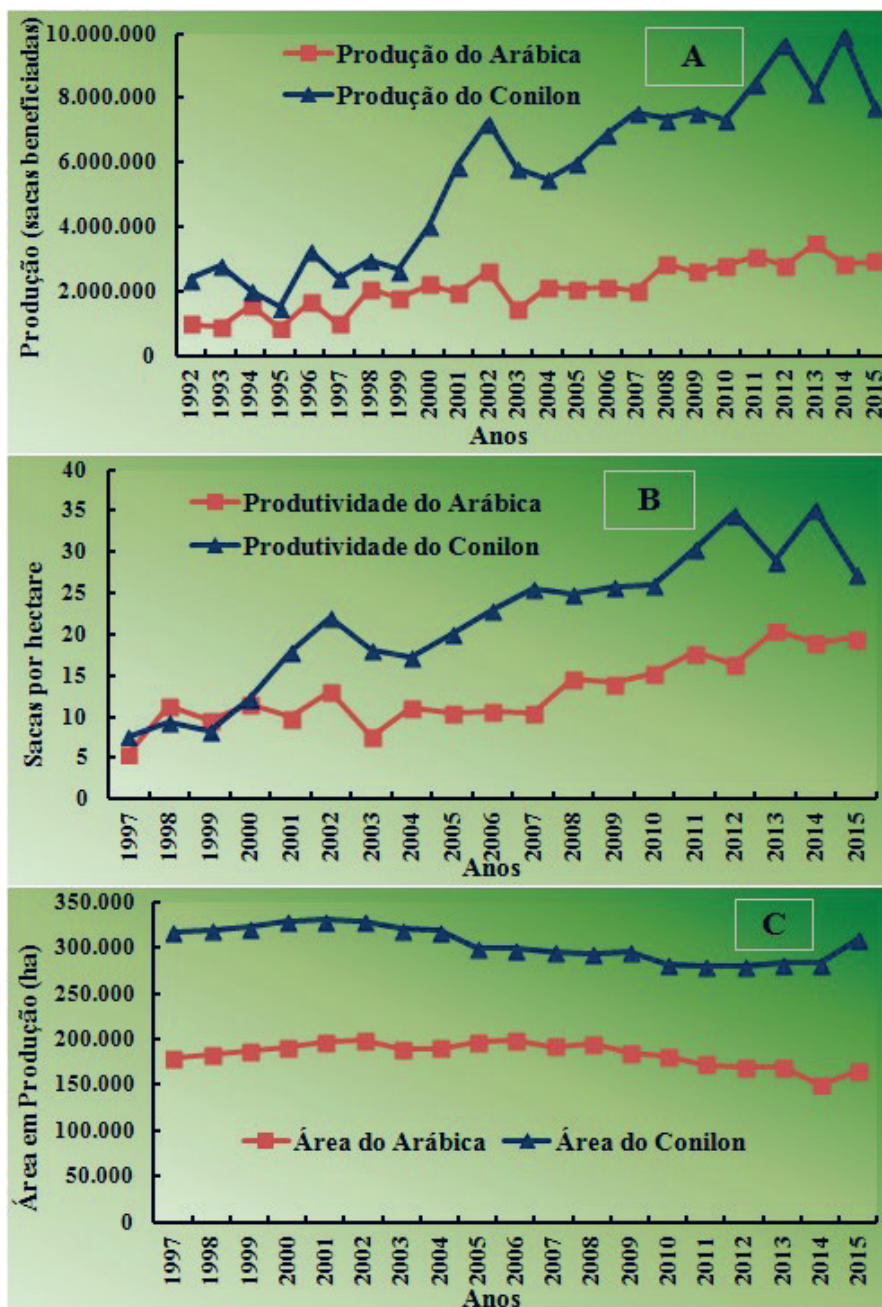


Figura 25. Histórico da produção (A), produtividade (B) e área (C) de café Conilon e Arábica no Espírito Santo. Fonte: Adaptado da CONAB.



O Estado do Espírito Santo colheu, em 2014, 12,81 milhões de sacas, sendo a grande maioria de café Conilon, com 9,95 milhões, e 2,86 milhões de Arábica. Isso faz do estado o segundo maior produtor de café do Brasil e o primeiro de café Conilon. O café é a principal fonte de renda e emprego do setor agropecuário no estado.

Considerando a área territorial e a população, o Espírito Santo em 2014, esse foi o estado que obteve a maior produção por área (278 sacas por km²) e por habitante (3,34 sacas por pessoa). Minas Gerais, mesmo sendo o maior produtor de café, ficou em segundo lugar, com 38,48 sacas por km² e 1,10 sacas por habitante (Figura 26). Esse fato mostra a grande importância do café para o povo espírito-santense. Portanto, o seguimento deve ser devidamente valorizado pelo estado (poder público) e pela sociedade.

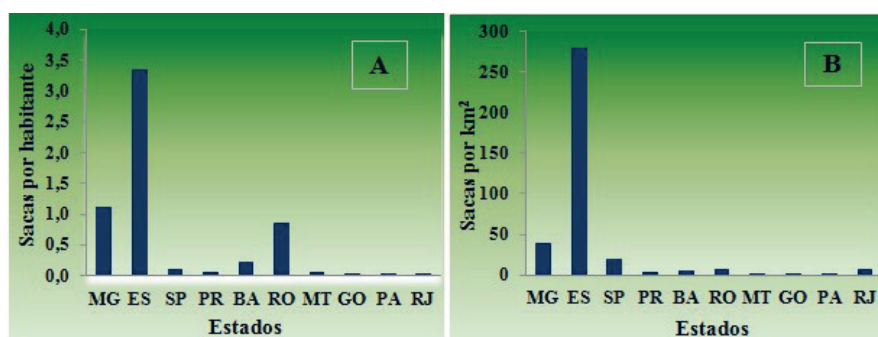


Figura 26. Produção de café em sacas de 60 kg por habitante e por área nos estados brasileiros. Fonte: Adaptado da CONAB e IBGE.

História do Café Conilon no Espírito Santo

O café Conilon chegou ao estado do Espírito Santo por intermédio do Presidente de Estado (Governador), Jerônimo Monteiro (Jeronymo de Souza Monteiro) (Merlo, 2008, Mansur, 2013; 2014). A chegada das amostras de café ocorreu em junho de 1911, sendo confirmada com a publicação no Jornal Diário da Manhã - Órgão



Oficial, ano VI, nº 166, página 02 (Figura 27), que relata que o Presidente de Estado recebeu da Fazenda Santa Alda, do estado de Minas Gerais, uma amostra do excelente café Conilon para consumo. Assim, o Presidente de Estado expõe o desejo de receber sementes do café para distribuir aos agricultores do estado.

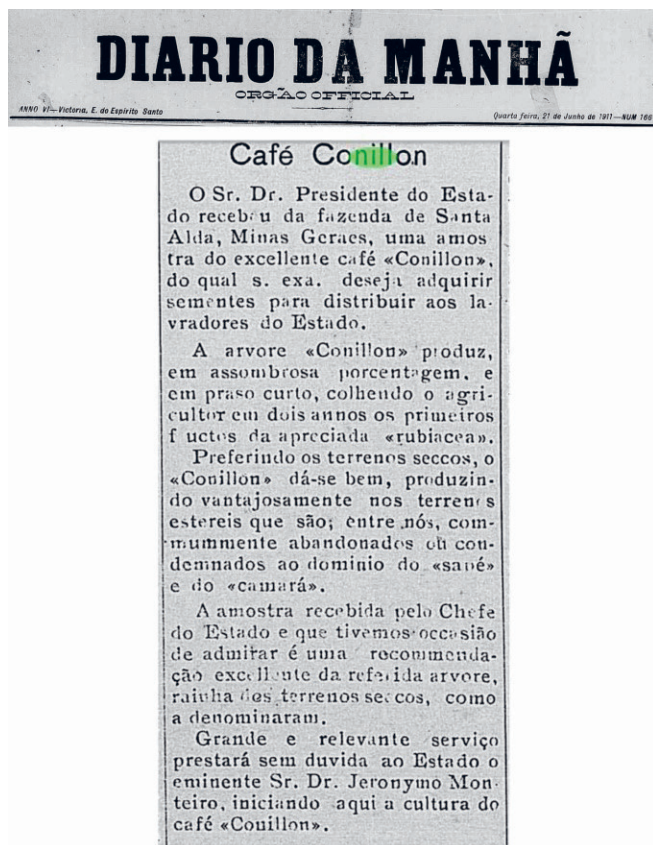


Figura 27. Jornal Diário da Manhã de 21 de junho de 1911.

O jornal Diário da Manhã - Órgão Oficial, ano VII, nº 8, página 01- noticiou, em 09 de janeiro de 1912 (Figura 28), que o Presidente do Estado tinha adquirido 2.000 mudas e 50 litros de sementes de café Conilon, porém o jornal não relata o dia da chegada das mudas e



sementes. A reportagem destaca o excelente produto e que parte das mudas e sementes já se encontrava em três Municípios: Cariacica - na Fazenda Modelo do estado, Cachoeiro de Itapemirim - com o Coronel Marcondes Alves de Souza e Itabapoana - com o Coronel João Lino de Silveira.



Figura 28. Jornal Diário da Manhã de 09 de janeiro de 1912.

No relatório de mandato dos anos de 1909 a 1912, feito pelo Governador Jerônimo Monteiro e apresentado ao Congresso Legislativo em 23 de maio de 1912, na página 422, consta que José Ambrosio Ribeiro recebeu um prêmio de 10:000\$000 por café Conilon em 1911. Não deixa claro qual foi o motivo, mas provavelmente foi o pagamento



das mudas e sementes de café Conilon adquiridas no mesmo ano. No Jornal Diário da Manhã, datado de 20 de junho de 1912 (número 166 na página 8), o Governador Jerônimo Monteiro relatou que tinha distribuído as 2.000 mudas e 50 litros de sementes de café.

A distribuição das mudas e sementes era gratuita e os agricultores tinham o compromisso de fornecer informações sobre o desenvolvimento e disponibilizar a outros lavradores as sementes produzidas da lavoura cultivada. O jornal também descreve a enorme vantagem que a espécie tinha de produzir em terrenos sáfaros (considerado improdutivo), de pastagem e até mesmo fadigados (Figura 28). Segundo Glazar (2005), essas mudas e sementes foram distribuídas no Sul e no Centro-Sul, mas os plantios de café Conilon não avançaram devido a preferência pelo café Arábica e baixo desenvolvimento da planta quando cultivada em áreas de alta altitude.

O ano da chegada das mudas e sementes de café Conilon no estado é incerto. Provavelmente ocorreu em final de 1911, pois as mudas já estavam disponíveis para distribuição em três municípios na primeira semana de janeiro de 1912 (Figura 28) e tinham sido pagas em 1911. Esta constatação deve-se ao fato de que, há mais de 100 anos, a logística de receber mudas e sementes, distribuir em três municípios e noticiar em jornal não seria realizada em uma semana.

No Jornal Diário da Manhã de 18 de abril de 1930 (número 2306 na página 1), foi relatado que seriam realizadas, no Café Modelo (posto de degustação e cafeteria de café do Estado), inteligentes combinações de qualidades em percentagem variáveis de café, como o Capitania, Conilon, Bourbom, Maragogipe e outros.

Em 08 de maio, o mesmo Jornal (número 2320 na página 1) noticia a reabertura do Café Modelo e no terceiro parágrafo da notícia exalta o café Conilon: "*O Conillon, puro café, pouco conhecido, de sabor semelhante ao cacau, combinado com o Capitania* (bom café



Arábica da época) *de primeira qualidade dá uma excelente infusão*". No Jornal Diário da Manhã de 13 de maio de 1930 (número 2324 na página 4), foi relatado que o Café Conilon estava tendo boa aceitação pelo Café Modelo, por ser novidade e por apresentar boa qualidade e sabor baunilha.

Em 07, 08 e 10 de junho de 1930, o Diário da Manhã publica que o Serviço de Defesa do Café do estado resolve equiparar o café Conilon de qualidade (poucos defeitos) aos cafés finos para efeitos de tributação, pois estava tendo boa aceitação na Capital do estado. Esses fatos sugerem que o café Conilon apresentava qualidade e aceitação pelo consumidor.

O Diário da Manhã (número 2722 e 2723) publica, em 08 e 09 de junho de 1934, que estariam sendo levados para feira da Indústria em Brasília diversas amostras de café, inclusive do Conilon. Em 16 de julho de 1936, o Jornal Diário da Manhã (número 3235 na página 16) publica que foi exportado café Conilon produzido no Espírito Santo pelo Porto do Rio de Janeiro. O mesmo Jornal publica que, em 26 de agosto de 1936, amostras de café Conilon seriam expostas em feira internacional na Itália.

Segundo José Colombi Filho, foi Ernesto Caetano quem trouxe o café Conilon para a região de São Gabriel da Palha. Ernesto tinha uma lavoura no Córrego Dourado, no lado que atualmente pertence à área territorial de Vila Valério. Possivelmente, a lavoura foi plantada no final da década de 1940 ou início da década de 1950 e as mudas ou sementes foram provenientes do Sul do estado.

Por volta de 1951, João Colombi plantou uma área de café Conilon. Em 1957, João Colombi plantou, nas mesmas condições de manejo, 2,5 hectare de café Arábica e 2,5 hectare de café Conilon, cujas mudas vieram da propriedade de Ernesto Caetano. José Colombi Filho conta que ele tinha 12 anos e que participou do plantio dessa área junto



com o irmão mais velho. Em 1959, João Colombi obteve colheita do café Conilon e notou superioridade na produção e no rendimento do Conilon sobre o Arábica. Na época, o Conilon era vendido de forma separada e com preço similar ao Arábica, contudo recomendava-se que a espécie não deveria ser plantada, pois tinha restrições na comercialização.

Segundo José Colombi Filho, de dezembro de 1962 a início de 1963, a região de São Gabriel da Palha passou por uma grande seca, ficando 68 dias sem chuva. Nessa ocasião, os cafeeiros apresentaram grande queda da produção e rendimento, sendo necessários 32 sacos de café maduro para render uma saca beneficiada de café.

Segundo a publicação de Glazar (2005), em 1963, ele teve conhecimento, por intermédio de caçadores, da existência de um viveiro de mudas de café Conilon que estava abandonado há uns dois anos na localidade do Córrego Dumer (na época Município de Colatina). Segundo Glazar (2005), ele tirou as mudas que já estavam grandes, colocou em balaios e levou para sua propriedade para serem plantadas. Glazar (2005) também relatou que nunca soube a procedência das mudas e quem fez o viveiro. Relata ainda que, ao retornar com 4.000 mudas de café Conilon do Córrego Dumas, plantou-as num terreno na Cachoeira da Cobra (Município de São Gabriel da Palha), ao lado de uma lavoura de café Arábica.

No final da década de 1960, o governo brasileiro queimou milhões de sacas de café e incentivou a erradicação das lavouras cafeeiras. A erradicação foi coordenada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) que sugeriu arranque das lavouras com mais de três anos. Nas áreas erradicadas, recomendava-se o plantio de pasto ou mamona (Glazar, 2005).

Segundo José Colombi Filho, que ajudou a coordenar a erradicação de café na região, antes da grande erradicação, existia



aproximadamente 100 hectares de café Conilon plantados na região pelas famílias Colombi, Lorenzoni, Caetano, Glazar e outras.

De acordo com José Colombi Filho, seu irmão, João Colombi, continuou plantando café Conilon mesmo no período da erradicação. Em 1971 ou 1972, ele (João Colombi) colheu mais de mil sacas de café Conilon beneficiadas e, em 1973, aproximadamente 1.500 sacas.

Em 1969, o governo brasileiro percebendo que iria faltar café em função da grande erradicação, geadas no Paraná e crescente demanda internacional pelo produto, coordenou e incentivou plantios de café em todo o país, inclusive com financiamento com três anos de carência e cinco anos para pagar com baixos juros. O financiamento era somente para plantios em áreas acima de 400 metros de altitude e apenas para o café Arábica.

Nessa ocasião (1969), a região de São Gabriel da Palha começou a plantar café, desta vez a grande maioria dos plantios era de Conilon. Os agricultores foram incentivados pelos bons preços e pelo sucesso que João Colombi estava obtendo com a atividade. De acordo com José Colombi Filho, nessa época, a saca de café Conilon valia o equivalente a três salários mínimos e, em 1986, chegou a valer 4,4 salários mínimos. Também relata que, em 1975, o Conilon valia aproximadamente 10% a mais que o Arábica. Nessa ocasião, Eduardo Glazar comprava grande parte do Conilon colhido na região.

A prefeitura de São Gabriel da Palha estimulou o plantio de café Conilon bem como proporcionou a distribuição de mudas. Glazar (2005) descreve, e José Pereira da Silva confirma, que diversas lideranças do município reuniram-se, dentre elas, a Câmara municipal, a prefeitura, os produtores e os comerciantes. Nas discussões entre os participantes, surgiram argumentos contrários, mas a maioria decidiu preparar um grande viveiro e ampliar a produção e distribuição de mudas. Na época, procuraram os órgãos oficiais de assistência técnica



como o IBC, a Secretaria da Agricultura e a Acares (hoje Incaper), para auxiliar na produção das mudas, mas a ajuda foi negada, alegando que o Conilon era desconhecido. Mesmo assim, a prefeitura arrendou o terreno de João Colombi e o trabalho da expansão da cafeicultura foi iniciado, principalmente, pelo Prefeito Dário Martinelli. Os agricultores recebiam as mudas gratuitamente com compromisso de plantar em curva de nível.

Ao mesmo tempo, os cafeicultores reivindicavam a valorização do café Conilon no mercado. Para isso, procuraram o IBC, a Secretaria da Agricultura e a Acares, mas não obtiveram sucesso nas solicitações (Glazar, 2005). Assim, procuraram Jônice Tristão, proprietário da empresa de café solúvel (Realcafé), que assumiu o compromisso de comprar todo café Conilon produzido em São Gabriel da Palha. A empresa implantada em Viana foi inaugurada em 24 de abril de 1971 (Glazar, 2005).

Nos mandatos de Prefeito de Dário Martinelli e de Eduardo Glazar, foram distribuídas milhões de mudas de café Conilon em São Gabriel da Palha (Glazar, 2005). A distribuição de mudas de café também foi fomentada em outros municípios, como Linhares, com a distribuição de seis milhões de mudas, na época do Prefeito Samuel Batista Cruz, entre 1973 e 31 de janeiro de 1977 (Zunti, 1982).

Destacam-se cinco pessoas que tiveram grande importância para o início da cafeicultura do Conilon: Ernesto Caetano - responsável por trazer e plantar a primeira lavoura de café Conilon na região de São Gabriel da Palha e ainda disponibilizar mudas e sementes; João Colombi - que efetuou grandes plantios de café Conilon com sucesso, servindo de exemplo e sendo incentivador para o plantio de Conilon por outros agricultores e por produzir mudas; Eduardo Glazar - por ser comprador de café, incentivador da atividade e por dar continuidade à distribuição de mudas como Prefeito do município; Dário Martinelli -



por iniciar e manter a doação de mudas para os agricultores enquanto Prefeito do município; e Jônice Tristão - proprietário da Empresa Realcafé, por proporcionar a certeza da compra do café Conilon.

Somente em 1974, houve disponibilização de dados de produção de café Conilon (200 mil sacas). O Conilon passou a ter reconhecimento e financiamento aprovado pelo IBC somente a partir de 1975, depois de muitas reivindicações (Glazar, 2005). Na época, as lavouras financiadas deveriam ser plantadas no espaçamento de 5 x 2 metros ou 4 x 2,5 metros (10 m²), podendo plantar duas mudas por cova.

A partir de 1991, encontram-se dados de exportação de Conilon e Arábica de forma separada, sendo disponibilizada pelo Centro do Comércio do Café de Vitória - CCCV (Tabela 10). Já no primeiro ano (1991), observa-se um volume maior de café Conilon exportado em comparação ao Arábica, repetindo-se em 1993 e em 2014.

Em 1993, o valor monetário exportado de café Conilon no estado foi maior que o Arábica e quase se repetiu em 2014 (Tabela 10). Registra-se que grande parte da produção de Conilon é para o consumo interno, sendo encontrado fato inverso com café Arábica. Assim, ao contabilizar os dois mercados (externo e interno), o Conilon representa uma receita total muito superior ao Arábica no estado do Espírito Santo.

O maior volume exportado de Conilon foi em 2002 (Tabela 10), com quase quatro milhões de sacas. Contudo, a maior receita foi em 2014, com mais de 360 milhões de dólares e, em 2011, com mais de 350 milhões de dólares. Em 2002, o Estado obteve o maior volume exportado de café com mais de oito milhões de sacas e a maior movimentação cambial ocorreu em 2011, com mais de um bilhão de dólares.



Tabela 10. Exportação de sacas de café de 60 kg pelo Espírito Santo entre 1991 a 2014.

Ano	Conilon - Café verde		Arábica - Café verde		Industrializado	
	Sacas*	Dólares	Sacas	Dólares	Sacas	Dólares
1991	2.955.709	129.980.889	2.720.993	179.559.805	104.432	5.400.709
1992	1.480.943	59.726.085	2.027.993	104.054.444	160.549	8.734.388
1993	2.326.797	118.630.474	1.744.736	118.458.002	168.197	8.629.187
1994	1.678.843	234.180.246	2.036.697	328.783.649	196.961	24.760.323
1995	994.513	136.381.718	2.273.359	348.491.263	163.312	25.025.872
1996	858.382	83.753.810	2.538.282	338.018.153	184.217	18.915.187
1997	470.141	48.812.395	2.199.512	356.666.695	121.681	14.047.153
1998	755.756	77.229.031	3.309.121	427.936.673	108.518	12.926.494
1999	2.011.736	167.683.510	2.975.004	269.159.285	183.681	15.673.757
2000	601.879	35.345.017	2.790.915	239.046.583	186.481	14.239.730
2001	1.074.410	30.052.931	4.158.660	220.976.271	196.743	11.155.045
2002	3.798.599	111.729.370	4.259.493	171.127.600	57.937	3.338.134
2003	2.076.864	86.491.869	3.455.712	174.673.386	237.577	12.152.589
2004	450.102	21.713.207	3.464.820	238.827.831	287.994	17.997.842
2005	841.858	58.235.639	2.841.551	248.806.166	360.610	27.992.314
2006	1.208.232	101.851.096	3.354.597	343.548.659	334.584	27.781.064
2007	1.291.495	140.845.356	3.411.614	453.512.171	296.031	23.250.704
2008	1.911.894	253.820.441	3.535.566	526.364.402	274.433	33.264.443
2009	995.948	95.391.067	3.606.166	441.063.582	226.105	28.387.282
2010	1.081.048	110.041.313	3.331.635	498.681.799	248.720	30.132.522
2011	2.532.187	352.573.958	2.968.711	664.454.429	285.985	46.312.914
2012	1.092.814	151.928.507	2.599.572	521.533.788	290.202	49.668.923
2013	1.232.949	159.906.849	2.225.647	318.030.825	289.072	44.798.286
2014	3.073.545	366.088.248	2.325.216	368.167.530	299.245	41.374.053

Fonte: CCCV. *Produção em sacas beneficiadas de 60 kg e valor em Dólares.

Registra-se que, na tabela 10, são apresentados dados de exportação realizada no Espírito Santo. No entanto, a grande maioria desse café exportado é produzida no estado. Além disso, também há café Capixaba que é exportado em outros portos, como o do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1980, sendo difundida de maneira significativa no final da década de 1990, surgem as mudas de café



Conilon propagadas por estacas. Essa técnica foi descrita em um livro Francês escrito por Coste (1955). Essa técnica proporciona uma série de vantagens, dentre elas, manter as características da planta matriz o que facilita a padronização, a produção em menor tempo e maior produtividade ao longo dos anos (Partelli et al., 2006; 2014).

Um dos maiores precursores da produção de mudas por estaquia foi o Eng. Agrônomo Wanderlino Medeiro Bastos, sendo o primeiro a produzir esse tipo de mudas em grande escala no Brasil. Wanderlino relata que se espelhou no procedimento de produção de mudas clonadas de eucalipto e que as primeiras matrizes foram selecionadas de uma lavoura cultivada em Vila Valério (Motta, 2013). Contudo, José Colombi Filho descreve que foi em uma missão em 1982, na Costa do Marfim, que ele, Wanderlino, e mais 10 pessoas conheceram como era o procedimento de produção de mudas clonais. Depois vieram outros viveiristas e impulsionaram o sistema de produção de mudas via propagação vegetativa.

O adensamento do plantio também foi um grande avanço da cafeicultura, sendo difundido principalmente pelos irmãos Luiz e Ozílio Partelli. Outras práticas e tecnologias como o uso de genótipos superiores, adubação, irrigação, controle fitossanitário e outras práticas têm ajudado a proporcionar alta produtividade.

Nos últimos 11 anos (2004 a 2014), o Brasil tem produzido em média mais de 10 milhões de sacas de café Conilon por ano, sendo observada uma ascensão no crescimento, fato observado no Espírito Santo e Vila Valério (Tabela 11). O estado do Espírito Santo tem produzido mais que 70% da produção de café Conilon do Brasil e Vila Valério, em torno de 5% do total.

O Brasil colheu, em 2014, 13,04 milhões de sacas de café Conilon, o que corresponde a 28,75% do total produzido. O Espírito Santo colheu 9,95 milhões de Conilon no mesmo ano (CONAB, 2016).



Vila Valério fica entre os maiores produtores de café Conilon do Brasil, com produção superior a 500 mil sacas de 60 kg nos últimos anos (Tabela 11).

Tabela 11. Produção (sacas de 60 kg) de café Conilon no Brasil, Espírito Santo, Bahia, Rondônia e Vila Valério de 2004 a 2014.

Produção de sacas de café beneficiado de 60 kg					
Ano	Brasil	Esp. Santo	Bahia	Rondônia	Vila Valério
2004	7.560.000	5.500.000	-	1.760.000	315.000
2005	9.130.000	6.014.000	-	1.772.000	348.750
2006	9.500.000	6.881.000	-	1.263.000	313.867
2007	10.970.000	7.567.000	-	1.482.000	517.500
2008	10.508.500	7.363.000	575.500	1.876.000	583.200
2009	10.604.400	7.602.000	542.000	1.547.000	642.000
2010	11.270.700	7.355.000	564.800	2.369.000	602.250
2011	11.295.700	8.494.000	741.100	1.428.300	657.000
2012	12.482.400	9.713.000	813.100	1.367.000	742.500
2013	10.865.800	8.211.000	723.400	1.357.000	508.900
2014	13.036.200	9.949.000	1.040.000	1.477.300	750.000
2015	11.186.700	7.761.000	1.183.600	1.723.900	-
Média	10.700.867	7.700.833	772.938	1.618.542	543.724

Fonte: CONAB e IBGE.

Em 2015 o Norte do Estado passou por uma das piores seca da história, com precipitação inferior a 40% da média histórica em algumas regiões, Vila Valério, por exemplo choveu menos da metade da média histórica. A crise hídrica no início de 2015 afetou a produção do Conilon em torno de 22% em 2015 segundo a Conab (2016).

A seca continuou depois da florada no Norte do Estado, se estendendo até início de janeiro de 2016. Esse problema climático foi



considerado um dos piores da história, proporcionando perdas significativas na produção de 2016 e no crescimento vegetativo e, consequentemente na produção de 2017. Apesar dos dados oficiais da Conab (2016), indicarem na primeira estimativa queda média de 0,8% na produção de conilon no Espírito Santo, a realidade é outra. Diversas manifestações profissionais do seguimento e representantes de instituições, em início de janeiro de 2016, afirmam que a queda será de 30 a 40%, comparado à produção de 2015, que já apresentou grande queda em 2015 (Conab, 2016). Esse fato, mostra queda drástica da produção e produtividade nos últimos dois anos (2015 e provavelmente em 2016).

Diversos estudos vem sendo realizados pela UFES e outras instituições relacionadas à cultura e ao tema. Recentemente a UFES vem se destacando como a instituição que mais tem publicado artigos científicos sobre *Coffea canephora* (café Conilon) vinculados à base "periódicos da Capes" e base "SciELO", nos últimos anos (Dubberstein et al., 2014).



Representantes Administrativos

Representantes federais (Brasil, 2015)

Reis/Imperadores

07.09.1822 - Dom Pedro I (Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon). Abdicou do trono.

07.04.1831 - Início do período regencial.

02.12.1840 - Dom Pedro II (Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga). Foi exilado.

Presidentes (Data da posse)

15.11.1889 - Deodoro da Fonseca (Eleição indireta. Renunciou).

23.11.1891 - Floriano Peixoto (Era Vice-presidente).

15.11.1894 - Prudente de Moraes (Eleição direta). (O Vice-presidente Manuel Vitorino assumiu de 10.11.1896 a 03.03.1897).

15.11.1898 - Campos Salles (Eleição direta).

15.11.1902 - Rodrigues Alves (Eleição direta).

15.11.1906 - Afonso Penna (Eleição direta. Morreu durante o mandato).

14.06.1909 - Nilo Peçanha (Era vice-presidente).

15.11.1910 - Hermes Fonseca (Eleição direta).

15.11.1914 - Wenceslau Braz (Eleição direta). (O Vice-presidente Urbano Santos da Costa Araújo assumiu de 08.09.1917 a 08.10.1917).

15.11.1918 - Delfim Moreira (Era vice-presidente). (O presidente eleito foi Rodrigues Alves, mas não assumiu por motivos de doença, seguida de morte).

28.07.1919 - Epitácio Pessoa (Eleição direta).

15.11.1922 - Authur Bernardes (Eleição direta).

15.11.1926 - Washington Luís (Eleição direta. Deposto em 24/10/1930).

(Julio Prestes foi eleito Presidente, mas não foi empossado devido à revolução).

24.10.1930 - Junta Governativa (Menna Barreto, Isaías Noronha e Augusto Fragoso).



- 03.11.1930 - Getúlio Vargas (Eleição indireta. Golpe de estado. Foi deposto).
- 29.10.1945 - José Linhares (Presidente do STF. Convocado pelas forças armadas).
- 31.01.1946 - Eurico Gaspar Dutra (Eleição direta).
- 31.01.1951 - Getúlio Vargas (Eleição direta. Suicidou-se).
- 24.08.1954 - Café Filho (Era Vice-presidente).
- 08.11.1955 - Carlos Luz (Era Presidente da Câmara. Foi deposto).
- 11.11.1955 - Nereu Ramos (Era Vice-presidente do Senado).
- 31.01.1956 - Juscelino Kubitschek (Eleição direta).
- 31.01.1961 - Jânio Quadros (Eleição direta. Renunciou).
- 25.08.1961 - Ranieri Mazzilli (Era Presidente da Câmara e o Vice-presidente foi vetado pelos ministros militares e estava em viagem na China).
- 08.09.1961 - João Goulart (Era Vice-presidente de Jânio. Institui-se o sistema parlamentarista por pressão militar, tendo Tancredo Neves como primeiro ministro indicado pelos militares. Goulart foi deposto pelo golpe militar).
- 31/03/1964 - Golpe militar
- 02.04.1964 - Comando Supremo da Revolução (Arthur da Costa e Silva, Augusto Rademaker e Francisco de Assis Correia de Melo).
- 15.04.1964 - Castello Branco (Eleição indireta e prorrogação de mandato).
- 15.03.1967 - Arthur da Costa e Silva (Eleição indireta. Sofreu derrame cerebral e os ministros militares decretaram novas eleições).
- 31.08.1969 - Junta militar (Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza Mello).
- 30.10.1969 - Emílio Garrastazu Médici (Eleição indireta).
- 15.03.1974 - Ernesto Geisel (Eleição indireta).
- 15.03.1979 - João Baptista Figueiredo (Eleição indireta).
- 15.03.1985 - José Sarney (Era Vice-presidente). (O Presidente eleito de forma indireta foi Tancredo Neves, mas não assumiu devido doença, seguida de morte).
- 15.03.1990 - Fernando Collor (Eleição direta. Impeachment).
- 29.12.1992 - Itamar Franco (Era Vice-presidente).
- 01.01.1995 - Fernando Henrique Cardoso (Eleição direta por duas vezes).
- 01.01.2003 - Luiz Inácio Lula da Silva (Eleição direta por duas vezes).
- 01.01.2011 - Dilma Vana Rousseff (Eleição direta por duas vezes).



Representantes estaduais

Presidentes de Província (Nomeados. Data da posse) (Oliveira, 2008)

- 24.02.1824 - Inácio Acioli de Vasconcelos.
- 23.11.1829 - Visconde da Vila Real da Praia Grande.
- 04.12.1830 - Manoel Antônio Galvão.
- 18.12.1830 - Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.
- 28.11.1831 - Antônio Pinto Chichorro da Gama.
- 21.04.1833 - Manoel José Pires da Silva Pontes.
- 28.05.1835 - Joaquim José de Oliveira.
- 08.11.1836 - José Tomás Nabuco de Araújo.
- 21.04.1838 - João Lopes da Silva Couto.
- 15.10.1840 - Joaquim Machado de Oliveira.
- 27.04.1841 - José Manoel de Lima.
- 10.08.1842 - João Lopes da Silva Couto.
- 09.06.1843 - Venceslau de Oliveira Balo.
- 01.12.1843 - Manoel de Assis Mascarenhas.
- 13.12.1845 - Herculano Ferreira Pena.
- 07.11.1846 - Luís Pereira do Couto Ferraz.
- 03.08.1848 - Antônio Pereira Pinto.
- 07.03.1849 - Antônio Joaquim Siqueira.
- 09.08.1849 - Felipe José Pereira Leal.
- 09.07.1851 - José Bonifácio Nascentes de Azambuja.
- 16.11.1852 - Evaristo Ladislau e Silva.
- 04.02.1854 - Sebastião Machado Nunes.
- 08.03.1856 - José Maurício Fernandes Pereira de Barros.
- 18.06.1857 - Olímpio Carneiro Viriato Catão.
- 04.02.1859 - Pedro Leão Veloso.
- 25.05.1860 - Antônio Alves de Souza Carvalho.
- 22.03.1861 - José Fernandes da Costa Pereira Júnior.
- 15.06.1863 - André Augusto de Pádua Fleury.
- 08.01.1865 - José Joaquim do Carmo.
- 28.08.1865 - Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.



11.10.1867 - Francisco Leite Bittencourt Sampaio.
01.09.1868 - Luís Antônio Fernandes Pinheiro.
17.09.1869 - Antônio Dias Pais Leme.
18.02.1871 - Francisco Ferreira Correia.
19.06.1872 - Antônio Gabriel de Paula Fonseca.
28.12.1872 - João Tomé da Silva.
06.11.1873 - Luiz Eugênio Horta Barbosa.
04.05.1875 - Domingos Monteiro Peixoto.
03.01.1876 - Manoel José de Menezes Prado.
29.01.1877 - Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama.
23.07.1877 - Afonso Peixoto de Abreu Lima.
04.04.1878 - Manoel da Silva Mafra.
07.03.1879 - Eliseu de Souza Martins.
06.08.1880 - Marcelino de Assis Tostes.
03.04.1882 - Herculano Marcos Inglês de Souza.
09.12.1882 - Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho.
12.01.1884 - Joaquim José Afonso Alves.
01.05.1884- José Camilo Ferreira Rebelo.
17.09.1884 - Custódio José Ferreira Martins.
03.03.1885 - Laurindo Pita.
02.10.1885 - Antônio Joaquim Rodrigues.
01.08.1887 - Antônio Leite Ribeiro de Almeida.
06.08.1888 - Henrique de Ataíde Lobo Moscoso.
19.07.1889 - José Caetano Rodrigues Horta.

Presidentes de Estado (Data da posse) (Oliveira, 2008)

22.11.1889 - Afonso Cláudio de Freitas Rosa.
09.09.1890 - Constante Gomes Sodré (Era Vice-presidente).
20.11.1890 - Henrique da Silva Coutinho.
11.03.1891 - Antônio Gomes Aguirre.
07.06.1891 - Alfeu Adelfo Monjardim e Andrade e Almeida.
18.12.1891 - Antônio Gomes Aguirre (Era Vice-presidente).



19.12.1891 - Junta Governativa (Inácio Henrique de Gouveia, Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto).
03.05.1892 - José de Melo Carvalho Muniz Freire.
23.05.1896 - Graciano dos Santos Neves.
23.09.1897 - Constante Gomes Sodré (Era Vice-presidente).
06.01.1898 - José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (Era Vice-presidente).
23.05.1900 - José de Melo Carvalho Muniz Freire.
23.05.1904 - Argeu Hortêncio Monjardim (Era Vice-presidente).
16.06.1904 - Henrique da Silva Coutinho.
23.05.1908 - Jerônimo de Souza Monteiro.
23.05.1912 - Marcondes Alves de Sousa.
23.05.1916 - Bernardino de Sousa Monteiro.
23.05.1920 - Nestor Gomes.
23.05.1924 - Florentino Avidos.
30.06.1928 - Aristeu Borges de Aguiar.
16.10.1930 - Antônio Francisco de Ataíde (Era Presidente da Assembleia).

Interventores Federais (Data da posse) (Espírito Santo, 2015)

16.10.1930 - José Armando Ribeiro de Paula.
19.10.1930 - Junta Governativa (João Manuel de Carvalho, Afonso Correia Lório e João Punaro Bley).
22.11.1930 - João Punaro Bley (Celso Calmo Nogueira da Gama foi substituto eventual diversas vezes).
21.01.1943 - Jones dos Santos Neves.
27.10.1945 - José Rodrigues Sette.
06.11.1945 - Otávio de Carvalho Lengruber.
27.02.1946 - Aristides Alexandre Campos.
08.06.1946 - Ubaldo Ramallete Maia (Substituto).
14.10.1946 - Moacyr Ubirajara da Silva.
26.11.1946 - Ciro Vieira da Cunha (Substituto).
12.12.1946 - Moacyr Ubirajara da Silva.



Governadores de Estado (Data da posse) (Espírito Santo, 2015)

29.03.1947 - Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.
31.01.1951 - Jones dos Santos Neves.
10.10.1952 - Francisco Alves Ataíde (Substituto).
31.01.1955 - Francisco Lacerda de Aguiar.
31.01.1959 - Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.
10.10.1959 - Raul Giubert (Era Vice-governador).
06.07.1962 - Hélsio Pinheiro Cordeiro (Era Presidente da Assembleia).
05.08.1962 - Asdrubal Martins Soares.
31.01.1963 - Francisco Lacerda de Aguiar.
05.04.1966 - Rubens Rangel (Era Vice-governador).
31.01.1967 - Cristiano Dias Lopes Filho.
15.03.1971 - Arthur Carlos Gerhardt Santos.
15.03.1975 - Élcio Álvares.
15.03.1979 - Eurico Vieira de Rezende.
15.03.1983 - Gerson Camata.
13.05.1986 - José Moraes (Era Vice-governador).
15.03.1987 - Max Freitas Mauro.
15.03.1991 - Albuíno Cunha de Azeredo.
01.01.1995 - Vitor Buaiz.
01.01.1999 - José Ignácio Ferreira.
01.01.2003 - Paulo César Hartung Gomes.
01.01.2011 - José Renato Casagrande.
01.01.2015 - Paulo César Hartung Gomes.



Referências e consultas

- A Gazeta. **Prisão dos mandantes desvenda morte de Prefeito**. Vitória, 13 de abril de 1996.
- A Gazeta. **São Gabriel da Palha: Entre a lenda e a realidade**. Vitória, 31 de maio de 1981.
- ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café. **Indicadores da indústria de café no Brasil - 2014**. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61#4178>. Acesso: 04 de janeiro de 2016.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração Italiana – Carlo Nagar – 1895. Relato de Cavaleiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória**. Coleção Canaã Volume 1. Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog. 1995, 79p.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Imigrantes Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.apes.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> e <http://www.apes.gov.br/index2.htm> Acesso: 23 de janeiro de 2011. (Também em documentos impressos referente ao Registro de Entrada de Imigrante, emitidos em 2010).
- Balestrero, H. L. **O povoamento do Espírito Santo: A marcha da penetração do território**. Viana, 1976, 255p.
- Bonella, V. **Vovô, conte a sua história**. Vila Valério, 134p.
- Borgo, I.; Rosa, L. B. R. A.; Pacheco, R. J. C. **Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento**. Edufes, Vitória, 1996, 178p.
- Brasil. **Galeria dos Presidentes**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso: 10 de maio de 2015.
- Campos Junior, C. T. **A formação da centralidade de Colatina**. IHGES, Vitória, 2004, 89p.
- Carnielli, A. A. **História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo 1535-2000**. Gráfica e Editora Jep Ltda, Vitória, 2005, 969p.



- Catálogo de Plantas e Mapas. **Departamento de Imprensa Oficial**. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1986, 77p.
- Caus, C. L. **Das fontes e chafarizes às águas limpas**. 1ª edição, Cesan, Vitória, 2012, 528p.
- Civita, R. **Almanaque Abril 2009**. 35ª edição, Abril, São Paulo, 2009, 730p.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Café: Acompanhamento de Safra. Primeiro Levantamento, Safra 2016**. http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_01_20_17_01_56_boletim_cafe_-_janeiro_2016.pdf. Acesso: 22 de janeiro de 2016.
- Coste, R. **Les Caféiers et les cafés dans le monde**. Editora Larose, Pariz, 1955.
- Da Wikipedia, l'enciclopedia libera. **Storia del Trentino**. Disponível em: http://it.wikipedia.org/wiki/Storia_del_Trentino. Acesso: 04 de outubro de 2010.
- Davis, A. P., Tosh, J., Ruch, N., and Fay, M. F. Growing coffee: *Psilanthus* (Rubiaceae) subsumed on the basis of molecular and morphological data implications for the size, morphology, distribution and evolutionary history of *Coffea*. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v. 167, p. 357-377, 2011.
- Diário da Manhã (Órgão Oficial). **Agricultura**. Ano VII, nº 8, Victória, E. do Espírito Santo, 09 de janeiro de 1912.
- Diário da Manhã (Órgão Oficial). **Café Conilon**. Ano VI, nº 166, Victória, E. do Espírito Santo, 21 de junho de 1911.
- Diário da Manhã (Órgão Oficial). **Diversos títulos e edições**. Victória, E. do Espírito Santo.
- Domingues, S. **Anastácio Cassaro (Assassinato)**. Disponível em: <http://www.gabrielasoudapaz.org/memorial/184--Anastacio-Cassaro.htm>. Acesso em 11 de dezembro de 2013.
- Dubberstein, D.; Mota, F. M.; Cardoso Filho, J.; Souza, M. A.; Partelli, F. L. Pesquisas em *Coffea canephora* no Brasil e no Mundo. Partelli, F. L.; Vitória, E. L. (org). **Café Conilon: Tendências de Mercado e Mecanização**. São Mateus, 2014, p. 13-21.



Espírito Santo. **Galeria dos Governadores**. Disponível em:
http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/presidentes_provincia.aspx.
Acesso: 10 de maio de 2015.

Franceschetto, C. **Imigrantes: Espírito Santo: Histórico – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Disponível em:
<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>. Acesso: 18 de setembro de 2010.

Furbetta, C. **Presença Comboniana em São Gabriel da Palha**. 50p. (Sem data e sem editora).

Gazeta Online. **Vitória vai perder R\$ 27 milhões de ICMS em 2016**. Disponível em: http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/11/noticias/dinheiro/3916031-vitoria-vai-perder-r-27-milhoes-de-icms-em-2016.html. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

Glazar, E. **Brava gente polonesa. Memórias de um imigrante, formação histórica de São Gabriel da Palha e expansão do café Conilon no Espírito Santo**. Flor&cultura, Vitória, 2005, 256p.

Google Earth. **Earth**. Programa disponibilizado em:
<http://www.softonic.com.br/s/google-earth>. Acesso em 04 de janeiro de 2015.

Google Maps. **Maps**. Disponível em:
<http://maps.google.it/maps?hl=it&tab=wl>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.

Grosselli, R. M. **Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Coleção Canaã - volume 6. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 534p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>. Acesso em 02 de abril de 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Primeiros dados do censo 2010. Disponível em:
http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00. Acesso em 09 de março de 2011.



- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=es>. Acesso em 04 de janeiro de 2016.
- ICO - International Coffee Organization. **Trade Statistics**. Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp. Acesso: 05 de janeiro de 2016.
- Malacarne, A. **Águia Branca**. Gráfica Gomieri, São Gabriel da Palha, 2004, 211p.
- Malacarne, A. **São Gabriel da Palha: a história da origem**. Gráfica e papelaria Cricaré LTDA, Nova Venécia, 2000, 122p.
- Malacarne, A. **Vila Valério: da mata a município**. Gráfica Gomieri, São Gabriel da Palha, 2012, 97p.
- Mansur, R. **História do Café Conilon no Espírito Santo**. In: Partelli, F. L., Vitória, E. L. *Cafê Conilon: Tendências do Mercado e Mecanização*. São Mateus, 2014, p. 31-34.
- Mansur, R. **O pagamento das mudas e sementes de Conilon em 1911**. Disponível em: <http://vitrinecapixaba.blogspot.com.br/2013/02/o-pagamento-das-mudas-e-sementes-de.html>. Acesso: 26 de março de 2013.
- Martins, A. L. **História do Café**. Editora Contexto, São Paulo, 2008, 316p.
- Martins, A. L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. Atual Editora, São Paulo, 1990, 98p.
- MDICE - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira - dados consolidados, 2011**. Brasília: MDICE. 2012. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>. Acesso em: 07 de junho de 2012.
- Merlo, P. M. S. **Café: ouro do Espírito Santo**. Gráfica e Editora GSA. Vitória, 2008 (aproximadamente 50pg).
- Moreira, A. C. **História do café no Brasil**. Magma Editora Cultural, São Paulo, 2007, 192p.
- Motta, A. P. Wanderlino Bastos, o precursor da muda clonal de café Conilon. **Procampo**, v. 9, n. 45, p. 10-11, 2013.



- Nardoto, E., Lima, H. **História de São Mateus**. 2ª Edição, EDAL - Editora Atlântica, São Mateus, 2001, 463p.
- Oliveira, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª edição, Coleção Canaã - volume 8. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 670p.
- Partelli, F. L., Covre, A. M., Oliveira, M. G., Alexandre, R. S., Vitória, E. L., Silva, M. B. Root system distribution and yield of 'Conilon' coffee propagated by seeds or cuttings. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 49, n. 5, p. 349-355, 2014.
- Partelli, F. L., Vieira, H. D., Santiago, A. R. Barroso, D. H. Produção e desenvolvimento radicular de plantas de café 'Conilon' propagadas por sementes e por estacas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 41, n. 6, p. 949-954, 2006.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro. 1890, 126p (pg 37 e 38). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento do Brazil: Realizado em 1 de setembro de 1920. Relação dos proprietários de estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro. 1920, 126p. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- República dos Estados Unidos do Brazil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro. 1900, 91p (pg 31 e 32). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- Retz, S. **Memória, vivência e testemunho**. Graficol. Santa Maria do Jetibá. 2005, 284p.
- Rocha, L. **Viagem de Don Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª edição, Coleção Canaã - volume 7. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 288p.



- Roos, T., Eshuis, M. **Os capixabas holandeses: uma história holandesa no Brasil**. Tradução: Berger, R. S. Coleção Canaã - volume 9. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008, 160p.
- Saletto, N. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Coleção Canaã - volume 4. Arquivo Público Estadual, Vitória, 1998, 102p.
- Sartório, E. A. **A trilha Sagrada**. Vol. 1. Anatomia Histórica das Estradas. Editora do autor, Vitória, 2007a, 550p.
- Sartório, E. A. **A trilha Sagrada**. Vol. 2. Anatomia Histórica das Rodovias. Editora do autor, Vitória, 2007b, 704p.
- SEFAZ - Secretária da Fazenda do Espírito Santo. **Índice de Participação dos Municípios**. Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arrecadacao/ipm/rel_publicos/resultado.php. Acesso em 30 de janeiro de 2016.
- Teixeira, F. **Colatina Hontem e Hoje**, Tipografia Comercial, Colatina, 1974, 146p, mais figuras.
- Vila Valério. **Prefeitura Municipal de Vila Valério: Lei 708/2014**. Disponível em: http://www.camaravilavalerio.es.gov.br/sno/normas/Lei_708-2014.pdf Acesso em 02 de fevereiro de 2016.
- von Tschudi, J. J. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização Suíça 1860**. Tradução: Saletto, N, Paschoal, E. J. Coleção Canaã - volume 5. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2004, 173p.
- Zanotti, P. D., Souza Neto, E. M. **História do café no Espírito Santo, no Brasil e no Mundo**. Sem Editora. 2005 (aproximadamente 210 p).
- Zunti, M. L. G. **Panorama Histórico de Linhares**. Linhares, 1982, 196p.
- Zunti, M. L. G. **Panorama Histórico de Linhares**. 2ª Edição, Editora Pousada das Letras, Linhares, 2000, 215p.
- Diversas entrevista com moradores e membros da família.
- Registros de nascimentos, casamentos, óbitos e escrituras de propriedades.
- Nota:** Alguns relatos encontram-se diferentes dos registrados. Esse fato esta associado a falhas em datas, em horários de nascimento e em nomes em documentos.